

Pedro Lopes Pereira

**Ascenderá a China Pacificamente - O Poder e a influência do Partido Comunista
Chinês e o Dilema Australiano**

Universidade Lusófona - CUL (Centro Universitário Lisboa)

Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais Lisboa 2024

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, no dia 20/05/2024, perante o júri, com o Despacho de Nomeação n.º 765/2024, de 28 de fevereiro, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Sérgio Vieira da Silva

Arguente: Prof. Doutor Luis Tomé

Orientador: Prof. Doutor Vasco Rato

Epígrafe

“To protect the right of expression is the central part of an artist's activity... In China many essential rights are lacking, and I wanted to remind people of this”

Ai Weiwei

Dedicatória

Dedico a minha dissertação de mestrado à minha tia Maria José da Silva Alves e ao Professor Vasco Rato pela motivação que me deram ao longo dos últimos quatro anos.

Resumo

O tema desta dissertação diz respeito à dependência económica da Austrália relativamente à influência e ao poder que o Partido Comunista Chinês tem na região do Indo-Pacífico e à aliança entre Camberra e Washington. Neste sentido, o tema aborda o dilema que Camberra tem pela frente: por um lado, a China enquanto maior parceiro comercial e por outro, os EUA como grande aliado. Esta tese procura analisar o impacto tanto positivo como negativo da influência da China na economia e na política australianas. Atualmente, esta problemática é comum a vários países, desde os mais vulneráveis aos mais desenvolvidos e bem estruturados. Posto isto, será importante estudar de uma forma crítica a dependência existente de Camberra relativamente a Pequim.

O clima decorrente da pandemia contribuiu para a escalada das tensões na relação sino-australiana. O papel desempenhado pelo governo chinês tem estado aquém de uma grande potência. A forma como geriu a informação relativamente à SARS-CoV-2, fez com que a Austrália recuasse na relação bilateral, colocando em causa o comportamento da RPC. Pequim viu as declarações de Camberra como uma ameaça e reagiu impetuosamente. Sendo a sua relação baseada nas trocas comerciais e investimentos, sobretudo em solo australiano, Pequim cortou as importações de carvão, carne e cevada, setores fundamentais para a economia da Austrália, de modo a demonstrar o seu desagrado. Será que a China está a revelar a pior face perante a comunidade internacional?

Abreviaturas e acrónimos

AIIB – Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

AIS – Sistema de Identificação Automático

ADB – Banco de Desenvolvimento Asiático

AMTI – Iniciativa da Transparência Marítima

ANU – Universidade Nacional da Austrália

ANZUS – Aliança Militar entre a Austrália, Nova Zelândia e EUA

APEC - Cooperação Económica da Ásia-Pacífico

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

AUD – Dólar Australiano

EIA – Administração da Informação de Energia

ELP – Exército da Libertação Popular

EUA – Estados Unidos da América

IBM – *International Business Machines*

FPDA – Cinco Acordos de Força de Defesa

FONOP – Operação para a Liberdade de Navegação

FDI – Investimento Direto Estrangeiro

FMI – Fundo Monetário Internacional

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

ODA – Assistência Oficial ao Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não-Governamental

PECC – Conselho de Cooperação Económica do Pacífico

PCC – Partido Comunista Chinês

PIB – Produto Interno Bruto

RPC – República Popular da China

SEATO - Organização do Tratado do Sudoeste Asiático

UFWD – Departamento de Trabalho da Frente Unida

UE – União Europeia

UTS – Universidade de Tecnologia Sidney

UTS-ACRI – Universidade de Tecnologia Sidney – Instituto das relações entre a Austrália e a China

Quad – Diálogo Quadrilateral de Segurança entre Austrália, Japão, Índia e EUA

ZEE – Zona Económica Exclusiva

Índice

Epígrafe	1
Dedicatória	3
Resumo.....	4
Abreviaturas e acrónimos.....	5
Introdução	8
Capítulo 1 A ascensão da China na região.....	11
1.1 Evolução da política externa chinesa na região.....	11
1.2 O poder económico da China em prol da sua política externa	16
1.3 Competição estratégica e económica (As implicações da Nova Rota da Seda).....	22
Capítulo 2 Competição de segurança.....	27
2.1 O aumento do poder militar da China	27
2.2 Expansão da força naval do Exército de Libertação Popular	35
2.3 As alianças, os pactos e as parcerias de Camberra.....	37
Capítulo 3 <i>Status quo</i> australiano: Será possível continuar a beneficiar do melhor dos “dois mundos”?	46
3.1 O melhor parceiro comercial: A China	46
3.2 O grande aliado: Os EUA.....	49
3.3 O dilema australiano.....	52
Capítulo 4 Sem segurança, não haverá prosperidade.....	55
4.1 Posicionamento de Camberra.....	55
4.2 Perspetiva ocidental.....	57
4.3 Perspetiva do Partido Comunista Chinês	64
Capítulo 5 Competição tecnológica	70
5.1 A importância da reconstrução da indústria tecnológica.....	70
5.2 Irá a Austrália adotar o protecionismo?	77
Conclusão.....	82
Referências Bibliográficas	86
Anexos.....	98

Introdução

Esta tese aborda o período entre a crise financeira de 2008 a 2023, balizado entre chegada de Xi Jinping ao poder (2013) ao seu 3º mandato presidencial (2023). Enquanto líder do PCC, Xi conseguiu com que a RPC se tornasse uma potência revisionista, capaz de testar a ordem liberal arquitetada no pós-1945¹. Depois da governação de Mao Tsé-Tung focada na libertação e unificação do país, e da implementação das novas reformas² por Deng Xiaoping, Xi Jinping surge com a missão do “grande rejuvenescimento da nação chinesa”³. Com o objetivo de modernizar a economia chinesa, aumentar o nível e qualidade de vida dos seus compatriotas e de afirmar o poder chinês na esfera internacional, o Presidente da RPC tem desafiado o: “(...) *hegemonismo das superpotências e das alianças de segurança suportadas pelos EUA* (...)”⁴. Desvalorizando o compromisso e responsabilidades dos Tratados, o PCC de Xi tem posicionado o seu modelo de “parcerias win-win”⁵ como uma solução atrativa para diversos países. De acordo com Vasco Rato: “(...) *Não estando dependentes de afinidades ideológicas ou culturais e não tendo as responsabilidades de um Tratado, as parcerias são caracterizadas pela sua flexibilidade e podem ser alvo de um upgrade ou downgrade, consoante o interesse nacional da China e o comportamento dos parceiros* (...)”⁶.

A abundância de capital chinês na economia australiana tem sido considerada como uma ameaça à soberania da Austrália. Apesar do acordo comercial ter proporcionado benefícios para ambos os países, não deixa de ser notória a desvantagem australiana face aos ganhos recolhidas por Pequim. Desta forma, o impacto da ascensão da RPC tem ditado a realidade atual no Indo-Pacífico. Com a segunda maior população mundial e um próspero crescimento económico; e um poderio militar cada vez mais forte, dificilmente a Austrália e as demais potências ocidentais terão como impedir esta ascensão. A Austrália e outros países vizinhos demonstraram à comunidade internacional que todos os países que não alinharem com as medidas assertivas do PCC poderão dar origem a crises diplomáticas e a eventuais conflitos regionais.

Para além das questões económicas e financeiras, existem ainda as questões políticas e militares. A estratégia do PCC tem passado, também, pela expansão da sua

¹ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 192)

² Reformas nas áreas da agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia

³ 2023; *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics, The Case of the Belt and Road Initiative, Chapter 5 The BRI in Xi's China “Grand Strategy”: An Instrument to Restore Chinese Centrality in a New Era* de Luís Tomé (2023; p: 71)

⁴ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 193)

⁵ Conceito com base na cooperação e benefício mútuo

⁶ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 194, 195)

esfera de influência nas instituições internacionais. O aumento de influência na OMS, a criação do AIIB para fazer frente ao Banco Mundial e a aposta no desenvolvimento de países mais vulneráveis - africanos, latino-americanos e asiáticos - de modo a explorar e influenciar os sistemas políticos destes, são exemplos que fizeram despertar os alarmes na Austrália e nas restantes democracias ocidentais.

O propósito desta investigação é analisar o impacto da influência chinesa na Austrália e, por conseguinte, quais as soluções e decisões que Camberra poderá tomar face à ascensão da China na região. A partir de uma análise interpretativa baseada em estudos e teorias asiáticas e ocidentais, a pesquisa realizada tem como finalidade perceber a visão tanto da China como da Austrália.

É um facto que será um dos maiores desafios que a Austrália terá na sua história, de um ponto de vista estratégico e político, Camberra terá de contribuir para um equilíbrio na região. Tendo em atenção a sua influência económica e ambições no Indo-Pacífico, será essencial que o plano australiano, elaborado juntamente com os seus aliados, seja devidamente organizado de forma a evitar qualquer tipo de conflito na região. No entanto, mesmo vivendo um período conturbado, a China provavelmente continuará a ter as mesmas ambições geopolíticas e geoestratégicas e quererá manter estreitas relações comerciais com a Austrália.

Estas ambições geopolíticas e geoestratégias não se limitam apenas a questões militares e económicas. Para além do projeto da Nova Rota da Seda e das disputas no Mar do Sul da China, surge a competição tecnológica e o impacto que esta terá na comunidade internacional. O domínio deste sector será preponderante para as grandes potências e essencial para a China. Como foi referido anteriormente, as exportações para o Ocidente são essenciais para a economia chinesa manter um crescimento acentuado ou no mínimo, estável. Assim, a evolução tecnológica assume um papel fulcral. A capacidade produtiva atual faz com que, nos dias de hoje, a China seja o principal fornecedor mundial deste setor. Este papel da China no contexto tecnológico também contribui para o dilema australiano, pois os últimos acontecimentos relacionados com “os roubos” de propriedade intelectual juntamente com a “invejável” capacidade da produção chinesa reforçam a necessidade em delinear uma estratégia que tenha como propósito a aposta na modernização, no desenvolvimento, no investimento e na produção do setor tecnológico em território australiano.

É fundamental que a Austrália consiga restabelecer uma boa relação diplomática com a China e que assuma um papel de potência regional no Indo-Pacífico. Mas, será possível?

Capítulo 1 A ascensão da China na região

1.1 Evolução da política externa chinesa na região

A morte de Mao Tsé-Tung marca uma relevante mudança na história da China e do PCC. Depois da sua morte, a política chinesa focou-se no desenvolvimento económico do país. Ao chegar ao poder, Deng Xiaoping, apostou na possibilidade de a China tornar-se um “ativo único” no mercado internacional. Esta reforma económica, não tendo sido uma reforma agressiva, fez com que a população da RPC fosse aceitando esta realidade: a “reforma liberal democrática”. Internamente, Deng focou-se na criação de parcerias público-privadas, na redução de impostos, na criação de facilidades de importação de equipamento industrial; incentivou a emigração para o Ocidente. “Enviar” chineses para o Ocidente cumpria outro objetivo: a falta de «*know-how*» e de recursos era uma realidade no país e para alcançar o desenvolvimento pretendido era necessário que os engenheiros, os gestores, os cientistas e os médicos ampliassem os seus conhecimentos e capacidades.

Em 1978, Deng Xiaoping introduz a reforma económica e as «*Quatro Modernizações*»⁷, guardando para último lugar, o desenvolvimento e investimento militares. Ao estruturar economicamente o país, apostando nos setores agrícola, industrial, científico e tecnológico, obteve resultados positivos e, mais importante que tudo, ganhou a confiança de grande parte do povo chinês. A adesão da China ao comércio internacional, adotando um modelo de mercado liberal, trazia a esperança de estar prestes de uma reforma política. Desde o fim da Guerra Fria e especialmente depois do Massacre de Tiananmen (1989), os EUA têm procurado estabelecer laços diplomáticos com a RPC, focando-se em temas como a área científica, cultural, educacional, de investimento e de comércio: Washington tem o perfeito conhecimento do impacto e do poder que Pequim poderá alcançar no sistema internacional.

Logo, era essencial forçar o «*engagement*»⁸ com a China. Mas mesmo assim, seguindo o raciocínio de Martin Jacques o grande problema do Ocidente foi ter acreditado que a China iria agir em consonância com os EUA. Em 2000, no decorrer da sua candidatura à presidência da Casa Branca, George W. Bush disse: “(...) *A liberdade económica cria hábitos de liberdade. E, hábitos de liberdade criam expectativas de democracia...comercializar livremente com a China, fará com que o tempo esteja do*

⁷ Plano elaborado por Deng Xiaoping focado na agricultura, indústria, ciência e tecnologia (1972)

⁸ Abordagem estratégica que adote um novo comportamento com o objetivo de estabelecer novas relações bilaterais

nosso lado (...)”⁹. Os EUA iriam ser capazes de acelerar o processo de reformar o mercado e promover o liberalismo político e económico na China. No que diz respeito à reforma política, a perspetiva da China era no mínimo, resiliente. Como mencionado, a abertura ao mercado livre foi crucial para o seu desenvolvimento económico, mas a continuidade do regime autoritário do PCC também o foi. Neste sentido, Deng Xiaoping referiu que: “(...) *Abrir as janelas fará com que as moscas entrem, tal como ar fresco* (...)”¹⁰. Isto é, referia-se à adaptação da China ao modelo de mercado ocidental. Criar reformas nas ZEE’s e aderir ao comércio internacional seria o caminho a seguir. Por último, com a adesão ao FMI (1980), Xiaoping dava um enorme passo para a reafirmação chinesa.

O crescimento económico e o aumento da prosperidade chinesa registados neste período fizeram com que fosse possível que o PCC criasse a sua própria legitimidade. Deste modo, demonstrava ao povo que o país estava no caminho certo, demarcando-se das ideologias políticas ocidentais. Aproveitando o ódio presente na sociedade chinesa devido aos “Cem anos de humilhação” originado pelas guerras do ópio durante o século XIX, acabou por transformá-lo numa enorme vontade de superação e mostrar ao mundo a sua reafirmação enquanto grande potência na comunidade internacional. Uma mentalidade que o regime chinês pretendia encaixar na sua sociedade desde a fundação do PCC devido à diversidade étnico-religiosa existente no país. O que de certa forma era e é uma afronta à unificação pretendida pelo regime. Poderá dizer-se que é um dos pontos fracos de Pequim: saber controlar a sua sociedade, é uma das justificações subliminares do PCC para perpetuar o autoritarismo.

Atualmente, a evolução da política externa da RPC passa pelo posicionamento de Xi Jinping e da sua visão. De acordo com Jo Inge Bekkevold e Robert S. Ross, ao chegar ao poder (2012), Xi: “(...) *herdou uma agenda política doméstica e externa que continuou o desenvolvimento da economia e da segurança nacional chinesa como também desafiou, fundamentalmente, os interesses do PCC. A instabilidade interna e a perda de uma governação eficaz, desequilibrou a economia chinesa, e uma elevada instabilidade no Este Asiático colocou sérios desafios à habilidade da liderança chinesa para desenvolver e implementar políticas eficazes. Estes desafios domésticos e externos moldaram a política chinesa* (...)”¹¹. Na visão de Xi Jinping, era necessário

⁹ 2000; *Excerpts of George W. Bush’s Speech in Washington State*

¹⁰ 1986; *China: Old Wounds Deng Xiaoping*

¹¹ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Ross e de Jo Inge Bekkevold (2016; p: 276)

ultrapassar o período estabelecido por Deng Xiaoping, «*esconder e ficar*»¹² e de afirmar o poder e influência da China no sistema internacional. O Presidente da RPC considera que a China está num período em que deverá incutir o espírito e pensamento fundamentado nas antigas glórias chinesas (desde a dinastia de Qing a Mao Tsé-Tung). Partindo do pressuposto que a sociedade chinesa está convencida do sucesso do partido devido ao próspero e vertiginoso poder económico, a China poderá fortalecer o nacionalismo, a unificação e a sua hegemonia. A sua “imagem” ficaria automaticamente ligada à eficiência e assertividade perante a população. De certa forma, Xi Jinping pretende que o partido simbolize e represente a nação chinesa e que toda a população se orgulhe dela.

Wang Zheng refere que nos últimos 30 anos, a China tem sofrido uma enorme “transformação”. Para além do seu crescimento económico, tem também ascendido na comunidade internacional. E que, a explicação para esta ascensão não se deve apenas à prosperidade e desenvolvimento da RPC. A memória histórica da China tem sido uma ferramenta fundamental para o PCC manter a força da sua política. De facto, a memória histórica tem sido considerada a principal matéria-prima para a construção da identidade nacional porque ajuda: “(...) *a perceber qual o pensamento dos novos patriotas chineses que irão liderar a ascensão do poder (...)*”¹³.

Por outras palavras, a memória histórica tem contribuído para a construção de uma identidade nacional, que deu origem ao grande objetivo de Xi Jinping, batizada como «o grande rejuvenescimento da nação chinesa». Clive Hamilton diz que, uma das grandes ambições de Xi Jinping é alcançar o rejuvenescimento da nação chinesa para manter a estabilidade social e política no país¹⁴. Para Wang Zheng a missão em questão consiste em: “(...) *apostar numa campanha de educação patriótica focada em desenvolver a China através da promoção da positiva “mudança social” (...) e contribuir para a prevenção da expansão da “mobilidade social” – pessoas a abandonarem o partido ou até mesmo a emigrarem por consequência da negativa identidade social (...)*”. Desta forma, acrescenta que a missão do rejuvenescimento nacional tem sido: “(...) *usada como uma importante justificação para a política ditatorial e para várias limitações impostas aos direitos civis e à liberdade de expressão na Internet. Foi dito aos cidadãos chineses que todo este controlo é um passo necessário para alcançar a missão final do país (...)*”. Assim, o foco de Xi Jinping no rejuvenescimento da nação e a respetiva

¹² “*Hyde and byde*”

¹³ *Never forget National humiliation* de Zheng Wang (2014; p: 221, 222, 223)

¹⁴ *Silent Invasion* de Clive Hamilton (2018; p: 18)

estratégica que a China tem adotado, são: “(...) desenvolvimentos críticos que contribuem para a formulação de estratégias de equilíbrio por parte dos estados vizinhos. Embora os países circundantes tenham aproveitado a oportunidade para aprofundar os laços comerciais e de investimento com a RPC, não se mostram preparados para conceder-lhe um cheque em branco no que toca ao estabelecimento de uma ordem de segurança regional sinocêntrica (...)”¹⁵. Posto isto, Bill Hayton refere que, os líderes, oficiais e legisladores chineses: “(...) promovem sentimentos patrióticos e acabam por encorajar os jovens “revoltados” a desabafar online (na internet). Isso permite com que a liderança afirme que está sob pressão interna para adotar uma postura mais dura, algo que fortalece a posição nas negociações com outros países (...)”¹⁶. Acrescentando a este facto, Wang Zheng alega que segundo Minxin Pei, são os chineses mais jovens, urbanos e com nível de instrução mais elevado que acabam por se tornar mais nacionalistas e que usam a *Internet* para promover o espírito nacionalista¹⁷. Poderemos considerar que a estratégia do regime chinês está a ter sucesso no meio dos mais jovens. Por um lado, perante a comunidade internacional, o PCC justifica o seu comportamento autoritário devido à forte contestação política de que é alvo e, por outro, tem conseguido que outros jovens – fruto da missão “o grande rejuvenescimento” - propaguem a narrativa nacionalista em resposta a estas contestações.

De acordo com Clive Hamilton, é de facto, mais fácil moldar a linha de pensamento de uma criança do que a de um adulto¹⁸. Desta forma, o governo chinês tem vindo a investir fortemente em campanhas de educação que se mostraram mais eficientes do que reeducar adultos. Ou seja, o foco está na criação de uma geração de patriotas de modo a evitar o enorme multiculturalismo existente no país. Nos dias de hoje, o plano consiste em iniciar os estudos da história da nação chinesa desde o jardim-de-infância à universidade, honrando o «Império do Meio». Ligado a este fator está, como referido anteriormente, o modo como os chineses vêem o Ocidente.

A partir de 1990, o PCC cria uma disciplina de educação patriótica - lecionada desde a escola primária até à universidade - com o intuito de reconstruir a legitimidade do partido aos olhos da população¹⁹. A própria entrada na universidade está dependente de um exame com questões políticas - marxismo, linha de pensamento de Mao Tsé-

¹⁵ *Never forget National humiliation* de Zheng Wang (2014; p: 224)

¹⁶ *The South China Sea: The Struggle for Power in Asia* de Bill Hayton (2015; p: 176)

¹⁷ *Never forget National humiliation* de Zheng Wang (2014; p: 232)

¹⁸ *Silent Invasion* de Clive Hamilton (2018, p: 9)

¹⁹ *Silent Invasion* de Clive Hamilton (2018; p: 11)

Tung, políticas adotadas pelo PCC -, garantindo que o plano educacional ao longo da infância e adolescência contribui para o patriotismo e unificação cultural pretendidos.

A questão é: até que ponto o PCC sentirá que alcançou o pico de rejuvenescimento nacional?

A memória histórica é o: “(...) *elemento-chave da formação da identidade nacional chinesa porque sem perceber este elemento, não conseguiremos compreender, totalmente, as percepções, atitudes e intenções dos chineses* (...)”²⁰. Ou seja, caso o PCC queira realizar um rejuvenescimento nacional, terá de modernizar o seu sistema político e de educação para o cidadão. Portanto, na perspectiva de Wang Zheng, os líderes e legisladores chineses devem ser mais realistas e menos nacionalistas. Porém, instituir o nacionalismo é agora visto como uma prioridade cultural. Para a RPC, esse objetivo é tão fundamental como a prosperidade económica do país.

É importante perceber que, para além do enaltecimento nacional, a RPC está também a querer voltar para o seu lugar no trono do sistema internacional. No século XIX, a China foi alvo de uma humilhação face ao comportamento e medidas tomadas pelos países ocidentais. Desde então, com a entrada na OMC e tornando-se o principal ator da manufatura global, ganhou o seu poder e influência na comunidade internacional, permitindo-lhe reivindicar o que antes fora seu. Logo, a missão e retórica do PCC têm vindo a apoiar-se na humilhação que o “Império do Meio” sofreu. Noutras palavras, a memória histórica tem sido crucial para a estratégia da política externa de Pequim.

Livros têm sido reescritos, museus sobre a história nacional da China têm sido inaugurados por todo o território de forma a que não sejam esquecidas as atrocidades praticadas na China pelos países ocidentais nos séculos passados. Com a maior população mundial, a RPC, ao ter a sua sociedade cada vez mais unificada, contribuirá não só para uma coesão cultural mais estável como para manter e fortalecer o posicionamento da sua política externa. Pequim tem alargado a esfera de influências na região. Tendo Washington como principal obstáculo na conquista da hegemonia no Indo-Pacífico, o PCC tem exercido influência nos países vizinhos.

Para Vasco Rato: “(...) *A ênfase de Xi Jinping no “rejuvenescimento nacional” e a postura estratégica assertiva da República Popular são desenvolvimentos críticos que contribuem para a formulação de estratégias de equilíbrio por parte dos estados vizinhos. Embora os países circundantes tenham aproveitado a oportunidade para*

²⁰ *Never forget National humiliation* de Zheng Wang (2014; p: 240, 241)

aprofundar os laços comerciais e de investimento com a RPC, não se mostram preparados para conceder-lhe um cheque em branco no que toca ao estabelecimento de uma ordem de segurança regional sinocêntrica. A presença dos EUA na Ásia continua, portanto, a ser requisitada pelos principais aliados regionais que enfatizam a urgência de reforçar os laços com Washington para combater o poderio chinês. Uma coisa é certa: a abordagem de “manter um perfil discreto” de Deng Xiaoping fora descartado por Xi Jinping (...)”²¹.

Logo, a China querará reforçar as relações com os países mais vulneráveis e também com os países desenvolvidos da região, como a Austrália.

1.2 O poder económico da China em prol da sua política externa

Atualmente, o seu imparável crescimento económico para além de influenciar países vizinhos mais frágeis, começou também por atingir países economicamente fortes. Nos últimos 10 anos, esta influência por parte da China é notável. Através das ligações diplomáticas, contribuíram para o súbito aumento de inaugurações tanto de embaixadas como de consulados em todo o globo.

O PCC tem uma visão diferente da ocidental. Recentemente, a China tem demonstrado à comunidade internacional uma nova abordagem. A criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), é um exemplo claro de que a China está a transformar a geometria do sistema internacional. Fazendo frente ao estatuto do Banco Mundial e do FMI e com a adesão de aliados dos EUA, como o Reino Unido, Austrália, Alemanha e Coreia do Sul, Pequim destrancou a porta de entrada financeira do Ocidente.

Comprometendo-se em aumentar a proteção ambiental, em ajudar os países em desenvolvimento, reduzindo a pobreza e aumentando a qualidade de vida nessas regiões, deixa a mensagem de que o Banco Mundial e o FMI têm uma nova concorrência direta.

Estas iniciativas criadas pelo PCC demonstram como a China quer ressurgir na comunidade internacional. Associado ao aumento brutal da sua esfera de influências, Pequim tem exercido uma coerção económica sob os países que não respeitem ou não atuem em conformidade com o regime chinês. Com o um dos maiores mercados do

²¹ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 210)

mundo, os líderes chineses consideram que a melhor forma de exercer influência é a partir do seu maior poder, a economia.

Recentemente, assistimos às medidas adotadas pela China face às declarações da Austrália relativamente à origem da Covid-19. Traduziram-se no corte das importações de produtos de setores-chave para a Austrália como, lã, lagostas, cevada, carne e vinho. Em outras palavras, poderemos dizer que a China demonstrou ser capaz de prejudicar a economia australiana de um dia para o outro. Segundo Paul Karp, um estudo realizado por Shiro Armstrong²² registou que no decorrer de 2020 a Austrália recebeu apenas 1 bilhão de dólares em investimentos chineses, enquanto que em 2016 recebeu 16.5 bilhões²³. Esta diminuição ao longo dos últimos 5 anos, traduz-se agora em uma queda de 61% de investimentos chineses em solo australiano, tendência que o novo governo liderado por Anthony Albanese tentará contornar.

Com o seu poderio económico e financeiro, a China tem vindo a aproximar-se cada vez mais da Austrália. Através de acordos comerciais e de diversos investimentos, a RPC tem ganho o seu espaço no quotidiano australiano: no próprio governo australiano, partidos políticos recebem doações de empresas chinesas através de investimentos no setor privado. Oriana Skylar Mastro, reforça também o aumento da influência chinesa nas elites políticas australianas como neozelandesas, através de doações aos candidatos com maior possibilidade de ganhar eleições²⁴. A partir de ligações políticas estabelecidas entre ambos os governos, tem sido possível financiar diretamente infraestruturas com o “intuito” de contribuir para o rápido desenvolvimento e atualização dos dois países. Não criando grandes constrangimentos ao governo australiano, o seu nível de aceitação aumentou significativamente face às “investidas” do governo chinês. Mas, os últimos três anos têm marcado os “piores momentos” da relação sino-australiana. Voltando à questão da missão do PCC, o «grande rejuvenescimento da nação» contribuiu para que a Austrália também tenha sido diretamente influenciada pelas estratégias internas de Pequim. Outra questão relevante, tem sido a introdução de diversos Institutos Confúcio²⁵ como instrumento de *softpower*²⁶.

²² Director, Australia-Japan Research Centre; Director, East Asian Bureau of Economic Research; and Associate Professor, Crawford School

²³ 2021; *Chinese investment in Australia plunged by 61% last year, new data shows*

²⁴ 2019; Artigo publicado na revista *Foreign Affairs*; *The Stealth Superpower* de Skylar Mastro

²⁵ Organização responsável pela educação pública chinesa cujo objetivo é promover a língua e cultura chinesas

²⁶ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 197)

Segundo o anterior Ministro australiano dos Assuntos Internos, Peter Dutton: “(...) *Nós temos uma relação comercial muito importante com a China, mas nós não permitiremos que estudantes universitários sejam, excessivamente, influenciados (...)*”²⁷. Leva-nos a crer que a Austrália não permitirá que a influência da RPC esteja presente nos quadros universitários australianos. Peter Dutton estendeu o desagrado de Camberra com o posicionamento de Pequim, afirmando que: “(...) *Nós não permitiremos o roubo de propriedade intelectual e não permitiremos que órgãos do governo e outras instituições sejam “hackeadas” (...)*”²⁸. Poderemos considerar que o PCC através do seu poderio económico e financeiro, pretende infiltrar os seus valores nos países parceiros e apoderar-se de informação útil para a competição tecnológica. Porém, através das suas abordagens, a China tem conseguido alavancar ainda mais a economia australiana.

Isto é, o PCC viu este período como uma oportunidade para espalhar a cultura chinesa no território australiano, assim como em todo o globo. O plano elaborado pelo *Qiaowu*²⁹ é conduzido pela UFWD do Comité Central do PCC baseado na linha de pensamento marxista-leninista e maoista. O UFWD coordena organizações sociais chinesas, *media* de língua chinesa, associações de estudantes e associações de profissionais. Clive Hamilton diz que, Xi Jinping descreveu o UFWD como uma “arma mágica” no plano do “grande rejuvenescimento da população chinesa”³⁰. Poderemos perceber que a diáspora chinesa representa uma oportunidade para o PCC obter o esperado sucesso nos seus planos. Tendo em atenção os mais de 50 milhões de chineses residentes fora do país, o governo chinês acaba por dispor de diversos “ativos” em todo o globo. Neste plano, para além do plano de rejuvenescimento, são alocados desde funcionários do governo a especialistas de empresas chinesas, de forma a promover a “cirúrgica emigração chinesa”. Gerida por políticas e práticas do PCC, esta operação envolve a gestão de muitos chineses residentes fora do país para avaliar o seu comportamento e perceção em relação aos interesses do governo chinês. No caso da Austrália, a vontade do PCC é tornar a comunidade chinesa bem vista por todos os australianos para facilitar o controlo a partir Pequim³¹. Ou seja, o *Qiaowu* ajuda a integração dos chineses na vida política e também a aumentar a influência de poderosos empresários chineses na elite australiana. Logo, acaba por ser evidente o enorme

²⁷ 2019; Peter Dutton vows to “call out” China over foreign interference and cyber hacks

²⁸ 2019; Peter Dutton vows to “call out” China over foreign interference and cyber hacks

²⁹ Gestão Internacional dos Assuntos chineses

³⁰ *Silent Invasion* de Clive Hamilton (2018; p: 29)

³¹ *Silent Invasion* de Clive Hamilton (2018; p: 29)

interesse que o PCC tem em promover a emigração de chineses fiéis ao regime. Quanto maior for o número, maior será a influência em Camberra. A questão que se levanta é a de saber, com o passar do tempo, o que poderá acontecer com os sino-australianos que concordarem com os políticos chineses.

É igualmente oportuno lembrar que a Austrália foi dos países ocidentais a lidar melhor com a crise de 2008. Foi devido à influência chinesa na sua economia, que a Austrália conseguiu manter um crescimento económico estável através de relações comerciais muito favoráveis e com o aumento dos seus ativos. Este é outro exemplo claro como a China está a reformar o sistema internacional. Como o seu crescimento económico, influência e poder comercial aumentaram significativamente, tornou-se um poderoso e eficiente parceiro comercial, capaz de reestruturar a economia no Indo-Pacífico. O caso da Austrália diz-nos que este país já não é um “país economicamente ocidental”. Para além da sua economia, o comércio internacional está cada vez mais dependente da RPC. No entanto, a Austrália quer considerar-se um país independente e neutro entre a China e os EUA.

Contudo, a influência do poder económico da RPC na região, tem impulsionado a “Nova Rota da Seda”, um projeto internacional lançado em 2013. Este resume o projeto do governo chinês, estimado em 1.5 triliões de dólares, que tem como propósito estabelecer rotas para consolidar a logística comercial em todo o globo e facilitar o investimento em infraestruturas no exterior - gasodutos, oleodutos, portos, linhas férreas e outro tipo de infraestruturas necessárias para que o projeto tenha o sucesso pretendido. Tal como apresentado pelo ADB no «website» da “Nova Rota da Seda”, 71 países já assinaram contratos de cooperação no âmbito deste projeto que estima chegar a um investimento de 26 triliões de dólares até 2030. Isto é, Pequim terá a possibilidade de investir em novos mercados e controlar cadeias de abastecimento em várias regiões.

Considerando que a economia australiana é orientada pela exportação, a “Nova Rota da Seda” pode não significar uma ameaça para Camberra. Indiretamente, poderá criar mais postos de trabalho na Austrália e, por conseguinte, aumentar as exportações. Um exemplo disso foi o memorando de entendimento entre o governo do Estado de Victoria e a Comissão Nacional de Desenvolvimento, juntamente com a reforma da RPC no âmbito da cooperação da “Nova Rota da Seda”. Conforme publicado pelo *The Guardian*³², Daniel Andrews³³ disse: “(...) *Com o maior programa de infraestruturas*

³² 2020; Artigo publicado no jornal *The Guardian* – “China’s belt and road initiative: what is it and why is Victoria under fire for its involvement?” de Josh Taylor

da história a caminho do nosso Estado, temos a capacidade e conhecimento da conceção deste projeto e a distribuição que a China está à procura, o que significa mais trabalhos, mais comércio e investimento para os vitorianos (...)"³⁴. No entanto, a perspetiva norte-americana relativamente à “Nova Rota da Seda”, crê que os países participantes possam estar sujeitos ao desenvolvimento de uma dependência económica com a China capaz de impulsionar Pequim a avançar com os seus interesses geopolíticos³⁵.

Será essencial referir que a ajuda da RPC é geralmente feita através de empréstimos bancários provenientes de bancos-estatais chineses, controlados pelo PCC. Inicialmente, esta ajuda aparenta ser bastante atrativa visto que por vezes não tem juros nem taxas anexadas, reformas de mercado ou de governo que existem em países ocidentais. Contudo, têm também demonstrado medidas impetuosas. Para além do corte nas importações de produtos australianos devido às declarações da Austrália contra o comportamento do regime chinês em relação ao início da pandemia, um exemplo que demonstrou o *modus operandi* chinês foi a negociação com o Sri Lanka. O facto de o Sri Lanka não ter conseguido pagar o empréstimo concedido pela China, fez com que para a sua própria sobrevivência, a única hipótese fosse ceder a concessão portuária por 99 anos à RPC. Para que não bastasse, o PCC também exige favores e deveres como por exemplo o não reconhecimento de Taiwan. Segundo Shaun Rein³⁶,: “(...) *se não fizerem o que os líderes políticos de Pequim querem que vocês façam, estes castigar-vos-ão economicamente.* (...)”³⁷ o que apenas confirma os acontecimentos recentes na relação sino-australiana.

Leva-nos a questionar qual a razão para a China continuar a adotar este tipo de comportamento pouco diplomático e humanitário. Poderemos presumir que muitos dos princípios e medidas do Direito Internacional vão de encontro aos objetivos e ambições do PCC. As reivindicações do regime chinês no Mar do Sul da China terem sido negadas pelo Direito Internacional é um claro exemplo disso.

Em 2005, de forma a ser bem visto pela comunidade internacional e em especial pelo Ocidente, Hu Jintao³⁸ aproveitou o melhor momento para tal. Na Assembleia-Geral das Nações Unidas discursou acerca da importância da harmonia e da paz para um

³³ Governador do Estado de Victoria

³⁴ 2020; *China's Belt and Road Initiative: What is it and why is Victoria under fire for its involvement?*

³⁵ 2023; *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics, The Case of the Belt and Road Initiative, Chapter 5 The BRI in Xi's China "Grand Strategy": An Instrument to Restore Chinese Centrality in a New Era* de Luís Tomé (2023; p: 67)

³⁶ Fundador do *China Market Research Group* (Grupo de Pesquisa do mercado chinês)

³⁷ *Silent Invasion* de Clive Hamilton (2018; p: 143)

³⁸ Antecessor de Xi Jinping (Ex-Presidente da RPC e ex-Secretário-Geral do PCC)

Mundo próspero: “(...) *A China reger-se-á, como sempre, pelos propósitos e princípios da Carta da ONU, participará ativamente nos assuntos internacionais e cumprirá as suas obrigações internacionais e, trabalhará com outros países na construção a caminho de uma nova ordem política e económica internacional que seja justa e racional. A nação chinesa ama a paz. O desenvolvimento da China, em vez de prejudicar ou ameaçar alguém, só pode servir a paz, a estabilidade e a prosperidade comum no mundo*”³⁹.

No entanto, Deng Xiaoping afirmou que o Ocidente se apoiava em políticas de direitos humanos, liberdade e democracia de forma a salvaguardar os interesses dos países ricos e poderosos, tirando vantagem dos países mais fracos através da sua hegemonia política⁴⁰. Ou seja, é crucial perceber se a ascensão da China apoia ou ameaça a ordem internacional democrática⁴¹. Certos autores argumentam que a China pretende alterar o sistema internacional. De acordo com Vasco Rato: “(...) *Apesar de Xi garantir que a RPC é um estado benigno em ascensão, o documento “A Defesa Nacional da China na Nova Era” tornado público em 2019, antevê uma ordem mundial multipolar acompanhada por um sistema “reformado” de governança global. Quer isto dizer que à medida que se expande para novas regiões do globo, a China pretende, incrementalmente, erguer uma nova arquitectura de segurança internacional (...)*”⁴². Neste seguimento, Amitav Acharya considera que: “(...) *é uma falácia presumir que só porque a China, a Índia e outras potências emergentes beneficiaram com a ordem hegemônica liberal, fará com que estes cumpram as suas normas e instituições. Eles podem não tentar derrubá-la, mas podem pressioná-la para que haja mudanças capazes de alterar significativamente as regras e instituições da Ordem Mundial (...)*”⁴³. Ao mesmo tempo, Andrew J. Nathan sublinha a importância da RPC em unir-se a organizações e causas que defendem os direitos humanos, ao dizer: “(...) *também é digno de notar a envolvimento da China no regime internacional dos direitos humanos. Para além de reconhecer o valor da DUDH (que não é um Tratado, logo não pode ser assinada por Estados) a China ratificou ou acedeu ao Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais e convenções sobre a escravatura, genocídio, direitos da criança, direitos da mulher, discriminação racial, tortura e direitos das pessoas com*

³⁹ *On China* de Henry Kissinger (2011; p: 534)

⁴⁰ 2017; Artigo publicado na revista *Foreign Affairs*; *China vs America – Managing the next clash of civilizations* de Graham Allison

⁴¹ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Bekkevold e de Jo Inge Bekkevold (2016; p: 167)

⁴² *De Mao a Xi* de Vasco Rato (2020; p: 199)

⁴³ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Bekkevold e de Jo Inge Bekkevold (2016; p: 167)

deficiência, entre outros (...)»⁴⁴. Acrescenta ainda que⁴⁵ o compromisso da RPC tem sido afetado pela preocupação na segurança regional, pelo foco na “autonomia estratégica”, por questões de políticas internas e pela escassez de diplomatas. Posto isto, a pergunta é: Por que razão a China é dos países com maior participação em organizações internacionais e, por conseguinte, em iniciativas e Tratados baseados na cooperação internacional e nos direitos humanos?

A China, ao fazer parte deste sistema, beneficiou o seu posicionamento e aumentou o conhecimento dos sistemas económicos e financeiros e do comércio internacional. Para além de ter ganho estes benefícios, a China ganhou a oportunidade de moldar a evolução do sistema a seu favor, tornando-se um Estado com um papel decisório na comunidade internacional⁴⁶. Para uns, a China tem perdido o seu papel enquanto contribuidor para a cooperação internacional e tem demonstrado ao mundo a sua faceta disruptiva. Para outros, tem apenas demonstrado que uma nova Era chegará. Com novos valores e novas regras assentes nos princípios económicos e financeiros, a China trará à comunidade internacional uma nova forma de se autogovernar.

1.3 Competição estratégica e económica (As implicações da Nova Rota da Seda)

De uma perspetiva mais ampla, Lee Kuan Yew⁴⁷ ao citar o poema «*What do you really want from us?*»⁴⁸ num artigo da Forbes (2008), demonstrou a sua insatisfação relativamente ao fosso existente entre o Ocidente e a China. Reforçando a ideia de Lee Kuan Yew, segundo Bill Hayton⁴⁹, desde 2009 que a China é o maior parceiro comercial da Malásia (90 biliões) com 30 biliões de excedentes a favor de Kuala Lumpur. Não sendo pro-China nem pro-América, a Malásia tem demonstrado ao sistema internacional como manter uma relação próspera com a China.

No contexto internacional, a China tem adotado estratégias que acabam por usar a força, mas não a força militar⁵⁰. Através do poderio económico, as ambições de Xi e do partido passaram por atrair os Estados que necessitam de ajuda externa. Ao providenciar empréstimos, construção de infraestruturas e investimentos no setor industrial e empresarial, a China tem vindo a demonstrar ser totalmente capaz de formar um grupo

⁴⁴ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Bekkevold e de Jo Inge Bekkevold (2016; p: 172)

⁴⁵ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Bekkevold e de Jo Inge Bekkevold (2016; p: 173)

⁴⁶ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Bekkevold e de Jo Inge Bekkevold (2016; p: 173)

⁴⁷ Primeiro-Ministro de Singapura entre 1959-1990

⁴⁸ O que realmente vocês querem de nós?

⁴⁹ *The South China Sea: The Struggle for Power in Asia* de Bill Hayton (2014; p: 171, 172)

⁵⁰ *The South China Sea: The Struggle for Power in Asia* de Bill Hayton (2014; p: 224)

de Estados com base, principalmente, no comércio, logística de transportes, comunicação e respetivos financiamentos.

Através do AIIB, as ações de cooperação financeira de Pequim têm contribuído para o crescimento económico de diversos países. Por meio de investimentos em infraestruturas - cruciais para a evolução global - a China tem acabado por representar uma nova abordagem do desenvolvimento internacional e, por conseguinte, tem diminuído a influência norte-americana em todo o globo. E, é totalmente natural que isso aconteça. Isto é, um Estado que esteja em ascensão pretende sempre moldar a região que o rodeia a seu favor.

Para além do AIIB, a “Nova Rota da Seda” também contribuirá para o sucesso chinês no âmbito da competição estratégica e económica. Considerando a dependência que a China tem relativamente aos seus “principais clientes” (países ocidentais), será essencial que o governo contrarie uma possível desassociação, mantendo o país como fornecedor predominante e principal responsável pela logística internacional. Ou seja, a RPC pretende alcançar o domínio económico internacional. Através da implementação de um programa que abranja o maior número de países possível em todo o globo, criará uma enorme interdependência entre estes a nível comercial; o que fará com que, futuramente, possa promover todos os produtos provenientes do «*Made in China 2025*».

Nos últimos 40 anos, o «*engagement*» que a China tem tentado alcançar com o resto do mundo, tem sido através de um pacífico desenvolvimento económico. Apesar do poderio alcançado, Clive Hamilton refere que⁵¹ David Kelly⁵² expõe a dificuldade que a China terá, não sendo suficientemente estruturada para representar um papel de liderança no sistema internacional. O facto de ser um regime totalitário e nacionalista acaba por ser contraditório para um Estado que ambiciona ter uma responsabilidade num mundo globalizado, cultural e politicamente diversificado. Contudo, a sua influência económica, financeira e política tem sido fortemente acompanhada por um «*soft power*» adotado pelo regime de Xi Jinping. A comunicação da China tem passado por apoiar, recuperar e estimular a prosperidade económica de todos os países que pretendem aderir à iniciativa da “Nova Rota da Seda”.

Ao mesmo tempo, os investimentos - desde infraestruturas a empréstimos - têm requerido a criação de empresas e instituições – constituídas por equipas de profissionais chineses - que acabam por permanecer no território em questão para

⁵¹ *Silent Invasion* de Clive Hamilton (2018; p: 21)

⁵² Diretor de Pesquisa do *China Policy*

acompanharem o processo. Um exemplo disso, é a estratégia do PCC em África. O crescimento da influência chinesa no continente africano não é por acaso. É verdade que tem investido, principalmente em infraestruturas e têm pago parte das dívidas externas de alguns países africanos. No contexto da “Nova Rota da Seda”, estes investimentos têm uma estratégia por detrás e as implicações poderão ditar qual o futuro do percurso do sistema internacional. Para além da influência económica, a China tem influenciado estes países a nível político e militar. O investimento em instituições em África tem envolvido novos *standards* e medidas introduzidas pelo PCC como doações a regimes ou partidos políticos. Todos os portos, aeroportos, estradas, transportes e comunicações, financiados pelo regime chinês, não têm apenas o propósito económico e cooperativo comuns. A abertura de institutos Confúcio em todos os países africanos tem sido uma amostra disso. E, estas implicações também se aplicam ao território australiano. A Austrália tem sido um dos países participantes mais ativos nesta iniciativa o que tem aberto as portas de várias instituições a Pequim o que tem potenciado a intervenção e aumento de influência do PCC na esfera política e do setor privado australiano. Deste modo, tem-se tornado claro que as políticas e orientações do PCC têm coincidido com as políticas de influência e também a importância que tem para a RPC promover e propagar a sua cultura no maior número de países possível. Ou melhor, os objetivos estratégicos do PCC estão presentes nestas iniciativas. Poderemos perceber que as ambições e objetivos do Presidente Xi Jinping têm-se enquadrado na “Nova Rota da Seda” de forma a criar ligações entre geoeconomia e geopolítica na Ásia e Euroásia e em reformular a governação global para que possa construir um novo mundo centrado na RPC, competindo diretamente com os EUA⁵³.

Tal como apresentado por Martin Jacques na Universidade de Melbourne⁵⁴, a China representa dois desafios ao mundo como nós o conhecemos. O primeiro diz respeito ao facto de a China ser um forte candidato a grande potência mundial com características que não estamos habituados a lidar: uma população a rondar os 1.3 mil milhões de habitantes e uma economia capaz de competir com a norte-americana. E o segundo desafio refere o poder económico e militar como fatores de grande capacidade para reestruturar, transformar e reformar o sistema internacional atual. Ou seja, a China tem características para ter um tremendo potencial na região do Indo-Pacífico. Uma das suas prioridades é garantir a hegemonia no Mar do Sul da China e a autossuficiência em

⁵³ 2023; *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics, The Case of the Belt and Road Initiative, Chapter 5 The BRI in Xi's China "Grand Strategy": An Instrument to Restore Chinese Centrality in a New Era* de Luís Tomé (2023; p: 68)

⁵⁴ 2012; Conferência na Universidade de Melbourne com Martin Jacques, autor do livro *When China rules the world*

fontes de energia. Por questões tanto geopolíticas como geoestratégicas, será crucial para o governo chinês conseguir afirmar a sua soberania em relação às fronteiras marítimas e às regiões autónomas.

Para além da importância das rotas marítimas – de acordo com os dados apresentados pelo *Council on Foreign Relations*⁵⁵, 3.37 triliões de dólares provenientes do comércio internacional passam pelas águas do Mar do Sul da China -, estima-se que haja o equivalente a 11 biliões de barris de petróleo e 190 triliões de metros cúbicos de gás natural no Mar do Sul da China. No que diz respeito às regiões autónomas: no caso de Xinjiang, para além de se tratar de uma repressão religiosa, existem interesses geoestratégicos e económicos. O facto de a região ser rica em gás natural e de a sua localização geográfica ser fundamental para as rotas terrestres da “Nova Rota da Seda”, faz com que com esta apresente as condições necessárias para a construção de importantes infraestruturas de diversificação de energia (gasodutos capazes de fornecer diversas cidades chinesas) e comércio. Para que seja exequível dar continuidade às exportações, a China necessitará que a respetiva logística não pare. No entanto, segundo a EIA apesar de a RPC ser o quinto maior produtor de petróleo a nível global, o consumo doméstico tem vindo a aumentar drasticamente. De acordo com a análise feita pela EIA: “(...) o crescimento do consumo de petróleo na China foi responsável por cerca de dois terços do consumo global de petróleo em 2019. A China consumiu cerca de 14.5 milhões (barris por dia) e outros líquidos em 2019, um aumento de 4% (500.000 de barris por dia) face a 2018 (...)”⁵⁶,. Ou seja, as fontes de energia são um ponto-chave essencial para o sucesso da China no contexto da competição estratégica e económica.

As medidas ambientais têm contribuído para um abrandamento do consumo de combustíveis fósseis. Assim, tem havido uma aposta na produção de veículos mobilizados a combustíveis alternativos, ainda sem grande sucesso. As indústrias ao produzirem cada vez mais, vão precisando de mais energia. O facto de a RPC ter a maior manufatura mundial, dependendo a sua economia das exportações, significa que a indústria necessita de muita energia. Esta situação, pode fazer com que a China tenha de redefinir a sua estratégia.

Desde 2019 que os planos não têm corrido como pretendido a Xi Jinping. Embora os EUA estejam ocupados com questões internas e, externamente, com a guerra entre a

⁵⁵ 2020; *Territorial Disputes in the South China Sea*

⁵⁶ 2020; *Country Analysis Executive Summary: China*

Ucrânia e Rússia, o PCC tem sido alvo de inúmeras críticas relativamente à pandemia da Covid-19 por ter dado prioridade ao controlo de informação em vez de se ter focado na prevenção da doença antes de ter sido declarado o estado de emergência. Muitas das atividades chinesas no Mar do Sul da China têm sido consideradas ilegais e a perseguição e detenção de aproximadamente 1 milhão de uigures em Xinjiang, devido ao posicionamento político e religioso alertaram os países ocidentais. Acrescentando, o clima de tensão vivido intensamente em Hong Kong e com o 2º mandato da Presidente de Taiwan Tsai Ing-Wen, forte opositora do governo do PCC, marcam sem dúvida, um ciclo negativo na era de ascensão da China.

Na perspetiva do PCC, a China precisa do Ocidente para manter o seu crescimento económico; por outro lado, necessita de demonstrar ao povo que a sua narrativa e os objetivos serão para cumprir e que não se renderá ao poderio ocidental. Assim, para reforçar o sucesso da governação do PCC, Xi Jinping tem de adotar uma postura que honre a sua diegese sobre os objetivos propostos para o país.

O crescimento económico fez com que a credibilidade do governo aumentasse perante o povo. Distanciando-se ainda mais da realidade política ocidental, o sucesso económico fortalecia ainda mais os objetivos do regime tanto no país como no Indo-Pacífico. Isto é, o regime chinês fortaleceu os seus ideais baseando-se meramente no sucesso económico. Mas, sendo a China um país com 1.3 biliões de pessoas, com inúmeras culturas, costumes, mentalidades e realidades, poderá ter de enfrentar novamente situações de grande descontentamento por parte da população. O caso de Hong Kong, Taiwan, Tibete e de Xinjiang são exemplos claros que a China está longe de unificar a população como tanto ambiciona. Não obstante, enquanto mantiver a estabilidade e crescimento económico, a China poderá ter grande parte da população do seu lado. Seguindo o raciocínio de Martin Jacques⁵⁷, independentemente do que acontecer, o Estado chinês terá sempre uma imagem de esperança perante o povo.

No entanto, as relações internacionais da China estão aquém do esperado. Considerando o seu *status* na conjuntura do sistema internacional, era esperado que com a sua influência se tornasse uma responsável «*stakeholder*»⁵⁸ perante tudo e todos.

⁵⁷ 2012; Conferência na Universidade de Melbourne com Martin Jacques, autor do livro *When China rules the world*

⁵⁸ “interveniente/ parte interessada”

Capítulo 2 Competição de segurança

2.1 O aumento do poder militar da China

A resposta dos EUA e dos seus aliados à afirmação do poderio militar de Pequim trouxe uma nova realidade à região do Indo-Pacífico desencadeando uma competição para a segurança.

Dado o seu crescimento e grau de importância na comunidade internacional, a RPC tem estado empenhada em aumentar e fortalecer o seu exército em todas as frentes.

De acordo com Helge Hveem e T.J. Pempel⁵⁹, os países que são: “(...) economicamente, interdependentes estão dispostos a comportar-se, pacificamente, uns com os outros, mais do que se não tivessem essa interdependência (...)”. Neste sentido, ambos referem ainda que: “(...) a dependência de exportações, investimentos estrangeiros e importações de tecnologia e recursos naturais, bem como os seus enormes investimentos em títulos nos Estados Unidos e na Europa, levam a China a adotar uma abordagem pacífica quando lida com outras nações, incluindo outras grandes potências (...)”. No entanto, considerando o artigo escrito no *The Economist*⁶⁰ Pequim poderá estar a aguardar o seu momento: “(...) grandes dragões podem esconder-se por entre enormes montanhas ou por mares sem limites, antes de distribuírem golpes para sacudir a terra (...)”.

Segundo Vasco Rato: “(...) Entre os dez maiores exércitos permanentes do mundo, sete encontram-se no Indo-Pacífico; e, seis países da região possuem armas nucleares. Nove dos dez portos marítimos mais movimentados do mundo estão na região e 60% do comércio marítimo global transita pela Ásia com cerca de um terço a passar pelo Mar do Sul da China (...)”⁶¹, o que fará com que a capacidade e assertividade militar chinesas se intensifique cada vez mais.

Em 2019, o aniversário dos 70 anos do PCC foi celebrado com a apresentação de mísseis nucleares (DF-41), o novo armamento de longo alcance (Yj-100), capazes de atingir os EUA a partir da China, novas plataformas de defesa (ilhas artificiais com postos militares, portos e aeroportos que corresponde a 3.200 m² de território terrestre artificial nestas águas), submarinos, navios, aviões e satélites, com capacidade de conter o poder militar norte-americano, australiano, japonês e indiano na região. A

⁵⁹ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Ross e de Jo Inge Bekkevold (2016; p: 196)

⁶⁰ 2019; *Xi's embrace of false history and fearsome weapons is worrying*

⁶¹ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 228)

apresentação do material bélico tinha como objetivo deixar duas mensagens. A primeira, sublinhar o seu poderio militar impossível de desafiar; a segunda mensagem, reafirmar a sua influência enquanto grande potência global graças ao PCC⁶². Para além deste «*show-off*» arsenalista, um dos principais temas a serem debatidos na primeira Conferência Política Consultiva do Povo Chinês na “Era Covid-19” mais conhecida como reunião “Duas Sessões” foi a questão militar. De acordo com Geoff Raby⁶³, no que diz respeito aos objetivos de Pequim, existem dois pontos chave: a integridade territorial e a preservação do poder do PCC.

Ao longo dos últimos vinte anos, o poder económico chinês tem vindo a potenciar o poder militar, o que é natural no processo de ascensão de qualquer país. Isto é, o feroz crescimento económico tornou possível investir na capacidade militar de forma a caminhar para o pódio da hegemonia na sua região. As tensões provocadas acabam por ser formas do PCC promover o seu poderio e liderança na região e de enfraquecer os EUA. Segundo, Vasco Rato: “(...) *Para cumprir este objetivo nos anos mais próximos, o aumento de verbas destinadas às forças armadas pode ser difícil de garantir se a economia chinesa pós- “crise-covid” sobrecarregada pela dívida, continuar a desacelerar. Se tal cenário se concretizar, Xi pode optar por ações ousadas para mobilizar apoio; isto é, o PCC poderá provocar confrontos militares em Taiwan ou no Mar do Sul da China, até porque os atuais capacidades militares da RPC tornaram a ação militar na vizinhança tão atrativa quanto arriscada (...)*”⁶⁴. Esta perseguição à hegemonia no Indo-Pacífico tem feito com que os pequenos vizinhos evitem qualquer tipo de confronto com a China. O que poderá trazer graves consequências para o sistema internacional: os países, sentindo-se ameaçados, poderão colocar os seus interesses e a soberania em jogo, concordando ou dando-se por vencidos pelas políticas adotadas pelo PCC. Robert Blackwill e Ashley Tellis consideram que a RPC, ao tentar diminuir a influência norte-americana no Indo-Pacífico, poderá estar a correr um risco demasiado elevado. Sugerem que Washington deva contribuir para um equilíbrio que inclua: “(...) *o estabelecimento de acordos comerciais de preferência com aliados e parceiros dos EUA que, deliberadamente, excluíssem Pequim; a imposição de sanções económicas à China, caso esta não reduza o nível de intervenção do Estado em áreas como a moeda e o comércio; o impedimento da China adquirir uma capacidade militar que lhe permita causar “danos estratégicos de alta alavancagem” aos EUA; e, o*

⁶² *The Economist* (2019; *Xi’s embrace of false history and fearsome weapons is worrying*)

⁶³ *The China’s grand strategy and Australia’s future in the New Global Order* de Geoff Raby (2020; p: 25)

⁶⁴ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 205)

*fortalecimento da capacidade dos aliados de Washington na periferia da China (...)*⁶⁵. Porém, Lyle Goldstein e Michael Swaine argumentam que: “(...) a China não pretende empurrar os EUA para fora da região; em vez disso, a China pretende apenas esculpir um espaço para uma segurança compatível com a sua ascensão (...)”⁶⁶.

Considerando o passado histórico da China, poderemos entender a razão pela qual este Estado, já tão poderoso, pretende tornar-se ainda mais. Xi Jinping reconhece a influência das questões militares na segurança de um país: “(...) Sinto-me de coração partido pelos erros trágicos e de termos sido vencidos por causa da nossa ineptidão (...)”⁶⁷. Neste sentido, o forte poderio económico e militar da RPC está a deixar cada vez menos hipóteses aos Estados vizinhos. Tal como referido no “Livro Branco de Defesa de 2019 – A Defesa Nacional da China na Nova Era”, “(...) a segurança interna da China enfrenta ameaças. As disputas territoriais em terra ainda precisam de ser plenamente resolvidas (...)”⁶⁸. Segundo Vasco Rato a China está empenhada em corrigir as injustiças cometidas durante o século da humilhação nacional, acrescentando: “(...) O mesmo documento enfatiza que “as ilhas do Mar do Sul da China e as ilhas Diaoyu são partes inalienáveis do território chinês. A China está comprometida em resolver disputas relacionadas por meio de negociações com os estados diretamente envolvidos com base do respeito pelos factos históricos e pelo Direito Internacional. A China continua a trabalhar com os países da região para manter a paz e a estabilidade. Defende firmemente a liberdade de navegação e de sobrevoo de todos os países de acordo com a lei internacional e protege a segurança das linhas de comunicação marítimas (SLOC) (...)”⁶⁹. No entanto, o mesmo documento retrata o Exército de Libertação Popular como⁷⁰: “(...) uma força firme em prol da paz mundial, da estabilidade e da construção de uma comunidade de destino comum para a humanidade. Intenções benignas visam tranquilizar os estados vizinhos que olham com inquietação para o crescimento do poder militar chinês (...)”⁷¹. Em 2013, Huang Jing mencionou em conversações com a *New York Times* que: “(...) o que a China está a fazer, é colocar as suas duas mãos atrás das costas e usar a sua barriga para empurrar, desafiando (...)”⁷². Um exemplo disso é o A2/ D2⁷³: uma estratégia adotada

⁶⁵ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 233)

⁶⁶ *The third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 234)

⁶⁷ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 211)

⁶⁸ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 210)

⁶⁹ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 211)

⁷⁰ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 235)

⁷¹ Livro Branco de Defesa de 2019 – A Defesa Nacional da China na Nova Era

⁷² Diretor do “Centre on Asia and Globalization of Public Policy in Singapore”

⁷³ Estratégia que define: Anti acesso/ Área de negação numa determinada zona

pelo exército chinês para conter e impedir que forças estrangeiras entrem ou ocupem zonas territoriais (terrestres, marítimas ou aéreas) do seu interesse. Em resposta ao A2/D2, os EUA (2012), através do «*Joint Operational Access Concept*»⁷⁴ deixaram bem claro que o objetivo da sua operação seria: “(...) *a habilidade de projetar forças militares numa área de operações com liberdade de expressão suficiente para cumprir uma missão (...)*”. Ou seja, os Estados Unidos consideraram a sua operação capaz de estabelecer uma zona com capacidade de conter qualquer conflito. De acordo com Bill Hayton, é fundamental perceber quais as zonas que apresentam um maior potencial de confrontos e quais não apresentam⁷⁵. Seguindo o seu raciocínio, são duas as razões para as hostilidades: as disputas territoriais e as relacionadas com fronteiras marítimas. É uma questão tão indefinida que, a publicação de qualquer mapa na China obriga à sua aprovação pela Administração Nacional de Pesquisa, Cartografia e de “Geoinformação”⁷⁶. Incrivelmente, até mesmo organizações não-governamentais que pretendem apenas assinalar a zona da sua ação na China, não podem publicar qualquer mapa a não ser que este apresente o “Mapa linha U”⁷⁷. Do ponto de vista do Dr. Wu Shicun⁷⁸, o “Mapa linha U” deveria definir que dentro das fronteiras marítimas ficasse estabelecido quem tinha direito para dominar o território delineado. Por esta razão, os interesses da RPC vão desde questões relacionadas com a soberania nacional aos recursos económicos⁷⁹: afirmar-se enquanto grande potência regional, reivindicando os seus direitos históricos nas águas do Mar do Sul da China para garantir os recursos naturais aí existentes (petróleo, gás natural, peixe, hidrocarbonetos, etc.) e comerciais (um terço de todo o transporte marítimo mundial passa por estas águas); otimizar a sua estratégia para proteger as cidades costeiras; e ter acesso direto às águas do Oceano Índico e Pacífico⁸⁰. Portanto, tal como Vasco Rato refere, é importante relembrar que: “(...) *À medida que as infraestruturas industriais da RPC se concentravam no litoral em resultado do crescimento das exportações, o acesso a rotas marítimas internacionais seguras passou a ser um objetivo primordial. A rápida expansão económica da China também exigia energia, particularmente, o petróleo oriundo do Oriente Médio que transita pelo Estreito de Malaca e pelo Mar do Sul da China antes*

⁷⁴ “Conceito de acesso às operações conjuntas”

⁷⁵ *The South China Sea: The Struggle for Power in Asia* de Bill Hayton (2014; p: 246)

⁷⁶ *The South China Sea: The Struggle for Power in Asia* de Bill Hayton (2014; p: 250)

⁷⁷ Também conhecido como “Linha dos nove traços”, oficialmente, divulgado como Atlas das áreas Administrativas da RPC que englobam as Ilhas Diaoyu (igualmente, reivindicadas pelo Japão, mas conhecidas como Senkaku), o Arquipélago Paracels (igualmente, reivindicadas pela Coreia do Sul), Banco de Areia Scarborough e o Banco de Areia Second Thomas (reivindicados pelas Filipinas) demarcam o território que a RPC reivindica no Mar do Sul da China

⁷⁸ Presidente do Instituto Nacional dos Estudos do Mar do Sul da China

⁷⁹ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 213)

⁸⁰ *The South China Sea: The Struggle for Power in Asia* de Bill Hayton (2014; p: 252)

de chegar aos portos chineses. Em suma, as “rotas marítimas de comunicação” (SLOC) no Sudoeste Asiático tornaram-se críticas para a segurança e economia do país (...).”⁸¹.

Desta forma, em 2012 o Japão fortaleceu os laços com a Austrália, Índia e EUA com especial foco na contenção da ascensão chinesa. Seguidamente, em 2013 a Austrália desenvolveu um «*White Paper*»⁸² de Defesa Nacional que redefinia a região como Indo-Pacífico (um sistema de dois oceanos), destacando o avanço da China no Oceano Índico. No mesmo ano, a China definiu a sua própria estratégia e criou o projeto da “Nova Rota da Seda”. Com uma visão quase “imperialista”, Pequim apresentou um plano que visava a construção de infraestruturas que otimizassem a logística que desenvolveria e contribuiria para a prosperidade económica de todos os países que participassem no projeto.

Ou seja, como Rory Medcalf refere, a China procura a hegemonia na região devido ao facto de esta ser uma “etapa decisória” no plano de Pequim substituir Washington⁸³. Logo, fará parte do trabalho de Camberra, evitar o conflito sem comprometer os seus interesses, princípios e valores. Para tal, a Austrália precisará de trabalhar com os países vizinhos que se sentem, igualmente, ameaçados pelo posicionamento agressivo da China no Indo-Pacífico. Quando as intenções são maiores que as capacidades, torna-se inexequível pôr em prática os planos delineados. Posto isto, para Rory Medcalf, o único objetivo realista para a Austrália é a coexistência competitiva.

Nesse sentido, algo mudou na estratégia militar de Camberra. Segundo Hugh White⁸⁴, entre 1976 e 2013, a autossuficiência militar era considerada uma das principais prioridades na agenda da sua defesa nacional australiana. Atualmente, a atualização do programa de defesa não refere nenhum planeamento sobre a proteção do território. Desta forma, Camberra dá-nos a entender que adotará uma estratégia focada na região e não apenas no território nacional. Focando-se na procura e na definição de novos parceiros e aliados desde as fronteiras marítimas da Nova Zelândia às da Índia e China, a Austrália, a partir dos princípios e valores democráticos, procurará coligar-se aos países que partilhem a mesma ideologia e que tenham objetivos em comum para o futuro da região Indo-Pacífico.

⁸¹ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 215)

⁸² Livro Branco

⁸³ 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; Balacing Act. Making sense of the Quad* de Rory Medcalf

⁸⁴ 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; Can Australia depend on its neighbors*; de Hugh White

Eventualmente, a Austrália poderá ter condições para aumentar e desenvolver as estruturas da Defesa Nacional, caso considere a opção de fortalecer os laços diplomáticos com os países vizinhos e com os seus aliados. Assim, demonstrará resistência e habilidade para confrontar as medidas autoritárias impostas pelo governo chinês. Isto é, tal como um forte poder militar é indispensável ao poder e influência de um país, a diplomacia também o é.

Ao decidir estabelecer uma iniciativa focada na promoção da paz e prosperidade regulada pelo Direito Internacional, a Austrália poderá fazer com que os EUA deixem de ter um papel de peça central na sua política externa. Isto porque, não desprezando a importância da presença militar norte-americana na região, Camberra pretende aumentar a capacidade de decisão no contexto militar, afirmando-se como uma potência regional determinada em conter a influência do PCC. Porém, esta influência é cada vez maior nos países mais vulneráveis da região. A partir do receio e medo sentidos por vários destes países asiáticos, a soberania destes tem vindo a ser ameaçada dia após dia. Ao mesmo tempo, a RPC está cada vez mais perto da hegemonia pretendida. Logo, no contexto da competição de segurança, um dos principais desafios da Austrália será ter a capacidade militar suficiente para garantir a segurança destes países.

Desta forma, poderemos presumir que a Austrália terá uma maior capacidade de decisão no contexto da competição militar. No «*White Paper*» da Defesa Nacional da Austrália (2016), estava explícito o apoio incondicional aos EUA em caso de guerra com a China. A atualização da estratégia de defesa e do plano de estrutura de força⁸⁵ enaltecem o reforço nas relações com os EUA, Japão, Índia e países-membros do ASEAN e outros países da região. Através da força naval, a China detém uma superioridade que permite conter a força aérea e naval australianas. Assim sendo, é fundamental considerar que um mau cálculo de Washington ou de Pequim poderá originar um conflito no Indo-Pacífico. Apesar da tarefa para encontrar novos aliados e parceiros na região ser difícil, a Austrália tem conhecimento que muitos dos países vizinhos partilham do seu receio. A China está cada vez mais próxima de obter a capacidade de romper o sistema internacional existente. A ideia de a China poder ganhar a soberania na sua região, fazendo frente aos EUA, é uma realidade que não pode ser ignorada. Contudo, poderemos assumir que a nova estratégia da Austrália não descarta os EUA. Adotando este novo posicionamento, a Austrália está a demonstrar que quer ganhar uma autonomia maior no contexto geoestratégico e geopolítico na

⁸⁵ 2020; *Defence Strategic Update & 2020 Force Structure Plan*

região. Atendendo à supremacia económica e militar da China, não será uma tarefa fácil. Mas, o facto de a China ser um competidor direto dos EUA no contexto económico como estratégico, leva-nos a presumir que atuar em conformidade com Camberra estará na agenda de Washington.

Contudo, Camberra demonstrou-se relutante face ao posicionamento norte-americano, quando Washington considerou a China como um rival estratégico. A Austrália apoiou os EUA na sua posição no Mar do Sul da China, mas decidiu não fazer parte de missões que visassem a liberdade de navegação às operações das tropas norte-americanas⁸⁶. A estratégia norte-americana, que tinha como objetivo a implementação de mísseis em território australiano, foi igualmente negada por Camberra. Neste seguimento, o que acabou por motivar Scott Morrison para conter os comportamentos chineses deveu-se a fatores domésticos. Considerando o anterior Primeiro-Ministro australiano como um político prático e não um estratega, Hugh White afirma que Scott Morrison aproveitou a oportunidade da má reputação que a China teve no início da pandemia, acabando por tirar vantagens políticas e construindo o seu posicionamento enquanto líder. Assim sendo, o ex-Primeiro-Ministro australiano distanciou-se dos EUA de forma a demonstrar ao Indo-Pacífico que não geria a sua política externa sob o comando norte-americano. Hugh White⁸⁷, não concorda com a postura adotada por Scott Morrison: a primeira viagem de Morrison durante a pandemia teve como destino Tóquio e visava a assinatura de um acordo de defesa para terem acesso a outras bases militares, demonstrando a fortificação da aliança sem precisarem da ajuda dos EUA.

De acordo com John Fitzgerald⁸⁸, as relações entre a Austrália e a China podem ter começado a deteriorar-se quando Pequim declarou a «*Air Defense Identification Zone*»⁸⁹ em 2013. Esta iniciativa ocupou e militarizou ilhas contestadas por vários Estados no Mar do Sul da China e reivindicou território marítimo através do “Mapa Linha U”.

O Mar do Sul da China é das zonas marítimas com maior tráfego a nível global e é detentor de recursos energéticos como o gás natural e petróleo; o que contribui para que a RPC tenha como prioridade estabelecer-se como a potência mais poderosa na região. Tendo a principal manufatura mundial, necessitará de controlar as rotas do comércio internacional do Mar do Sul da China. Poderemos perceber que, para atingir os seus

⁸⁶ Entrevista de Hugh White a Jacek Bartosiak; 2020; *Canberra's Strategic Posture – Strategy & Future*

⁸⁷ Entrevista de Hugh White a Jacek Bartosiak; 2020; *Canberra's Strategic Posture – Strategy & Future*

⁸⁸ 2020; *Inside Story – Australia-China relations and the Trump factor*

⁸⁹ “Zona de Identificação de defesa aérea”

ambiciosos objetivos, o PCC crê que a melhor solução seja manter o seu regime autoritário baseado na meritocracia. Deste modo, presumimos que a emergência da China, principalmente no Mar do Sul, poderá não ser pacífica.

A presença militar norte-americana juntamente com os seus aliados coloca a marinha do Exército de Libertação Popular perante um forte adversário. Após a reunião das «Duas sessões» do Congresso Nacional do Povo Chinês e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (2021), compreendemos que as prioridades de Pequim nos próximos 5 anos são a segurança, a defesa e a inovação tecnológica. Segundo Fenella McGerty e Meia Nouwens, o orçamento da defesa da RPC em 2021 foi 6.8% superior ao de 2020, atingindo um valor de 202 mil milhões de dólares. É verdade que poderíamos estar perante valores bastante superiores. Não fora a pandemia e a taxa de inflação anual de 3% na China, o investimento militar poderia ser consideravelmente maior. Contudo, não deixam de ser valores preocupantes para o futuro do Indo-Pacífico. Nesse sentido, mesmo com a tendência para o aumento da capacidade militar de vários países da região, como é o caso da Austrália, o aumento do orçamento chinês é: “(...) *maior que os aumentos combinados dos orçamentos de defesa de todos os outros Estados asiáticos (...)*”⁹⁰. Todavia, considerando o impacto negativo que um eventual conflito regional possa trazer às ambições da China, surge a probabilidade que haja uma abertura a possíveis negociações. Poderão englobar novas fronteiras e novos métodos de forma a evitar o aumento das tensões naquela região. No que diz respeito à modernização militar, para além do foco na mecanização e informatização, o governo chinês irá aumentar o orçamento na pesquisa básica (10.6%) e na Pesquisa e Desenvolvimento (7%) durante os próximos 5 anos. Segundo a análise feita por Fenella McGerty e Meia Nouwens: “(...) *Conforme está delineado no rascunho do «FYP», os próximos objetivos do «PLA» estão centrados na construção do exército, no fortalecimento do exército por meio da política, reforma, ciência e tecnologia, talento e Estado de Direito até 2027 (o centenário da fundação do «PLA») e acelerar e melhorar a eficiência em termos de modernização militar, que pretende atingir até 2035 (...)*”⁹¹.

Nos últimos dois anos, devido à falta de capacidade de produção, Camberra tem importado cada vez mais armamento. A atividade militar norte-americana na região, juntamente com a australiana, japonesa e indiana, demonstram a crescente tensão e o

⁹⁰ 2021; *China's new five-year plan and 2021 budget what do they mean for defence?*; de Fenella McGerty e Meia Nouwens

⁹¹ 2021; *China's new five-year plan and 2021 budget what do they mean for defence?*; de Fenella McGerty e Meia Nouwens

importante papel que o futuro do Indo-Pacífico terá. Ao mesmo tempo, funcionará também como garantia de proteção e segurança para os países vizinhos mais vulneráveis, países esses que a China tem pressionado. Os recursos naturais do Mar do Sul da China (altos níveis de concentração de minérios) e a sua localização (coincidente com importantes rotas comerciais marítimas) são os principais fatores que justificam a disputa existente. Considerando que os EUA têm o maior poderio militar mundial e mantêm como premissa, garantir a liberdade, a democracia e a segurança de todos os povos que necessitam e partilham os mesmos princípios, será esperada a forte cooperação australiana com o intuito de contribuir para uma intervenção política e militar capaz de retaliar a assertividade do governo de Xi Jinping. A probabilidade de um eventual conflito regional tem vindo a aumentar mas, para além dos custos, trará resultados económicos desastrosos, principalmente para a China. Nesse sentido, segundo Henry Kissinger⁹², uma relação de cooperação sino-americana será sem dúvida fundamental para o futuro da comunidade internacional. Apenas com um acordo de cooperação entre ambos, poderemos ter a garantia da estabilidade e da paz a nível mundial.

2.2 Expansão da força naval do Exército de Libertação Popular

De acordo com Vasco Rato⁹³, Xi Jinping, ao ter estabelecido o seu poder pessoal no ELP, fez com que se intensificasse a construção da “Marinha de Águas Azuis” e, por conseguinte, aumentasse as capacidades modernas de combate aéreo e terrestre. No contexto da competição de segurança, a RPC tem procurado aumentar a capacidade de A2/ D2 e modernizar o armamento nuclear para enfraquecer a credibilidade dos EUA e dos seus aliados. Nesse sentido, para além da construção de ilhas artificiais para fins militares, a China tem desenvolvido atividades a partir de navios de guerra e de embarcações de recolha de informação. Assim sendo, será natural que o Ocidente se oponha à estratégia militar chinesa com o intuito de conter as ações do Exército de Libertação Popular no Indo-Pacífico, mais especificamente no Mar do Sul da China.

De acordo com Ian Storey⁹⁴, no dia 26 de agosto de 2020, os EUA colocaram sanções a um número de cidadãos chineses (não revelados) por serem responsáveis ou cúmplices na militarização chinesa no Mar do Sul da China. Acrescentando a este facto,

⁹² *On China* de Henry Kissinger (2011; p: 557)

⁹³ *De Mao a Xi* de Vasco Rato (2020; p: 204)

⁹⁴ (2020; *As US-China tensions rise, what is the outlook on the South China Sea dispute in 2020-21?*)

24 empresas estatais chinesas foram colocadas na lista negra por participarem na construção de sete ilhas artificiais no arquipélago das ilhas Spratly.

É notável o aumento de operações no Mar do Sul da China nos últimos 3 anos. Desde o início de 2020 que as forças militares norte-americanas deram início a sete operações de navegação nas ilhas Paracel e Spratly e têm realizado operações de transporte aéreo, destacamentos de submarinos e patrulhas aéreas. Ou seja, a preocupação e tensão têm vindo a aumentar na região. Mesmo com a presença ocidental no Mar do Sul da China, Pequim redobrará as suas reivindicações jurisdicionais e territoriais, enquanto reduzirá a capacidade de decisão de Taiwan. No entanto, para que consiga atingir esses objetivos terá de ignorar o Direito Internacional e várias medidas estabelecidas pelo Ocidente. As seis normas FONOP impostas pelos EUA no Mar do Sul da China e o facto do Tribunal de Haia rejeitar as reivindicações da RPC são um exemplo do desafio que o PCC terá pela frente. Dadas as retaliações e superioridade militar ocidental, Pequim tem adotado tentativas de negar qualquer movimentação do adversário no “seu” território. Ou seja, através da A2/ D2, o exército chinês tem como objetivo conter as atividades das forças estrangeiras em áreas de operação, por meio aéreo e marítimo. Posto isto, o Ocidente deverá delinear uma estratégia a partir do reconhecimento de qualquer comportamento que possa ser considerado como uma ameaça por parte das forças militares chinesas. Este plano será crucial para antecipar os riscos inerentes e evitar possíveis operações que coloquem em causa o futuro do Indo-Pacífico. Isto porque, apesar de a China não ser militarmente superior ao Quad, não significa que a sua capacidade militar seja totalmente desproporcional relativamente a estes. É natural que a modernização militar chinesa represente uma ameaça à segurança dos países vizinhos como também à do estado *de facto*, Taiwan. Sendo a «Ilha Formosa» uma democracia vibrante e de sucesso, acaba por ser uma afronta à oratória do PCC. Os sucessivos envios de forças militares chinesas por meio marítimo e aéreo para Taiwan têm causado uma enorme apreensão no governo taiwanês. Por não partilharem os mesmos princípios ideológicos e religiosos, a estreita relação com o Ocidente, nomeadamente com os EUA e com o Vaticano, faz com que Taipé esteja mais distante de Pequim. Contudo, não será vantajoso para os países ocidentais que Taiwan declare a sua independência. Poderia resultar num conflito direto com a RPC onde seriam necessários muitos ativos militares e investimento; pela sua distância relativamente ao continente, podemos presumir que estaríamos face a um problema que nunca seria resolvido de uma forma rápida e eficaz. Isto é, o risco de um eventual

conflito entre ambos os Estados é alto e as consequências poderão ser devastadoras para todos os intervenientes. Poderemos constatar que a China pretende aumentar as suas capacidades contra todos os micro-estados na sua região para aliar-se a todos os países que demonstrem descontentamento em relação à proteção concedida por Washington.

Nesta linha, conseguimos perceber que os objetivos de Xi Jinping serão aumentar o poder da China na sua região, forçando a saída dos EUA a nível político, económico e militar tornando-se uma potência impossível de ser desafiada, conquistando a hegemonia no Indo-Pacífico.

Poderemos assumir que o clima vivido no Mar do Sul da China traduz-se num desfile de navios de guerra, embarcações de recolha de informação, de extração de recursos e de pesca. Tendo em atenção a localização geográfica e o facto de o PCC ter um poder económico em constante crescimento que lhe permite adquirir equipamento militar, a China parte claramente em vantagem. O aumento do poderio militar da RPC está justamente ligado à sua natural ascensão, mas também a motivos estratégicos. O Mar do Sul da China e o Indo-Pacífico são prioridades do regime chinês. Graças ao aumento do seu arsenal e ao papel de “espectador” por parte do Ocidente, a China está a construir um sistema militar bem estruturado (aumentando a sua frota naval e aérea), construindo ilhas artificiais para aumentar o número de bases militares e o número de aliados e parceiros na região.

2.3 As alianças, os pactos e as parcerias de Camberra

De acordo com Allan Gyngell e Darren Lim, a Austrália não tem capacidade de fazer frente à China de forma unilateral; o risco de sofrer medidas de Pequim é grande. Um exemplo disso, é o caso do corte das importações de produtos australianos. Ambos referem que: *“(...) A Austrália deve, portanto, escolher as suas batalhas com sabedoria – nem toda a transgressão pode ser resistida. Deve começar por trabalhar com países parceiros para desenvolver parâmetros claros de comportamento inaceitável, particularmente em espionagem industrial e cibernética, interferência estrangeira e violações de direitos humanos. As novas oportunidades para essas alianças estão a surgir por meio do crescimento da diplomacia minilateral, incluindo a expansão da esfera das discussões dos «Five-eyes», do Quad e da especial cimeira do ASEAN-Austrália (...)”*⁹⁵. A abertura ao diálogo para que os países asiáticos possam chegar a

⁹⁵ 2021; Artigo digital publicado na *International Affairs; How to prepare for a China-led world*; de Allan Gyngel e Darren Lim

um acordo poderá potenciar a existência da diplomacia e de uma ordem justa na região Indo-Pacífico. No entanto, face ao constante aumento do poder militar chinês, é normal que Camberra espere a presença norte-americana sobretudo no Mar do Sul da China para conter a expansão da RPC.

Parecendo antever esta situação e na tentativa de criar uma segurança trilateral focada no Indo-Pacífico, em 2007, o ex-Primeiro-Ministro japonês, Shinzo Abe, com receio de o Japão ser o alvo prioritário da RPC⁹⁶, deu início ao Quad⁹⁷. Um diálogo formado pelo Japão, Austrália, EUA e Índia com o objetivo de compartilharem informação sobre tecnologia, questões militares, economia e saúde. Porém, depois de criado, Camberra, pressionada pelo descontentamento de Pequim, acabou por abandonar a aliança de segurança, considerando-a um confronto direto com o “Império do Meio”⁹⁸. Contudo, o crescimento militar chinês contribuiu para a mudança de equilíbrio de poder no Indo-Pacífico, fazendo a Austrália retomar o diálogo com a sua participação no exercício militar decorrido na Costa de Malabar, dando origem à versão 2.0 do Quad.

Do ponto de vista de Camberra, o Quad poderá ter um papel fundamental para o futuro do Indo-Pacífico, dada a agenda focada na segurança marítima, construção de infraestruturas e cadeias de abastecimento, questões cibernéticas, investimentos no setor tecnológico, na saúde pública e na ascensão da China face aos seus comportamentos agressivos.

De acordo com Rory Medcalf⁹⁹, nem a Austrália nem outras potências abandonaram o diálogo e cooperação com Pequim. Isto é, o Quad e todas as outras questões relacionadas com a competição de segurança não têm como objetivo substituir a abordagem com a China, mas criar e promover uma maior confiança ao fazê-lo: garantir que exista uma justa e mútua relação com a China.

Segundo Hugh White¹⁰⁰ uma das formas de demonstrar que o Quad pode ter sucesso é relembrar o papel da SEATO em 1960 e de qual a sua finalidade: fazer frente ao comunismo da China. Neste sentido, será crucial identificar os aspetos que falharam nesta aliança de modo a aperfeiçoar a abordagem do Quad na região. Um dos problemas da SEATO identificado por Hugh White, foi o facto de os objetivos estratégicos dos

⁹⁶ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 234)

⁹⁷ Diálogo quadrilateral informal constituído por quatro países que partilhem os mesmos interesses, preocupações e que pretendem trabalhar em conjunto para alcançar os seus objetivos

⁹⁸ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 239): “(...) A Austrália acaba por abandonar o Quad, quando após quatro meses de ter ganho as eleições de 2007, o Partido Trabalhista de Kevin Rudd, o seu Ministro das Relações Exteriores, Stephen Smith, com o seu homólogo chinês Yang Jiechi, diz que a Austrália não estava interessada em partilhar o diálogo com o Quad (...)”

⁹⁹ 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; Balacing Act. Make sense of the Quad*; de Rory Medcalf

¹⁰⁰ 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; Can Australia depend on its neighbours?*; de Hugh White

países-membros (EUA, Reino Unido, França, Austrália, Paquistão, Filipinas, Tailândia e Nova Zelândia) não terem coincidido: desde as prioridades internas e regionais dos países ocidentais às fragilidades e vulnerabilidades dos países asiáticos. Para além das questões geoestratégicas, a forma como as operações militares foram geridas e como os objetivos geopolíticos foram estabelecidos acabaram por criar uma discordância entre os países-membros da SEATO. Para que tal não se suceda, Vasco Rato refere: “(...) *para que o este seja estrategicamente relevante, o Indo-Pacífico terá de ser aceite como o novo princípio organizativo das políticas externas e de segurança da Austrália, da Índia, do Japão e dos EUA* (...)”¹⁰¹.

A perspetiva ocidental poderá traduzir-se sobretudo no diálogo entre a Austrália, Japão, Índia e EUA. De uma perspetiva otimista, os motivos de cada país indicam-nos que haverá condições suficientes para um diálogo sustentável. Do lado norte-americano, Joe Biden tem vindo a prometer uma frente unida de aliados e parceiros para conter o comportamento chinês, o que de certo modo, acaba por coincidir com as necessidades da Austrália. No caso da Índia, para além da competitividade de produção existente com a China, existe ainda a crescente tensão na fronteira que separa os dois países. A presença chinesa no este de Ladaque (Índia) tem levado a uma disputa territorial, o que tem contribuído para o interesse da Índia em juntar-se ao Quad. E, por último, por motivos históricos, culturais e territoriais, a relação entre o Japão e a China acaba por ser ainda muito difícil de gerir.

O Quad também poderá deixar de intervir, caso Pequim decida recuar o seu posicionamento autoritário e adapte uma diplomacia com objetivos globais, humanitários e de cooperação internacional para o desenvolvimento. No entanto, o comportamento da China na região não tem dado sinais de abrandamento. Camberra poderá avaliar o Quad como uma oportunidade para implementar uma nova realidade na região. Com base em regras, princípios e valores da democracia, da liberdade e dos direitos humanos, a Austrália poderá ganhar um maior estatuto no Indo-Pacífico. Segundo, Rory Medcalf ¹⁰², o Quad e o triângulo composto pela Austrália, Japão e Índia podem construir e fortalecer as cadeias de abastecimento em áreas fundamentais como equipamento médico e outras matérias-primas essenciais para tecnologias avançadas. Posto isto, o Quad poderá promover a cooperação regional, garantindo apoio e formação para países vizinhos em desenvolvimento.

¹⁰¹ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 234)

¹⁰² 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; Balacing Act. Make sense of the Quad*; de Rory Medcalf

Ao colocar em prática o “minilateralismo”¹⁰³, reforçará o patrulhamento marítimo e as instituições democráticas em países chave. Depois do bilateralismo e do multilateralismo, Rory Medcalf ¹⁰⁴ refere o Quad como um exemplo claro do “minilateralismo”. Considerando o poder económico e militar dos países mencionados, poderemos dizer que é uma união com um potencial enorme. Será relevante mencionar que não tratará apenas de questões militares. Desde 2017, que os ministros dos países-membros do Quad têm vindo a reunir-se de forma a partilharem informação sobre tecnologia, economia e saúde. É importante abordar outros diálogos que têm surgido na região face à ascensão da China. A Austrália, Índia e Indonésia estabeleceram na sua agenda, questões como migração, pesca ilegal, terrorismo e coesão social. Outro exemplo, é a colaboração da Austrália, Índia e França no âmbito de operações de recolha e salvamento no Oceano Índico. Em setembro de 2020, membros do governo australiano, indiano e francês reuniram-se para discutir questões geoestratégicas e de segurança marítima. A Austrália e a França também fazem parte de outro diálogo quadrilateral que visa a coordenação diplomática no Pacífico (Sul) contando com a presença da Nova Zelândia e EUA. Posto isto, podemos dizer que estamos perante diálogos na região Indo-Pacífico que não incluem a participação da RPC.

Rory Medcalf acrescenta ainda a possibilidade das relações «minilaterais» demonstrarem que potências regionais e países vizinhos mais vulneráveis podem cooperar entre si, sem necessitarem de escolher entre os EUA e a China. No entanto, no contexto da perspetiva ocidental, Rory Medcalf sugere que as relações “minilaterais” entre países do Indo-Pacífico possam envolver-se com os EUA, caso Washington modere o seu comportamento na região para evitar eventuais conflitos diretos com a China. O autor em questão afirma que o Quad, sendo um pacto baseado no “minilateralismo”, não conseguirá substituir a segurança nacional, uma aliança bilateral sólida, um multilateralismo exemplar ou uma abordagem e envolvimento prudente com a China. Mas, caso seja um pacto bem gerido, de uma forma realista e calculista, o Quad poderá contribuir positivamente para a segurança nacional, alianças bilaterais e para o multilateralismo.

Patrick Lawrence ¹⁰⁵ mostra-se bastante crítico relativamente à estrutura do Quad. Não percebe qual a lógica em responder ao declínio da influência norte-americana na

¹⁰³ Consiste na união informal de um pequeno grupo, constituído por países que partilham os mesmos interesses, preocupações e que pretendem trabalhar em conjunto para alcançar os seus objetivos numa determinada região

¹⁰⁴ 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; Balancing Act. Make sense of the Quad*; de Rory Medcalf

¹⁰⁵ 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; The remaking of Asia* de Patrick Lawrence

região, construindo uma organização baseada no poderio dos EUA. Considera também o Japão como outra problemática do Quad, pois não existe qualquer perspectiva de uma clara mudança visto que, desde 1945, Tóquio continua com os mesmos políticos no poder. Relativamente à Índia, o autor afirma que tem prevalecido um desalinhamento nas suas relações exteriores.

No decorrer da entrevista da UTS, Geoff Raby também demonstrou o seu desagrado relativamente à participação de Camberra no Quad. Justificou a sua observação, considerando os restantes membros como concorrentes diretos da China, enquanto a Austrália é considerada uma parceira comercial. E questionou por que razão a Austrália não se associou a outros países da região que partilhem de uma estratégia mais cooperativa e não de conflito direto como por exemplo a Coreia do Sul ou Filipinas, considerados Estados com democracias vibrantes. Isto é, crê que os objetivos do Quad estão focados em restringir, conter e anular a ascensão da China. Acrescenta ainda que, apesar de cada país-membro ter motivos e finalidades diferentes, estes presumem que beneficiarão mutuamente com a sua participação. Portanto, afirma ser fundamental que Camberra adote uma diplomacia sofisticada e não uma abordagem agressiva face à ascensão da China no Indo-Pacífico, sublinhando a importância de os governos de cada país-membro do Quad terem a sensibilidade necessária em todas as suas decisões.

O Quad tem vindo a ser difamado por muitos que consideram o diálogo quadrilateral de segurança, a “NATO asiática” que, eventualmente, acabará por incitar a hostilidade de Pequim. De certa forma, acabará por provocar a China, visto que o objetivo que mais une os países-membros do pacto é conter e restringir a China.

Igualmente como Geoff Raby, Rory Medcalf acaba por ser bastante crítico no que diz respeito ao sucesso do Quad. Num período tão conturbado e com um futuro tão difícil de analisar, Rory Medcalf questiona se os países do Quad atuarão em conformidade, visto que os propósitos e estratégias de cada país poderão não se conciliar. Ou seja, estarão os países disponíveis para participarem e ajudarem-se entre si com uma perspetiva global e não somente doméstica?

Os membros e participantes do Quad têm partilhado informação militar e geoestratégica que acaba por fortalecer e solidificar tanto as suas relações como a segurança e ordem na região. Isto é, independentemente das fragilidades e dos obstáculos que o Quad terá de enfrentar, o seu sucesso poderá contribuir tanto para o bem da região como para a comunidade internacional. Com propósitos que pretendem

uma região mais justa e equilibrada, baseada em regras estabelecidas pelo Direito Internacional, o Quad poderá vir a desempenhar um papel decisório. Camberra tem vindo a demonstrar à região Indo-Pacífico que não perderá tempo. O investimento de 270 biliões de dólares no setor militar aumentará 40% da sua capacidade ao longo desta década com o intuito de adquirir equipamento de controlo e ataque marítimo de longo alcance, como por exemplo: satélites que facilitem comunicações e seleção de alvos.

No decorrer da APEC «CEO Summit» em Da Nang no Vietname o ex-Presidente dos EUA, Donald Trump, referiu: “(...) *Portanto, vamos escolher um futuro de patriotismo, prosperidade e orgulho. Vamos escolher a riqueza e a liberdade, em vez da pobreza e da servidão. Deixei-nos escolher um Indo-Pacífico livre e aberto (...)*”¹⁰⁶. Para surpresa de alguns líderes e legisladores chineses, a administração Biden tem também vindo a considerar Pequim como um rival económico e geoestratégico. Isto porque, os líderes políticos ocidentais perceberam a ameaça que a RPC representa para o sistema liberal internacional. De acordo com Vasco Rato: “(...) *Atendendo a estas mudanças de perspetiva, a abordagem política ocidental dos últimos 30 anos deixou de ser sustentável. Em suma, os dois países caminham inexoravelmente para o confronto (...)*”¹⁰⁷. Logo, poderemos assumir que mesmo com uma nova administração, a Casa Branca não pretende perder a hegemonia naquela região.

A crescente presença norte-americana no Mar do Sul da China e no Indo-Pacífico e as importações e exportações de equipamento militar da Austrália representam uma ameaça para a China. Como Minnie Chan menciona, o ex-membro do Exército de Libertação da China, Song Zhonping, referiu: “(...) *Pequim sente que as ameaças à segurança representadas pelos EUA e outros países estrangeiros estão a aumentar, logo, o Exército de Libertação Popular quer um aumento no orçamento para apoiar a sua modernização militar e preparação para combate (...)*”¹⁰⁸. Ou seja, é evidente a sua preocupação relativamente ao comportamento do Ocidente na região. Nesse sentido, Pequim, para atingir os objetivos, terá também de aumentar a capacidade militar para garantir prosperidade e estabilidade.

Elizabeth Economy diz que: “(...) *Washington deve repensar o seu objetivo de hegemonia e Pequim deve “reajustar o seu próprio senso de força” (...)*”¹⁰⁹. Ao crer que os EUA possam facilitar os objetivos regionais do PCC, coloca a possibilidade de

¹⁰⁶ 2017; *U.S Mission to ASEAN*

¹⁰⁷ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 202)

¹⁰⁸ 2020; Artigo digital publicado na *Ink Stone News*; *China’s military is asking for an even bigger budget* de Minnie Chan

¹⁰⁹ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 234)

Washington poder adotar uma nova estratégia que permita que a China participe mais em assuntos internacionais e que assuma um papel com maior visibilidade na região. Para isso acontecer, os EUA terão de dar garantias aos países do Indo-Pacífico. Neste sentido, sugere que os EUA devam promover a oportunidade de cooperação para o desenvolvimento junto dos países vizinhos da China, com foco na segurança, economia e diplomacia, sem prejudicar as relações que têm com Pequim¹¹⁰.

Tal como Allan Behm explica, a Austrália deve convocar uma conferência de doadores do Pacífico: “(...) *Os países do Pacífico querem que haja compromisso..., mas, a liderança que buscam envolve cooperação, diálogo, compreensão e, acima de tudo, respeito (...)*”¹¹¹. Ou seja, prevê a necessidade de a Austrália intensificar as iniciativas de cooperação. Ao citar John Kali (que criticou a Austrália enquanto principal doador da Papua Nova-Guiné): “(...) *uma perda de compromisso eficaz e transparente (...)*”¹¹². Sublinha ainda que este tipo de problemática tem vindo a agravar-se devido ao anterior governo australiano, chefiado por Scott Morrison, ter adotado políticas de «*slogan*» em vez de «*design*». Nesse seguimento, diz que a «*Pacific step-up*»¹¹³ acabou por cair no esquecimento com cortes de ajuda aos países vizinhos mais vulneráveis; deu a entender que era um “disfarce” para conter a influência da RPC na região. Deste modo, no contexto da competição de ODA, avalia a iniciativa australiana como errada. Tendo a poderosa China como concorrente direta, considera que poderia ser mais produtivo envolver-se com a China de forma a evitar riscos. No entanto, refere que entre 2019 e 2020, a Austrália foi o país doador no Indo-Pacífico com maior orçamento (1.4 biliões de dólares) superando a China e os EUA. Poderemos ponderar que a Austrália está decidida em assumir um papel de grande potência regional. Para garantir o maior sucesso desta iniciativa, sugere que a Austrália deve: “(...) *convocar uma conferência anual para os principais doadores de ODA – tanto nações como organizações – e para as nações recetoras do Pacífico. Esta conferência deve ser realizada nas capitais das ilhas do Pacífico numa base rotativa com a Austrália a financiar a participação dos destinatários da ODA (...)*”. Allan Behm conclui a sua perspetiva, afirmando que no Sudoeste Asiático, os fóruns consultivos acabam por funcionar devido à envolvimento de todos os Estados e à preferência cultural

¹¹⁰ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 235)

¹¹¹ 2020; Artigo publicado na *Australian Foreign Affairs; Solving Australia’s foreign affairs challenges* de Allan Behm

¹¹² Alto-Comissário da Austrália na Papua Nova-Guiné

¹¹³ Consiste num compromisso sustentável focado nas prioridades da região Indo-Pacífico com interesse permanente na sua soberania, estabilidade, segurança e prosperidade

pelo diálogo. Através do Fórum das ilhas do Pacífico¹¹⁴ e do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudoeste Asiático, a Austrália poderá conseguir potenciar uma conferência anual para doadores e recetores, traçando os objetivos, programas e resultados; poderá melhorar a relação entre os países do Indo-Pacífico e reorganizar as ações realizadas pela ODA na região.

Para focar-se na promoção da paz, da ordem e da prosperidade na região com base nos princípios da democracia liberal, Camberra necessitará de garantir segurança aos países vizinhos. Nesta perspetiva, a Quad poderá contribuir positivamente para a estabilidade da região. Qualquer dos países presentes neste diálogo tem uma forte capacidade militar com influência na região. É verdade que existem entraves para o sucesso deste diálogo, como o facto de as relações diplomáticas entre a Índia e os EUA não serem boas. Washington terá de saber tirar vantagem de a Índia sentir-se ameaçada com a ascensão da China na região e aproveitar as relações entre a Índia e a Austrália que são boas. Sendo muito próximo da Austrália, o Japão é também um forte aliado dos EUA. As disputas de ilhas com a China poderão potenciar um compromisso maior por parte de Washington que poderá facilitar a política externa de Camberra. Desta forma, é essencial referir a presença da Austrália nos Cinco Acordos de Força Militar (Austrália, Reino Unido, Nova Zelândia, Malásia e Singapura), na «*Five-eyes*» e a existência da ANZUS que promove a defesa do Pacífico Sul. Assim sendo, apesar da presença da Austrália e da China na ASEAN e na cimeira do Leste Asiático, percebemos a distância existente no campo geoestratégico entre ambos os países.

Ao longo da tese, foi abordada a importância da China enquanto principal parceiro comercial da Austrália. Contudo, os comportamentos e princípios do PCC têm contribuído para a deterioração da relação. De próspera a desacreditada, o resultado da relação sino-australiana serviu de exemplo para muitos países da região.

As vulnerabilidades do PCC poderão levantar questões sobre a sua moralidade e convicções ao povo chinês. Tendo o governo utilizado a prosperidade económica como peça-chave para propaganda política, o abrandamento do crescimento económico não poderá ser posto em causa. Ao mesmo tempo, com as suas medidas assertivas, Xi Jinping acaba por criar ainda mais fragilidades no governo chinês. Os contrastes sociais e religiosos, a ausência do direito à liberdade de expressão, a opressão e a censura são circunstâncias inegáveis que estão presentes na China. Através do seu poderio

¹¹⁴ Organização intergovernamental que reforça a cooperação entre os países independentes do Oceano Pacífico e que representa os seus interesses (1971)

económico e militar, o comportamento autoritário do governo chinês no Mar do Sul da China tem contribuído pessimamente para a sua “imagem” enquanto jovem promessa ao pódio de superpotência mundial. De uma perspetiva belicista, para além das estreitas relações com a Coreia do Norte, a RPC tem vindo a aproximar-se da Rússia e do Irão, o que poderá representar uma forte ameaça à comunidade internacional como a conhecemos. Consequentemente, enquanto grande potência, os EUA não verão com agrado esta situação, pois a China está a mudar as “regras do jogo”. Considerando as políticas adotadas pelo PCC, as prioridades dos EUA e dos seus aliados terão de ser alteradas tanto a nível económico como estratégico. Ao mesmo tempo, surgiu um novo movimento no Indo-Pacífico. O «*Milk Tea Alliance*»¹¹⁵ ao partilhar os mesmos valores e princípios do Ocidente, tem questionado a moralidade, cultura e convicções do regime chinês. Este movimento poderá enaltecer os propósitos e objetivos que Cambera tem para a região.

Considerando as alianças, tratados, fóruns, cimeiras e parcerias em que a Austrália está presente, as suas ambições parecem ser possíveis.

¹¹⁵ Movimento *online* de solidariedade democrática formado por internautas de Hong Kong, Taiwan, Tailândia e Mianmar

Capítulo 3 *Status quo* australiano: Será possível continuar a beneficiar do melhor dos “dois mundos”?

3.1 O melhor parceiro comercial: A China

Face ao seu imparável e vertiginoso crescimento económico e militar e ao aumento da influência na região, o PCC tem feito com que o Ocidente olhe de outra forma para a China. Sendo a Austrália um país ocidental e dada a sua localização, acabou por se tornar num caso de estudo para que a China percebesse como atuar com o Ocidente. Nos dias de hoje, a Austrália é um país vulnerável face ao comportamento chinês. A RPC é neste momento o principal contribuidor para o PIB australiano e dificilmente Camberra encontrará um “cliente” tão interessante, o que faz com que a Austrália esteja posicionada num ponto frágil do equilíbrio estratégico internacional.

Para além dos fatores acima referidos e da sua crescente influência económica e política, Pequim tem vindo a adotar medidas cada vez mais assertivas. Através de investimentos, empréstimos e por influência política, o PCC tem comprometido a soberania de muitos países e, como já referido, a Austrália tem sido um claro exemplo de um país vulnerável face ao comportamento do governo chinês.

A entrada da China na OMC a 11 de Dezembro de 2001 iludiu tanto os países ocidentais como os países da região, que acreditaram no sucesso, principalmente económico, mas também político na realidade chinesa. No contexto político, existiu um certo tipo de esperança assente na ambição de que o futuro da política chinesa iria associar-se ao sistema democrático e liberal do Ocidente. Isto é, na perspetiva das democracias, um Estado que ambicionasse ser uma das maiores potências mundiais teria de aceitar tanto as responsabilidades económicas como políticas no sistema internacional.

Ingenuamente surpreendidas pelo posicionamento do PCC chefiado por Xi Jinping, as democracias encontram-se agora face à maior ameaça política desde o fim da Guerra Fria.

Desde a crise financeira de 2008 que a RPC tem provado, diante da comunidade internacional o sucesso da sua estratégia. Internamente, adotou medidas de contenção e repressão, enaltecendo um espírito nacionalista. Externamente apostou no comércio (aumentando as exportações, satisfazendo as necessidades de mercado). Nesse sentido, impulsionou a sua economia enquanto o Ocidente sofria as consequências de uma crise

financeira global. No entanto, houve um país ocidental que não sofreu tanto como os restantes. Dada a sua localização, a Austrália beneficiou do crescimento económico chinês, estabelecendo durante este período uma relação comercial estável com Pequim que permitiu suavizar o impacto criado pela crise financeira.

Desta forma, foram fortes os fatores que contribuíram para a relação “íntima” entre ambos os países do Indo-Pacífico. Por um lado, a China aumentava os seus recursos (ferro, metal, alumínio, produtos agrícolas e alimentares, etc.), conhecimento científico (avanço tecnológico) e a sua influência num país ocidental (o enorme investimento realizado em solo australiano fez com que o PCC ganhasse um certo “estatuto” na realidade política de Camberra). Por outro lado, a Austrália aumentava, significativamente, o número de exportações e investimento em sectores chave da sua economia.

O facto de o «*China-Australia Free Trade Agreement*», assinado em 2015, se ter focado principalmente no investimento e não no comércio, como acordado, fez com que a Austrália se tenha tornado vulnerável às atitudes e medidas do PCC.

Atendendo ao crescimento económico e à forte capacidade de produção chinesa nos últimos vinte anos, a RPC fez com que fosse inevitável e até legítimo que muitos países, nomeadamente ocidentais, cooperassem e negociassem com o seu governo.

Na ótica de Clive Hamilton¹¹⁶, o acordo comercial sino-australiano acabou por não ser direccionado para o comércio, mas para o investimento. Desde 2015, assistiu-se a um aumento substancial de investimentos chineses em solo australiano. O artigo 9.3 do «*China-Australia Free Trade Agreement*» refere que qualquer investimento chinês tenha de ser tratado da mesma forma que um australiano e vice-versa. Ou seja, inicialmente o objetivo apresentava um plano de cooperação para que ambos os países beneficiassem comercialmente entre si. No entanto, o governo australiano acabou por não equacionar da melhor forma o fator “Partido Comunista Chinês” e o modo como este gere os procedimentos comerciais com base em acordos com outros países. Enquanto na Austrália o acordo é gerido por tribunais, na RPC é gerido pelo PCC, o que acaba por não oferecer qualquer garantia aos investidores australianos.

A ideia de que a economia australiana necessitava de investimento estrangeiro e que a RPC se poderia tornar o melhor parceiro e cliente da Austrália após a assinatura do acordo comercial, fez com que as elites australianas não se preocupassem com as políticas do PCC.

¹¹⁶ *Silent Invasion* de Clive Hamilton (2018; p: 111)

Em 2019, a Austrália aumentou o valor das exportações em 49.4 bilhões AUD face às de 2018. Para este aumento, a China contribuiu 63.4% (31.1 bilhões de AUD). Em média, a RPC compra 38% dos bens exportados pela Austrália¹¹⁷.

Para além do seu contributo para o crescimento comercial australiano, a China tem um papel cada vez mais relevante no turismo, na educação e nos investimentos em solo australiano.

Através de empresas, bancos estatais, doações, investimentos, empréstimos e aquisições, a RPC tem afirmado o seu papel no sistema como grande potência mundial, tornando a Austrália vulnerável aos seus comportamentos e desafiando os EUA, enquanto superpotência. Apesar disso, de uma perspetiva global, John Lee referiu¹¹⁸ que um dos principais mal-entendidos sobre a China é esta ser um dos maiores contribuidores para o crescimento da economia global. Nos dias de hoje, a realidade da economia no sistema internacional diz-nos que o mercado está orientado para que as economias avançadas consumam cada vez mais. Enquanto o mercado de consumo doméstico chinês representa 3 triliões de dólares, o mercado de consumo doméstico norte-americano e europeu representam cada um, 12 triliões de dólares. Significa isto que a nível mundial os países ocidentais continuam a ter um papel de maior relevância enquanto consumidor. Partindo do pressuposto que a China é o país com maior capacidade de produção e dos que mais exporta para o mundo ocidental, uma possível desassociação poderá fazer com que os EUA, Europa e Austrália possam prejudicar o crescimento chinês.

Porém, Kathy Gilsinah e Yasmeen Serhan dizem que de acordo com o Willy Shih¹¹⁹ : “(...) *o mundo depende da China para a manufatura* (...)”¹²⁰. Esta afirmação diz respeito à questão atual das redes de abastecimento de produtos eletrónicos, têxteis, hospitalares, etc. Por ter assumido o papel principal enquanto responsável pela manufatura global, Pequim criou condições para que, mesmo que outros países pretendam desassociar-se da indústria chinesa, dificilmente consigam atingir os seus níveis de produção e eficiência. Com a necessidade imediata de medicamentos e equipamento hospitalar, o Ocidente percebeu que a sua dependência em relação à China no que diz respeito às redes de abastecimento é considerável. De forma a diminuir esta

¹¹⁷ 2020; Artigo digital publicado na University of Technology in Sydney; Australia-China monthly wrap-up de Elena Collinson e de James Laurenceson

¹¹⁸ 2014; Artigo publicado em Security Challenges, Vol. 10, No. 3; *Why China will not become the dominant power in Asia* de Paul Dibb e John Lee

¹¹⁹ Professor na Harvard Business School

¹²⁰ 2020; Artigo digital publicado no *The Atlantic*; *Can the West actually ditch China* de Kathy Gilsinah e Yasmeen Serhan

dependência, grande parte dos países ocidentais tem ponderado investir nas suas próprias redes de abastecimento; mas o resultado não será imediato nem barato. Segundo Peter Varghese, a Austrália, os seus aliados e outros países vizinhos, apesar de terem motivos diferentes, poderão unir-se com o objetivo de contrariar a hegemonia chinesa¹²¹. No entanto, essa “aliança” poderá contribuir para o aumento da tensão existente na relação sino-australiana, o que não é desejável, já que a China é o maior comprador da dívida externa da Austrália (22 mil milhões de dólares). Investindo nos recursos australianos, nomeadamente na indústria mineira (ferro, carvão, alumínio e outras matérias-primas), Pequim tem apostado fortemente em setores como as infraestruturas, o imobiliário, a agricultura e a educação.

De acordo com os dados apresentados pela UTS-ACRI, no mês de dezembro de 2019, a China comprou mais de um terço dos bens exportados pela Austrália¹²². Esta participação da China no mercado australiano é de tal forma relevante que só no ano de 2018, o valor total de bens exportados pela Austrália aumentou 49.4 mil milhões sendo que, 31.3 mil milhões desse valor provêm da RPC.

Assim, a Austrália encontra-se numa posição vulnerável pois depende muito do mercado chinês, o que coloca em causa a sua segurança e prosperidade futuras. Logo, é perceptível a gravidade existente nesta relação. Ultrapassando em muito as questões meramente comerciais, a relação sino-australiana enfrenta um grande desafio.

3.2 O grande aliado: Os EUA

Desde a batalha de Hamel no decorrer da Primeira Guerra Mundial que a Austrália e os EUA assinalaram a sua aliança, o que faz com que até aos dias de hoje as suas relações bilaterais sejam extremamente próximas no âmbito da defesa e cooperação.

Sendo a Austrália e os EUA, países culturalmente próximos, com interesses em comum e que partilham os mesmos princípios e valores democráticos, dir-se-ia que agirão em conformidade no que toca a questões geopolíticas e militares.

Henry Kissinger sustenta que Washington aborda os assuntos económicos de uma perspetiva global e Pequim pondera as consequências políticas internas e externas¹²³. Ou seja, o modo como a China se tem apresentado como possível futura superpotência mundial tem criado várias inquietações na comunidade internacional. O Ocidente

¹²¹ 2020; Artigo digital publicado no *China Matters*; *What should Australia do to manage the risk in its relationships with the PRC?* de Peter Varghese

¹²² Australia-China Relations Institute, University of Technology Sydney, (2020; Australia-China monthly wrap-up)

¹²³ *On China* de Henry Kissinger (2011; p: 529)

habitua-se a um sistema que não é perfeito, mas que tem princípios democráticos que defendem a liberdade e os direitos humanos, promovendo a prosperidade global.

Na perspetiva da Defesa Nacional norte-americana, a RPC é considerada como uma potência “revisionista”, capaz de destruir, internamente, o sistema internacional¹²⁴ e de arruinar os princípios e valores estabelecidos pelos EUA. Logo, a estratégia “(...) *deve estar preparada para sustentar uma postura credível de combate avançado; garantir fortalecimento de alianças e a construção de novas parcerias e promover uma região cada vez mais conetada em rede* (...)”¹²⁵.

O facto de as razões de ascensão dos EUA serem diferentes das da RPC, faz com que esta diferença possa representar uma enorme ameaça à segurança da comunidade internacional. Para além do mérito e da legitimidade do crescimento e ambição da China, existem os motivos e as razões que contribuíram para esse comportamento. Os “Cem Anos de Humilhação” motivados pelas Guerras do Ópio marcaram profundamente a sociedade chinesa, o que apresenta a possibilidade de existir um “sentimento de vingança” relativamente ao Ocidente.

Camberra terá de avaliar o impacto da disputa da hegemonia na sua região entre os EUA e a China que, de certa forma, ditará o futuro da sua soberania e do seu posicionamento tanto no Indo-Pacífico como no mundo. Credo que o melhor caminho para um Estado sobreviver no sistema internacional seja alcançar a hegemonia na região, a Austrália encontra-se numa posição difícil porque o poder económico chinês permite que a sua força militar supere o australiano. Assim, a China tornou-se a potência da região com maior capacidade militar.

Receando as intenções chinesas, os EUA não irão aceitar um concorrente na região da Ásia e tentarão reverter o poder e as intenções expansionistas da RPC. Tendo em atenção a relação comercial com a China, é natural que a Austrália tenda a prolongar o cenário que a obrigará a escolher de que lado ficará. Ou seja, a importância do papel da China enquanto principal importador de produtos australianos representa um enorme peso na economia da Austrália. Posto isto, o anterior Primeiro-Ministro Scott Morrison adiou a declaração que tantos queriam ouvir. Mas a geopolítica não irá facilitar a escolha da Austrália pois não permitirá que saiam todos em vantagem. Apesar de existir a probabilidade de negociação entre os EUA e a China relativamente a cadeias de

¹²⁴ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 228)

¹²⁵ Cf “Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America”; p:7. De acordo com o documento: “(...) o Indo-Pacífico “é a região mais importante para o futuro da América” (...)”

abastecimento e de rotas marítimas, dificilmente haverá uma tolerância de ambas as partes de forma a chegarem a um consenso no que toca a militarização, fronteiras no Mar do Sul da China, violação dos direitos humanos e na questão das mudanças climáticas. Logo, não será provável que os EUA aceitem a hegemonia da China no Indo-Pacífico.

A perspectiva australiana deverá considerar a importante e forte aliança que tem com os EUA. Estando a soberania australiana a ser ameaçada pela influência e dependência da China e o facto de esta não garantir a sua segurança, poderá facilitar a “decisão” do governo australiano.

Camberra tem sido alvo de inúmeras críticas por parte de Pequim no que diz respeito ao «*dumping*»¹²⁶ praticado por aquela e pelas afirmações feitas relativamente à origem da pandemia do novo coronavírus.

Ao não ter partilhado informação, e não ter permitido a entrada de peritos da OMS na China, o governo chinês fez com que o Ocidente questionasse as medidas do PCC. Deste ponto de vista, a pandemia esclareceu a Austrália no que diz respeito à falta de clareza e transparência do seu maior parceiro comercial e conduziu a um inevitável descontentamento por parte de Camberra.

Nesse sentido, a RPC afirma que poderá facilmente deixar de ser o maior parceiro da Austrália caso Camberra continue a alinhar com o mundo ocidental. Os cortes na importação de carne, carvão, vinho e cevada da Austrália poderão ter sido um aviso do início de um fim.

Porém, será essencial que exista sensatez por parte de Camberra. Visto que a prosperidade proporcionada pela RPC tem resultado numa certa instabilidade e imprevisibilidade, poderá ser crucial optar pela garantia de segurança dos EUA. Isto é, agir em conformidade com o PCC poderá ser a opção mais fácil caso Camberra pretenda manter a sua economia estável, mas colocará a segurança em causa.

Os EUA acabam por justificar o porquê de serem a maior potência mundial: fornecendo mais armamento a Taiwan; enviando milhares de militares para as fronteiras entre a Europa e a Rússia; aumentando o seu poder naval no Mar do Sul da China e no restante espaço do Indo-Pacífico; apostando no desenvolvimento e modernidade da manufaturação e nos cortes dos produtos importados da China; criando iniciativas que sancionem o comportamento adotado pelo governo chinês em Hong Kong e na violação dos direitos humanos no Tibete e em Xinjiang. Por último, a sua presença no Quad diz-

¹²⁶ Venda de produtos abaixo do preço de custo

nos que as forças militares norte-americanas estarão focadas em conter as capacidades militares chinesas. Estes fatores indicam que os EUA não irão aceitar a hegemonia da China na região do Indo-Pacífico, o que poderá facilitar o posicionamento de Camberra. O facto de a Austrália ter voltado a assumir o seu papel no Quad reforça a ideia de que está a tomar a sua decisão.

Desde a Segunda Guerra que os EUA são uma superpotência mundial. Logo, atendendo ao sucesso e influência de Pequim no Indo-Pacífico, a preocupação de Washington tem sido crescente devido à procura da hegemonia nesta região ter-se tornado uma realidade. A Austrália sofre as consequências nesta nova correlação de forças.

3.3 O dilema australiano

A Austrália está perante um enorme dilema entre segurança e prosperidade. O facto de o PCC continuar a adotar medidas assertivas e de a influência norte-americana na região Indo-Pacífico estar a diminuir, não facilita a estratégia australiana. De acordo com Jonathan Pearlman, a melhor opção será procurar novas potências que partilhem os mesmos princípios, valores e propósitos de Camberra de forma a garantir a sua segurança na região¹²⁷. Jonathan Pearlman justifica a existência desta necessidade com base nos discursos feitos pela política externa australiana. Por exemplo, o discurso do antigo Primeiro-Ministro australiano, Scott Morrison, no Fórum de Segurança de Aspen no dia 5 de agosto: “(...) *A selva está, novamente, a crescer. E, nós precisamos de tratar da jardinagem (...)*”. Posto isto, poderemos considerar que neste momento é fundamental que a Austrália defina e construa uma estratégia a longo-prazo para a sua região. Nesse seguimento, como referido por Jonathan Pearlman no seu artigo, a anterior Ministra australiana dos Negócios Estrangeiros, Marise Payne, no dia 16 de junho na ANU disse (2020): “(...) *À medida que a distribuição de riqueza e poder se vão alterando, a Austrália tem aprofundando os laços com as nações que compartilham a sua visão, de uma região e de um globo que promovem a paz e prosperidade para todos, sob uma ordem internacional construída em torno de regras (...)*”¹²⁸.

Acrescentando à definição da estratégia de Camberra para a região, no dia 1 de julho de 2020 a Estratégica de Defesa Nacional foi atualizada: “(...) *os hábitos de cooperação no Indo-Pacífico estão a ser desafiados, o que tem levado à incerteza e*

¹²⁷ 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; Friends, Allies and Enemies* de Jonathan Pearlman

¹²⁸ 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; Friends, Allies and Enemies* de Jonathan Pearlman

*complicado as parcerias de segurança. É por isso que a defesa continuará a trabalhar para fortalecer os laços diplomáticos como de defesa com os países da região da Austrália, trabalhando ao lado de parcerias importantes como os EUA, Japão e Nova Zelândia (...)*¹²⁹.

Resta saber se será exequível Camberra aliar-se ou criar parcerias com novos países na região que tenham objetivos em comum com a Austrália. Poderemos assumir que a política externa australiana terá pela frente outro enorme desafio: avaliar os países que estão dispostos a cooperar através de alianças tradicionais ou de parcerias.

Seguindo o raciocínio de Jonathan Pearlman, esta avaliação enfrentará três desafios. O primeiro, diz respeito aos países mais pequenos e vulneráveis às medidas adotadas pelo PCC. Considerando a influência da RPC na região, a Austrália terá de perceber as fragilidades, necessidades e quão vulneráveis estão países como Camboja, Mianmar, Laos, Nepal e Filipinas face ao poder chinês. Por exemplo, no decorrer da condenação da detenção em massa dos uigures na China, estes cinco países defenderam a RPC. Os únicos países da região que protestaram este ato bélico foram a Austrália e a Nova Zelândia. A segunda, está relacionada com os países que mais se aproximam do posicionamento de Camberra como por exemplo, o Japão e a Coreia do Sul. No entanto, estes dois países partilham um problema que não afeta a Austrália diretamente, ou seja, a situação no Mar do Sul da China. O aumento do poderio militar e naval chinês representa uma enorme ameaça à soberania destes países pois não têm capacidade para conter o poderio do PCC. Logo, será essencial à Austrália identificar as necessidades destes países de forma a perceber como poderá ser considerada útil para estes. É natural que tenham preocupações e necessidades diferentes das australianas, sobretudo no que diz respeito ao seu território marítimo, principalmente, em relação às cadeias de abastecimento. Por último, a terceira problemática refere-se ao discurso contraditório de Camberra. Para além de ter posto fim à ajuda financeira para o Sudeste Asiático, reduziu os recursos financeiros do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, que poderiam contribuir para a resolução da primeira e da segunda problemáticas.

A Austrália terá de enfrentar inúmeros obstáculos, incluindo o fortalecimento das suas alianças com os países do Ocidente e o reforço das suas parcerias com os países vizinhos. A procura de novos aliados e parceiros na região poderá ser crucial para a resolução dos seus problemas, mas não será suficiente. A Austrália terá de identificar as necessidades destes países de modo a perceber como poderá ser vantajosa para eles. Isto

¹²⁹ 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; Friends, Allies and Enemies* de Jonathan Pearlman

é, será fundamental para a Austrália analisar a sua capacidade de apoio a longo prazo, considerando as preocupações económicas, políticas e necessidades de defesa destes países.

Acrescentando os acontecimentos de espionagem e da influência chinesa na Austrália, Camberra sabe que está perante uma nova China que poderá colocar em causa o *status quo* da região. As atitudes e medidas assertivas do governo chinês têm sido vistas como uma ameaça, levando o governo australiano a criticar muitos dos comportamentos adotados pela RPC. Como já referido, um exemplo claro, foi a Austrália ter demonstrado uma enorme relutância em aceitar o inquérito acerca do novo coronavírus elaborado pela OMS. Tal facto enfraqueceu a relação entre a Austrália e a China porque, na perspetiva de Pequim, o posicionamento da Austrália representou como um confronto político. Como referiu o antigo Embaixador da RPC na Austrália, Cheng Jingye, caso o governo australiano continue com estas atitudes, poderá fazer com que os chineses comecem a optar por não comprar produtos australianos e ponderem se os seus filhos devem estudar em universidades australianas¹³⁰. As ambições da China acabam por, indiretamente, entrar em conflito com as da Austrália. Dado que a prosperidade requer a existência de segurança, Camberra terá de medir bem as suas intenções de forma a avaliar qual a grande potência que lhe garantirá maior estabilidade.

Tendo em conta que a China é o mercado de exportação mais importante para a economia australiana e que o turismo, a educação e a agricultura são setores totalmente dependentes do mercado chinês levar-nos-á à conclusão que poderá ocorrer resultados desastrosos para a Austrália.

¹³⁰ 2020; Artigo digital publicado na revista *The Economist*; *China punishes Australia for promoting an inquiry into Covid-19*

Capítulo 4 Sem segurança, não haverá prosperidade

4.1 Posicionamento de Camberra

De acordo com Patrick Lawrence, há muito que a Austrália considera a sua identidade como ocidental. Nesse sentido, a sua presença física no Pacífico fez com que: “(...) *a sua localização fosse uma anomalia geográfica* (...)”¹³¹. No entanto, tem vindo a apresentar novas ideias e percepções. No contexto da política externa, a visão de Camberra tem demonstrado ser menos dependente dos EUA e tem-se assumido como uma nação e potência regional do Indo-Pacífico. Porém, não deixará de ser um país que se rege por valores democráticos e que respeita o sistema do Direito Internacional baseado na Carta das Nações Unidas, numa região onde a potência mais poderosa se rege por um modelo autoritário. Logo, não poderá esperar facilidades.

A Austrália foi “alvo” da estratégia implementada pelo PCC através de empresas e bancos estatais chineses porque era necessário criar fortes ligações com Camberra e com influentes empreendedores australianos através das suas empresas e bancos. O PCC “ganhou terreno” concedendo empréstimos, investimentos, aquisições e doações. Tornou-se acionista, sócio e até proprietário de empresas e instituições australianas. Com efeito, focaram-se sobretudo em partidos políticos (através de doações feitas por investidores chineses com ligações ao PCC: por exemplo, o caso de Huang Xiangmo), infraestruturas, universidades e na indústria mineira.

Logo, o acordo comercial assinado em dezembro de 2015, teve uma enorme importância para ambos os países, assinalando um novo ciclo no sistema internacional. Assim, a Austrália passaria a ser um país economicamente asiático, deixando de ser ocidental. De um certo ponto de vista, passava a mensagem que o modelo de modernização passaria a ser representado pela RPC, colocando em causa o papel dos EUA na região. A China tornou-se decisiva para a prosperidade australiana porque passou a ser o maior comprador da dívida externa, o maior investidor na exploração mineira, o maior contribuidor para o ensino superior e passou a ser o maior investidor no setor agrícola. De acordo com Clive Hamilton, a Austrália já recebeu 90 biliões de dólares de investimento chinês¹³². Porém, as empresas chinesas reduziram os investimentos na Austrália nos últimos três anos. E, embora possuam diversos ativos no setor agrícola, energético e de mineração, os investidores chineses possivelmente aguardarão pelo desenvolvimento das iniciativas do novo governo australiano.

¹³¹ 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; The remaking of Asia* de Patrick Lawrence

¹³² *The Silent Invasion* de Clive Hamilton (2018; p: 89)

Esta dependência dá-nos a entender o enorme desafio económico e diplomático que a Austrália enfrenta nos tempos mais próximos.

Sendo a China um competidor direto dos EUA na região do Indo-Pacífico, torna-se automaticamente num competidor direto do Ocidente. A localização da Austrália e da Nova Zelândia foi, portanto, um ponto a favor para a China. Envolvendo economicamente ambos os países, aumentou o grau de dependência destes, afastando-os do Ocidente. Contudo, a aliança existente entre a Austrália e os EUA tem levado a que os australianos considerem as indicações de Washington e do Quad para conterem o fortalecimento militar e expansão chinesa no noroeste asiático. Embora Pequim tenha arquitetado uma “política de boa vizinhança” por intermédio da ASEAN e outras instituições da região, a finalidade desta iniciativa tem sido persuadir os países vizinhos e também os EUA de que, as suas intenções têm sido pacíficas¹³³. Todavia, Camberra poderá correr riscos caso fique totalmente dependente das ações norte-americanas.

A sua segurança e política externa poderão ficar vulneráveis a um eventual conflito na região. No entanto, a Austrália tem também como prioridade equacionar o seu principal parceiro comercial. Apesar de estarem a passar por um período diplomaticamente conturbado, Camberra tem referido que o problema não é a China nem os cidadãos chineses. Mas sim, o nacionalismo chinês. Ou seja, a Austrália considera que o PCC representa a maior ameaça para a sua relação bilateral como para toda a região.

Conforme o anterior Ministro australiano dos Assuntos Internos, Peter Dutton: “(...) o nosso problema não é com a população chinesa, não é com a maravilhosa comunidade da diáspora chinesa que temos aqui na Austrália, o meu problema é com o Partido Comunista Chinês e com as suas políticas por serem inconsistentes com os nossos valores (...)”¹³⁴.

Avizinham-se tempos difíceis para a relação sino-australiana. Para combater a pandemia, muitos esforços económicos e financeiros foram feitos por parte dos dois países, contribuindo para um mundo mais pobre e colocando em risco a segurança da região, face à tensão existente e às disputas territoriais marítimas. Porém, no decorrer da entrevista a Geoff Raby na UTS-ACRI, o autor considera que, caso a China ganhe estabilidade interna, será vantajoso, não só para a China como para a região e, por

¹³³ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 191)

¹³⁴ 2019; Peter Dutton vows to “call out” China over foreign interference and cyber hacks

consequente, para a Austrália¹³⁵. Para Geoff Raby, é necessário desvalorizar as medidas do governo chinês, uma vez que acredita que a relação sino-australiana é vulnerável apenas por aspetos ideológicos e que deveria focar-se nas vantagens associadas, priorizando os interesses económicos e comerciais. Assim, acaba por desvalorizar as medidas do governo chinês, justificando a sua perspetiva no facto de a Austrália reconhecer Estados e não governos.

A Austrália pode e deve conter o autoritarismo praticado pelo PCC na região, com o objetivo a assegurar a sua soberania e de contribuir para uma maior estabilidade no futuro da sua região. No entanto, de acordo com Jonathan Pearlman: “(...) *defendendo a democracia, condenando a brutalidade chinesa em Xinjiang ou Hong Kong, pode ter um preço* (...)”¹³⁶. Isto é, a Austrália deve adaptar-se à ideia de uma eventual liderança da RPC numa nova ordem mundial de forma a prever futuros comportamentos do regime de Xi Jinping. Tal ação poderá ser essencial para continuar a promover os seus interesses nesta conjuntura. Por outras palavras, Camberra está disposta e comprometida em assumir um papel de grande importância, distanciando-se tanto da China como dos EUA. Com base na paz e na prosperidade e, defendendo os princípios e valores da democracia, a Austrália poderá estabelecer uma posição de potência regional do Indo-Pacífico focada no bem-estar da região.

4.2 Perspetiva ocidental

A ascensão vertiginosa da RPC fará com que o sistema internacional deixe de ser o mesmo que perdura desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Vários são os fatores que constituem uma grave e poderosa ameaça ao mundo: a situação no Mar do Sul da China e a violação do Direito Internacional nesta região por parte do governo chinês; as inúmeras construções de ilhas artificiais para fins militares, a violação de direitos humanos, a criação do «Sistema de Crédito Social»¹³⁷ para controlar os comportamentos de cada cidadão chinês; o desaparecimento de cidadãos que não atuem em conformidade com o PCC; a poluição existente nas grandes cidades chinesas; a questão de Taiwan; a situação desastrosa em Hong Kong; o roubo de propriedade intelectual em muitas empresas, instituições e universidades ocidentais (nomeadamente, australianas), a falha de comunicação com o resto do mundo acerca da pandemia e o

¹³⁵ 2020; Entrevista a Geoff Raby na UTS-ACRI (*China's grand strategy and Australia's future in the new global order*)

¹³⁶ 2021; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs*; *The march of autocracy* de Jonathan Pearlman

¹³⁷ Conjunto de bases de dados que avaliam o comportamento dos cidadãos, empresas e entidades do Estado chinês. Cada inscrito tem uma pontuação que varia consoante o seu comportamento

facto de não ter autorizado a entrada de profissionais de saúde da OMS e a não partilha de informação sobre este vírus.

Do ponto de vista australiano, os EUA são um importante aliado e a China um parceiro comercial valoroso. Logo, da perspetiva ocidental qual será o papel de Camberra? Como resolver este dilema entre segurança e prosperidade? Será possível progredir de forma a permitir o desenvolvimento do conceito de coevolução e de Comunidade do Pacífico?

Como demonstra o Anexo 1, quase metade dos produtos australianos são exportados para a China (38%). A China é também um forte impulsionador do crescimento do mercado interno australiano. Posto isto, os objetivos e comportamentos da RPC poderão ter de ser seriamente analisados pelo governo australiano.

Seguindo o raciocínio de Aaron Friedberg, as democracias deverão enfrentar a narrativa que o governo chinês tem vindo a adotar internamente¹³⁸. Um governo autoritário, que ignora a multiculturalidade existente no seu país e as medidas políticas praticadas pelas democracias, relutante em relação ao Direito Internacional e aos direitos humanos surge agora como um forte candidato a superpotência mundial capaz de liderar e contribuir para o desenvolvimento dos países mais expostos. Desta forma, a perspetiva ocidental crê que o PCC pretende adotar novas práticas que façam que o *status quo* da comunidade internacional seja alterado em conformidade com os seus objetivos internos. E assim, tentarão reformar as normas e «*standards*» de instituições e do próprio sistema internacional. Ao mesmo tempo, a sua influência económica tem aumentado significativamente ao redor de toda a região incluindo países desenvolvidos, como a Austrália, fazendo da China um verdadeiro competidor direto dos Estados Unidos. De acordo com Clive Hamilton, o investimento chinês no estrangeiro tem como propósito manipular o país em questão, de forma a “controlá-lo” através do seu poder e influência¹³⁹. Os objetivos acabam por ser discutíveis visto que não são apenas comerciais, mas também estratégicos. Isto é, do ponto de vista da RPC o investimento chinês é considerado como uma ferramenta taticamente engenhosa. Através da sua capacidade financeira, é capaz de pressionar e reprimir qualquer país para que este se adapte às suas medidas políticas para agradar os interesses estratégicos de Pequim.

Aaron Friedberg refere que o comportamento adotado pelo PCC tem ajudado a que o Ocidente perceba o risco a que está exposto, tanto em questões de segurança como de

¹³⁸ 2020; Artigo publicado na revista *Foreign Affairs; Answer to Aggression – How to Push Back Against Beijing* de Aaron Friedberg

¹³⁹ *Silent Invasion* de Clive Hamilton (2018; p: 113)

prosperidade social e económica¹⁴⁰. Este clima vivido entre os EUA e a China tem demonstrado que as relações diplomáticas entre ambos os países se têm degradado cada vez mais. A assertividade da RPC tem vindo a contribuir para o aumento das retaliações com o Ocidente, o que agravará ainda mais o estado do sistema internacional. No entanto, num período de pós-guerra comercial com a China, tanto os Estados Unidos como a Austrália continuam a sofrer do mesmo mal: a RPC continua a ser uma das maiores detentoras das suas dívidas externas.

Detendo a China e EUA aproximadamente 40% da economia global, o facto da interdependência entre ambos estar a deteriorar-se a nível político, económico e social, fará com que a China fique numa posição mais desconfortável. Tal justifica a aposta do governo chinês no aumento das suas reservas em dólares, em ouro e em recursos naturais. A acrescentar a esta aposta, está o desenvolvimento e modernização militar, principalmente marítimo.

Considerando que a sua soberania está em jogo e sendo a Austrália um país rico em energia, produtos alimentares e outros recursos cruciais, poderá perfeitamente tentar reconstruir indústrias específicas de forma a desbloquear o avanço para uma nova Era da sua economia. Segundo Aaron Friedberg, apesar do poder e influência do Ocidente, este deverá ter como prioridade na sua estratégia, identificar as fraquezas da RPC e explorá-las. Refere também a importância de impor tarifas em produtos chineses de forma a abrandar o crescimento do poderio de Pequim¹⁴¹.

Apesar de complexo, do ponto de vista ocidental, será crucial que a Austrália reduza drasticamente a importação de produtos chineses e aposte no desenvolvimento e modernização da manufatura nacional. Poderá ser uma boa oportunidade para a Austrália fortalecer as suas relações com o Ocidente, reformando as suas relações comerciais e o mercado interno. Ou seja, em conjunto com os seus aliados, novas reformas poderão surgir com os acordos comerciais existentes, contribuindo para a prosperidade na região e também para a sua segurança. Caso exista um espírito cooperativo e de mudança no Indo-Pacífico, com o objetivo de restringir a ascensão da China, estaremos perante uma ligação entre cadeias de abastecimento e segurança nacional. As cadeias de abastecimento são uma peça-chave para a economia chinesa bem como para a sua afirmação no sistema internacional. Todavia, com a criação da

¹⁴⁰ 2020; Artigo publicado na revista *Foreign Affairs; Answer to Aggression – How to Push Back Against Beijing* de Aaron Friedberg

¹⁴¹ 2020; Artigo publicado na revista *Foreign Affairs; Answer to Aggression – How to Push Back Against Beijing* de Aaron Friedberg

Nova Rota da Seda, Pequim demonstrou que por detrás da iniciativa de querer sofisticar o transporte e a distribuição comercial a nível mundial, ainda apresenta fragilidades no setor de logística e de abastecimento. Daí querer tornar-se independente na distribuição dos produtos da sua enorme manufatura. De uma perspetiva ocidental, esta problemática poderá tornar-se uma oportunidade para a manutenção da hegemonia norte-americana na região e também da soberania australiana.

O facto de a Austrália pertencer aos «*Five-eyes*»¹⁴², de estar empenhada em fortalecer a relação com a UE (acordo comercial assinado no dia 18 de junho de 2018) e com a NATO; o aumento do investimento militar e o seu próprio regresso ao Quad são claramente sinais que as regras do jogo poderão estar a mudar. Regras estas que não correspondem aos planos de Pequim. As reformas que poderão ser criadas, tendo em conta o investimento chinês no território australiano, serão algo que Camberra poderá ter de gerir com os seus aliados. Leva-nos a crer que, para além do reforço e apoio militar que receberá do Ocidente, a Austrália poderá também ser forçada a novas reformas comerciais de modo a conseguir enfrentar os novos desafios económicos que terá pela frente.

Considerando a importante relação comercial entre a Austrália e a China, poderemos perceber a complexidade das possíveis reformas que a Austrália poderá ter de enfrentar no futuro. Logo, a ascensão da China requererá por parte do Quad e dos diálogos “minilaterais” uma enorme fonte de recursos (militares, políticos, económicos, financeiros, científicos, etc.) de forma a terem a capacidade de evitar consequências económicas, financeiras e militares mais graves na região.

Segundo Patrick Lawrence, o Departamento de Defesa dos EUA pediu ao Congresso 20 biliões de dólares para um plano de operações com duração de 6 anos no Indo-Pacífico¹⁴³. Neste seguimento, Patrick Lawrence refere que o Congresso se demonstrou interessado em apoiar o pedido feito pelo Pentágono, afirmando: “(...) *Vocês precisam de mais dinheiro. Peçam e vocês receberão* (...)”. Desta forma, poderemos considerar evidente o quão os EUA estão preocupados com a ascensão da China naquela região. De acordo com Patrick Lawrence, o oficial norte-americano responsável pelas operações que decorrem no Indo-Pacífico, Phil Davidson, apresentou ao Congresso uma estratégia¹⁴⁴ que chamou, «*Regain*»¹⁴⁵. Tendo o apoio de vários

¹⁴² Aliança de inteligência entre a Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e EUA

¹⁴³ 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; The remaking of asia* de Patrick Lawrence

¹⁴⁴ 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; The remaking of asia* de Patrick Lawrence

¹⁴⁵ “Recuperar a vantagem”

membros do Congresso, fez com que a Câmara de Representantes e o Senado avaliassem o orçamento disponível para a “Iniciativa de dissuasão do Pacífico”. Poderemos perceber que a presença militar norte-americana será reforçada face ao aumento militar chinês. Segundo Patrick Lawrence, este reforço consistirá em armas de longo alcance, sistemas de defesa aérea e radar, instalações para caças F-35 e disponibilização de financiamento para construção de infraestruturas militares em Estados que decidam cooperar com os EUA¹⁴⁶. Desta forma, presumimos que os EUA procuram exhibir-se militarmente de modo a demonstrarem à China que não abdicarão da sua hegemonia na região. Contudo, Patrick Lawrence avalia a estratégia norte-americana como pouco adequada à realidade asiática. Refere que a Austrália não deveria segui-la, afirmando que já foi um erro de Camberra ter enviado um navio de guerra para a Malásia, juntamente com a frota norte-americana liderada por uma Washington “melancólica”. Crê ainda que os países do Indo-Pacífico não cometerão novamente o erro de que “modernizar signifique ocidentalizar”, mencionando que uma “re-asiatização” seja: “(...) *onde está o futuro. Mas, também é um retorno, um retrocesso, uma recuperação de uma individualidade enterrada (...)*”; acrescentando que, “re-asiatização” não significa anular características ocidentais que os países asiáticos têm vindo a adotar ao longo dos anos. Ou seja, não se trata de irradiar um espírito antiocidental, mas sim de se modernizar à sua maneira. Para Patrick Lawrence, será fundamental que os EUA percebam que isolar a China significa isolar todos aqueles que pertencem ao resto da região, afirmando que: “(...) *dar continuidade ao trabalho de reconhecer a natureza da China – já que a esfera anglo-americana insiste em não reconhecer (...)*”.

Segundo John Mearsheimer, a grande estratégia norte-americana está focada em três pontos: Leste Asiático, Golfo Pérsico e Europa (NATO)¹⁴⁷. No que diz respeito ao Leste Asiático, a China já é um forte concorrente direto dos EUA. Na perspetiva de John Mearsheimer, em 2050, a China poderá ter cerca de 3.5 vezes mais a população dos EUA e a sua riqueza poderá ser duas a três vezes superior à norte-americana. O Golfo Pérsico tem também uma enorme importância, considerando a dependência de petróleo que a China tem desta região. É estimado que nos dias de hoje, 25% do petróleo comercializado no Golfo Pérsico é para consumo chinês. Este valor terá tendência a aumentar e por volta de 2035, este consumo poderá atingir os 54%. Assim,

¹⁴⁶ 2020; Artigo publicado na revista *Australian Foreign Affairs; The remaking of asia* de Patrick Lawrence

¹⁴⁷ 2018; Aula online dada pelo Professor John Mearsheimer; *The future of NATO in the Age of Trump*

a forte presença militar da China em Djibouti e a proximidade com o Irão tem facilitado geograficamente a envolvimento militar da China no Golfo Pérsico. Esta presença fez com que fosse possível a China ter criado a «*Blue Water Navy*»¹⁴⁸ de modo a ter a capacidade de defender as linhas marítimas entre a costa leste chinesa e o Golfo Pérsico. Por último, a questão da Europa: a relação diplomática e comercial entre a Europa e a China é preocupante. Preocupante, no sentido das inúmeras facilidades que a China tem tido ao longo dos últimos 10 anos em aceder à atividade económica e financeira europeia.

Mas dada a pandemia da Covid-19, no dia 24 de março (2020) Josep Borrell através de um comunicado público, envia uma mensagem ao mundo, e em particular à RPC, avisando que as guerras não se ganham através de táticas ou de estratégias, mas através da logística e da comunicação. Afirmando o erro cometido por parte do PCC em não ter comunicado a gravidade da situação, acrescentou que a China aproveitava a situação criada pela pandemia para passar a mensagem de que é um parceiro responsável e confiável em comparação com os EUA: “(...) a China está a empurrar, agressivamente, a mensagem de que, ao contrário dos EUA, são um responsável e confiável parceiro. Na batalha das narrativas, também vimos tentativas para que desacreditem da UE (...)”¹⁴⁹. Poderemos considerar que é um sinal de que em termos geopolíticos poderão surgir mudanças e novas influências poderão aparecer através destas “*políticas de generosidade*”. Juntamente com este acontecimento está o facto de a China ignorar o Direito Internacional e os Direitos Humanos, o que tem sido considerado como uma ameaça e poderá reforçar o papel da UE no sistema internacional.

Contudo, o forte crescimento económico chinês leva-nos a questionar se o Ocidente continua a ser o modelo de modernidade e de desenvolvimento a que estávamos habituados. Mesmo num período de pandemia, a RPC apenas desacelerou o seu crescimento económico, permitindo-lhe ganhar influência sobre os países vizinhos assim como dos países africanos e alguns ocidentais.

A sua capacidade de produção, de logística e de investimento torna-a importante na comunidade internacional. Todavia, os instrumentos económicos podem ser utilizados como “arma”. Isto é, se os instrumentos económicos servem para criar aliados e parceiros, também servirão para o oposto. Através de instrumentos económicos, o PCC

¹⁴⁸ Marinha chinesa de Alto Mar

¹⁴⁹ Alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

tem conseguido ameaçar e punir os Estados que não atuam em conformidade com a sua vontade (por exemplo, a cedência da totalidade da concessão portuária do Sri Lanka ou os cortes nas exportações de produtos australianos). Sendo um regime autoritário, com uma ideologia vincada no maoísmo e com um sentimento ainda muito presente devido aos “Cem anos de humilhação”, é claro que os seus objetivos e políticas não irão ao encontro dos ocidentais.

Esta questão levar-nos-á à realidade existente entre o Ocidente e o PCC.

No que diz respeito à educação, existem fatores muito específicos que preocupam cada vez mais o governo australiano e o Ocidente. A influência chinesa existente nas universidades australianas tem aumentado drasticamente como também, o fator de “espionagem”. Desta forma, a Austrália tem vindo a tornar-se um “alvo” fácil para o PCC. O roubo da propriedade intelectual australiana por parte da China é uma realidade muito difícil de gerir pelo governo australiano. Considerando o investimento chinês nas universidades e centros de investigação públicos e privados da Austrália, o governo demonstra não ter autonomia suficiente para criar soluções face a estas ameaças.

Esta inquietação devido à dependência dos investimentos chineses tem levado a Austrália a reforçar a segurança. Internamente, os aumentos das medidas protecionistas levarão a uma procura de novos investidores e externamente a aproximação aos seus aliados tornar-se-á óbvia. Esta posição poderá ser vista por Pequim, como uma provocação e até mesmo como uma traição o que poderá ter consequências a nível económico, financeiro e militar desastrosas na região. A estratégia do PCC terá de ser acompanhada por Camberra pois terá pela frente um dos seus maiores desafios diplomáticos de sempre.

Poderemos considerar que a perspetiva ocidental deve analisar com prudência os riscos inerentes à perspetiva do PCC. Seguindo o raciocínio de John Mearsheimer e de Hugh White, será fundamental para o Ocidente identificar os seus reais objetivos e fazer com que os países ocidentais atuem em conformidade. Ao mesmo tempo, ambos afirmam que o objetivo de Washington será manter o papel de superpotência no Indo-Pacífico. Neste sentido, Hugh White refere que a China será um rival muito poderoso que não facilitará os planos aos EUA. Logo, a Austrália e o Ocidente estão perante um grande desafio¹⁵⁰.

¹⁵⁰ 2020; Debate online com o tema *Canberra's Strategic Posture – Strategy and future*

Dado o período que a democracia atravessa, será crucial conter a influência e pressão que o PCC tem exercido nas democracias. Os valores democráticos e os direitos humanos que tanto contribuíram para o sistema internacional estão agora a ser postos em causa. Levar-nos-á a crer que a escalada de violação dos direitos humanos na China poderá fazer com que a aliança australiana, europeia e norte-americana se una e fortaleça ainda mais. Será fundamental que a Austrália, os EUA e os restantes aliados reúnam entre si, medidas reformistas para evitar que o regime chinês continue a ascender vertiginosamente, com um governo antidemocrático.

4.3 Perspetiva do Partido Comunista Chinês

De acordo com Zheng Wang: “(...) o debate sobre a China, não será sobre o que Pequim quer para hoje, mas sim o que prefere fazer amanhã (...)”¹⁵¹.

Como Elizabeth Economy refere, no decorrer da cimeira da APEC de 2016, em Lima (Perú), Xi Jinping garantiu à comunidade internacional que a China assumiria o papel de portadora de *standards* para a globalização, ao dizer: “(...) isolar e excluir os outros não é a escolha correta ... a China não fecha a porta para o mundo exterior, mas abre mais ... vamos garantir que os frutos do desenvolvimento sejam compartilhados (...)”¹⁵².

Segundo Elizabeth Economy, a China já tem um papel fundamental para a globalização. Desde os anos 2000, que a China tem recebido apoio e investimento exterior através de FDI's e de ONG's. Assim, conseguiu desenvolver-se e criou acordos e protocolos com vários países. Para além do seu poderio económico estar em constante crescimento, o militar também tem aumentado consideravelmente. Atualmente, o regime chinês já não tem visto com tão bons olhos a participação ocidental no seu país e na sua região. Isto porque, muitos dos princípios e medidas do Direito Internacional e dos valores da democracia têm ido contra os objetivos e ambições do PCC. O caso das reivindicações do regime chinês no Mar do Sul da China é um claro exemplo disso. Apoiando-se em questões históricas e culturais, a China tem justificado os direitos que lhe pertencem naquela região. No entanto, os seus pedidos de soberania naquela região, foram rejeitados pelo Tribunal de Haia, isto é, pelo Direito Internacional.

As ambições de Xi Jinping para o mundo têm-se baseado em projetar o modelo político e de desenvolvimento económico chinês e em aplicar reformas na Nova Rota da

¹⁵¹ Never forget National humiliation de Zheng Wang (2014; p: 240)

¹⁵² The Third Revolution de Elizabeth Economy (2018; p: 231)

Seda e nas empresas estatais chinesas¹⁵³. O compromisso do PCC tem sido notável no que diz respeito à projeção e realização dos planos e objetivos de Pequim fora da sua região.

A introdução de bases no continente africano permitiu que Pequim desenvolvesse portos estratégicos que contribuíssem tanto para o comércio como para a segurança¹⁵⁴. Posto isto, aumentou a sua influência pelo globo, criando projetos e adotando medidas que permitissem a continuação da sua ascensão, como por exemplo: a Nova Rota da Seda, a área de livre comércio do Indo-Pacífico, o PECC e o AIIB. A criação destas instituições contribuiu para a globalização e para a redução de barreiras alfandegárias o que fez aumentar o comércio e o investimento. Neste sentido, a perspetiva da China foi cada vez ficando mais ambiciosa no contexto global. Com o seu crescimento económico vertiginoso, foi adotando a estratégia de «*soft power*». A partir da introdução de Institutos Confúcio de modo a promover a cultura e língua da China por todo o globo¹⁵⁵, Xi Jinping criou um projeto com o propósito de desenvolver «*world-class think tanks*»¹⁵⁶ capazes de apresentar a perspetiva de Pequim no que diz respeito às políticas internas e externas e fez questão que fosse realizada uma campanha pelos *media* estatais com o intuito de promover a mensagem de Pequim pelo mundo.

A liderança na comunidade internacional, para além de não ser garantida, não é “ilimitada”. Embora não esteja a calcular devidamente o poderio ocidental, o PCC acredita que o declínio dos EUA esteja a acontecer. Contudo, o Presidente da RPC sabe que dificilmente diminuirá a curto-prazo a influência ocidental no sistema internacional. Os desafios atuais como as mudanças climáticas, a pandemia criada pelo novo coronavírus, a proliferação nuclear e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia poderão fazer com que uma das respostas para resolução destes, seja o fortalecimento das relações entre a China e as grandes potências ocidentais e democráticas bem como a partilha de informação. Resta saber se o PCC estará interessado e preparado para fortalecer a relação com o Ocidente. Com uma visão mercantilista, revisionista e totalitária, o PCC tem vindo a demonstrar à comunidade internacional que está disposto, e até interessado, em negociar e realizar acordos com Estados, espaços económicos e políticos e organizações internacionais que defendam os princípios e valores da democracia. A

¹⁵³ *The Third Revolution de Elizabeth Economy* (2018; p: 236)

¹⁵⁴ *The Third Revolution de Elizabeth Economy* (2018; p: 232)

¹⁵⁵ *The Third Revolution de Elizabeth Economy* (2018; p: 232)

¹⁵⁶ Grupos de reflexão de classe mundial

questão será se abdicarão da sua ideologia de forma a atuar em conformidade com o Ocidente.

De acordo com Oriana Skylar Mastro, considerando uma das declarações feitas por um dos oficiais da RPC “(...) *Sendo uma grande potência significa que pode fazer o que quiser e ninguém poderá dizer nada contra isso (...)*”, Pequim procura retirar ou desvalorizar a posição dos EUA enquanto grande potência mundial¹⁵⁷. No entanto, em setembro de 2018 o ministro dos negócios estrangeiros da China, Wang Yi, declarou: “(...) *A China não irá repetir as práticas antigas de um país forte à procura de hegemonia (...)*”¹⁵⁸. Mas, quais serão as novas práticas?

Para Mastro, a China não quer nem procura ocupar o lugar dos Estados Unidos, uma posição que requer demasiadas responsabilidades e que em troca receberia algo que não é do seu interesse. Isto é, de certa forma as responsabilidades acabariam por interferir nos seus objetivos e na forma como pretendiam alcançá-los. Será que com a sua ascensão, a China não terá de lidar com as naturais responsabilidades de uma grande potência mundial?

Segundo Hugh White, a pandemia acabou por contribuir para um aceleração da transferência de poder e influência de Washington para Pequim¹⁵⁹. Economicamente, o impacto foi muito maior nos EUA do que na China. Porém, ambos os países acabaram por sofrer estragos na sua reputação. Mas enquanto os EUA acabaram por ser descredibilizados no âmbito da competência e eficácia, a China demonstrou ser capaz de lidar com a pandemia. É verdade que, internamente, os EUA não estão a passar um bom momento. As tensões raciais, a situação vivida no Capitólio, as consequências económicas provocadas pela pandemia e o insucesso de Joe Biden têm contribuído para uma instabilidade preocupante no país. Estando a agenda norte-americana preenchida de problemas domésticos, a China acaba por estar mais confiante para “retirar” os EUA do seu caminho à hegemonia na região. Aliás, a questão de Taiwan e a situação vivida em Hong Kong podem ser sinais disso. Na perspetiva de Pequim, Joe Biden poderá ser um Presidente mais fácil de lidar. Desde que Biden chegou à Casa Branca, Pequim tem insistido no levantamento de restrições no comércio e na suspensão das interferências em Xinjiang, Tibete, Hong Kong e Taiwan, de forma a pressionar Washington a abandonar as medidas adotadas pela administração Trump.

¹⁵⁷ 2019; Artigo publicado na revista *Foreign Affairs*; *The Stealth Superpower* de Skylar Mastro

¹⁵⁸ 2019; *The Stealth Superpower*

¹⁵⁹ 2020; Entrevista com Jacek Bartosiak; *Canberra's Strategic Posture*

Tendo o PCC dinâmicas internas e uma forte estrutura ideológica, segundo Aaron Friedberg¹⁶⁰, isto faz com que os seus líderes percebam ameaças, definam metas e políticas de forma a atingirem o sucesso esperado. São estas intenções e políticas adotadas por Pequim que aumentam o conflito com Camberra e Washington. O combate à corrupção reflete o quão importante é combater quem não aja conforme as vontades políticas do governo chinês.

Como Geoff Raby refere: “(...) *a grande estratégia de Pequim é, na realidade, uma estratégia limitada* (...)”¹⁶¹, mostrando que a China é uma superpotência condicionada e incapacitada para acertar e pôr em prática a sua hegemonia. Isto porque enfrenta várias problemáticas: geográficas, políticas, culturais e de cadeias de abastecimento de energia. Geograficamente, a China tem fronteiras com 14 países e 22 000 kms de terra fronteiriça para proteger. Seguidamente, a história da China ainda tem questões culturais e políticas por resolver (Xinjiang, Hong Kong, Taiwan e Tibete). De modo a combater estas questões, desde 2012 (data que Xi Jinping tornou-se o líder do PCC) que se pode notar um aumento na capacidade de segurança interna. Outro ponto relevante é o «*soft power*» praticado pela China que acaba por ser limitado dado a depender sempre da narrativa do PCC. E, por último, no que diz respeito às cadeias de abastecimento de energia, desde 1990 que as necessidades da RPC têm aumentado brutalmente de forma a poderem “alimentar” a sua manufatura e todo o setor industrial.

Dado as novas estratégias e ambições da China, esta poderá estar perante inúmeros desafios. Pequim percebeu que à medida que ia enriquecendo, ia tornando-se mais vulnerável face à sua enorme necessidade de recursos energéticos. Tal facto, poderá explicar umas das razões da criação da Nova Rota da Seda: acesso a novas cadeias de abastecimento que não obrigarão os navios chineses a passar pelo Mar do Sul da China ou pelos Estreitos de Malaca.

A necessidade de alimentos, de minérios e de conhecimento académico e científico que a RPC tem, é preocupante. Assim sendo, no contexto regional, o mercado australiano representa uma enorme importância para a China. A Austrália é um exemplo claro da perspetiva do PCC. O caso das doações chinesas a partidos políticos australianos¹⁶² com mais poder, influência e obviamente, com mais hipóteses de ganhar as eleições diz-nos uma das formas como a China se tem aproximado do Ocidente. A

¹⁶⁰ 2019; Artigo digital publicado em *The American Interest*; *Getting the China Challenge Right* de Aaron Friedberg

¹⁶¹ *The China's grand strategy and Australia's future in the New Global Order* de Geoff Raby (2020; p: 45)

¹⁶² 2017; Artigo digital publicado em *ABC Australian News*; *Chinese donors to Australian political parties: who gave how much*; de Chris Uhlmann e Andrew Grenne

RPC é um país cada vez mais rico e poderoso. Por isso, é normal que queira alterar o seu *status* na região de modo a expandir a sua influência. Logo, os Estados vizinhos, naturalmente, acabarão por se sentir ameaçados. Resta saber se estarão interessados em criar uma oposição que fará com que corram riscos. Tendo em atenção as iniciativas da RPC, juntamente com o seu poder militar e económico, farão com que muitos países considerem que não têm capacidade suficiente para conter o comportamento do PCC na região. Neste sentido, deveria ter sido prevista a política externa mais assertiva da China, à medida que a economia e poder iam crescendo proporcionalmente¹⁶³. O facto de não ter sido prevista faz com que, nos dias de hoje, a China tenha capacidade de ameaçar a Austrália. O PCC tem um profundo conhecimento do que representa para a economia australiana; logo, acaba por ter um poder decisivo em diversos setores essenciais para a prosperidade da Austrália.

Neste seguimento, Elizabeth Economy diz que a perspetiva da RPC tem demonstrado poucas características de um país globalizado¹⁶⁴. No que diz respeito ao fluxo de capital que sai da China, Xi Jinping tem acabado por controlá-lo de forma a restringir as empresas estrangeiras de competirem com empresas nacionais em áreas críticas como a energia limpa. Enquanto muitos chineses se deliciam com as medidas anticorrupção, de repressão social aos opositores e com o crescimento económico e aumento da sua esfera de influência, outros chineses mantêm-se críticos relativamente à: “(...) *incapacidade do governo de reforçar os planos para o meio-ambiente, às restrições que limitam a capacidade de investir no exterior e às restrições relacionadas com o uso de Internet* (...)”¹⁶⁵. Deste modo, poderemos perceber que as restrições impostas pelo governo chinês têm levado a um descontentamento por parte dos académicos. Relativamente à informação que circula dentro do país, o governo chinês também tem adotado medidas mais assertivas como não permitir que os professores tenham acesso a livros ocidentais ou tenham discussões sobre política e economia que apelem à democracia e ao liberalismo dentro das salas de aula. Estas medidas têm-se refletido na vida privada dos cidadãos chineses: redução de canais televisivos estrangeiros e restrições ao acesso da Internet. Sendo princípios básicos da globalização a livre circulação de informação, o capital e os cidadãos, como é que a China poderá assumir o papel de portadora de *standards* a nível global?

¹⁶³ *The China's grand strategy and Australia's future in the New Global Order* de Geoff Raby (2020; p: 18)

¹⁶⁴ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 232)

¹⁶⁵ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 249)

Concluimos que o que para o Ocidente poderá não fazer sentido, para a China poderá fazer. Através da sua ascensão, a RPC tem ambições cada vez maiores. O que é, totalmente, legítimo. Neste contexto, é natural que os objetivos possam estar desalinhados e que sejam divergentes. No entanto, a China só quer voltar a ter, o que perdeu há muito tempo. O “Império do Meio” está de volta.

Capítulo 5 Competição tecnológica

5.1 A importância da reconstrução da indústria tecnológica

A inovação tecnológica esteve sempre na base do desenvolvimento militar. No entanto, não estava tão presente na vida civil como nos dias de hoje. Desde 1970 que o desenvolvimento de sistemas de informação e de base de dados tem vindo a contribuir para a mudança de postos de trabalho e da economia mundial. Atualmente, o progresso tecnológico tem contribuído especialmente para o avanço da Inteligência Artificial Generativa, “*Machine Learning*”¹⁶⁶, da robótica e da manufatura moderna. Considerando esta notável transformação, os países desenvolvidos começaram a adotar novas estratégias rumo ao crescimento neste setor. A estratégia industrial de um país, que pretenda manter-se no pódio das grandes potências, será dar prioridade ao investimento em tecnologia de forma a adaptar-se à constante evolução. Será crucial que os países desenvolvidos tomem iniciativas que contribuam para a inovação e modernização da manufatura de forma a reestruturar o setor.

Visto que a inovação tecnológica desempenhará um papel fundamental no futuro do sistema internacional, muitos analistas consideram a possibilidade de uma “Guerra Fria Tecnológica”. Portanto, quem tiver a mais sofisticada e avançada tecnologia, terá uma maior probabilidade de se tornar uma potência mundial mais poderosa.

Neste sentido, Adam Segal diz que a tecnologia desenvolver-se-á, propositadamente, de uma forma lenta¹⁶⁷. A informação acerca da inovação tecnológica será contida e apenas avançará caso haja uma boa oportunidade para tal. Para além dos custos, esta competição poderá chegar aos 3.5 triliões de dólares. Logo, qualquer país envolvido adotará medidas mais protecionistas, regulamentando a partilha de informação, investindo na segurança nacional de modo a evitar qualquer tipo de roubo de propriedade intelectual para se tornar o mais competitivo possível neste âmbito.

No caso da China, esta tem como missão intensificar cada vez mais a iniciativa “*Made in China 2025*”. Baseada no plano alemão “*Industrie 4.0*”, Pequim pretende tornar-se uma potência industrial tecnológica, independente em relação às importações de tecnologia. Assim, investirá na manufatura e em inovação (focada sobretudo no desenvolvimento de Inteligência Artificial e em soluções para os setores económico-

¹⁶⁶ Consiste num tipo de Inteligência Artificial que permite aplicações de software tornarem-se mais precisas na previsão de ajustes necessários através de base de dados, sem terem de estar programadas especificamente para isso

¹⁶⁷ 2020; Artigo publicado na revista *Foreign Affairs*; *The coming tech cold war with China* de Adam Segal

financeiros, de saúde e de educação), criando um ambiente interno cada vez mais competitivo com as multinacionais ocidentais.

A Austrália poderá fortalecer as relações com os seus aliados para contrair a competitividade chinesa e dos seus parceiros. A ciberspionagem, a apropriação intelectual ilegal, juntamente com a preocupação que tem vindo a aumentar sobre a proteção de dados funcionarão como fortes contribuidores para que os países com valores democráticos se unam nesta competição.

No entanto, Peter Varghese refere que, de um ponto de vista económico será interessante para a Austrália manter uma boa relação comercial com a China; mas não será vantajoso que esta se torne a potência mais poderosa na região¹⁶⁸. O cenário ideal seria que o governo chinês respeitasse a soberania dos países vizinhos, mas as suas medidas políticas e os objetivos “expansionistas” contrastam com essa linha de pensamento. Tudo aponta para que a Austrália possa contar, indiscutivelmente, com o apoio dos EUA. Restará saber se Washington aplicará medidas de contenção ao governo australiano, visto que será sempre do interesse deste manter relações económicas com a RPC. Mesmo com o tema “desassociação” presente, Camberra não poderá cortar radicalmente as relações comerciais com a China e não pretenderá ser contida diplomática e economicamente pelos EUA. Ou seja, a Austrália terá um desafio diplomático e económico pela frente. Naturalmente, acabará por se voltar mais para o Ocidente e por adotar medidas mais protecionistas; porém, não poderá deixar de se envolver economicamente com a China de um momento para o outro. Camberra deverá manter o envolvimento que conseguir com Pequim e, restringi-lo estrategicamente na componente doméstica, bilateral e geopolítica. Isto é, deve considerar restringir o investimento chinês, a não ser que tenha a possibilidade de investir na China nos mesmos moldes.

Agindo em conformidade com a estratégia norte-americana para controlar a ascensão e as ambições da RPC, a Austrália fará com que a sua reconstrução tecnológica e possíveis medidas protecionistas, traduzidas em apostas do mercado interno, sejam evidentes. Desta forma, os novos acordos comerciais entre a Austrália, os seus vizinhos e o Ocidente, nomeadamente com a União Europeia e com os Estados Unidos, serão complexos. Contudo, neste contexto poderá ser necessário uma “intensificação” por parte dos EUA para que amenize a situação na região. Mas porquê?

¹⁶⁸ 2020; Artigo digital publicado no *China Matters*; *What should Australia do to manage the risk in its relationship with the PRC?*; de Peter Varghese

A corrida à inovação tecnológica tem sido uma das principais metas a atingir por parte do PCC. Após as Quatro Modernizações de Deng Xiaoping estarem bem instauradas, a inovação tecnológica tornou-se uma realidade na China. Apesar de muito difícil, devido aos poucos meios e conhecimento, em 1984, Liu Chuanzhi fundou a *Legend*, conhecida atualmente como *Lenovo*. Passados 30 anos, a empresa de inovação tecnológica chinesa comprou a linha de negócio de computadores e de servidores da IBM. Atualmente, a China tem um vasto conhecimento e equipamento necessário que permitem o desenvolvimento desta indústria. A RPC tem aplicado medidas de proteção de informação para favorecer empresas tecnológicas chinesas com o objetivo de introduzir novos métodos de vigilância para controlar a população através do Sistema de Crédito Social¹⁶⁹ e enfraquecendo a influência da já fraca sociedade civil chinesa. Neste contexto, segundo Aaron Friedberg: “(...) *O que Xi Jinping e os seus colegas têm em mente não é uma fase de transição de uma regra de autoridade a ser seguida por uma eventual liberalização, mas uma ditadura de partido único eficiente, tecnologicamente capacitada e permanente (...)*”¹⁷⁰.

Seguindo o raciocínio de Elizabeth Economy, a inovação, na perspetiva de Xi Jinping, é um fator-chave para o conceito de rejuvenescimento e de prosperidade¹⁷¹. Isto é, será essencial para a definição da China enquanto grande nação. Joanna Lewis diz que, no âmbito empresarial, a China teve um enorme sucesso em ter aproveitado a propriedade intelectual e de inovação ocidentais, acabando por se direcionar a mercados pouco explorados pelo Ocidente¹⁷², como África¹⁷³. Um estudo feito pela empresa de consultoria *McKinsey & Company* informa que a forte e flexível manufatura da China, dez vezes superior à norte-americana, permite-lhe ter uma capacidade de produção inigualável capaz de se adaptar às tendências e necessidades do mercado¹⁷⁴ (por exemplo, o conceito “desenhar enquanto se constrói”). Em 2014 a *Xiaomi* - maior fornecedor de telemóveis na China - atualizou o sistema de operações dos telemóveis cinquenta e duas vezes. No contexto da inovação tecnológica, Gary Rieschel considera que a China ainda não tem características essenciais, como: plano de investimento a longo-prazo, um “apetite para arriscar” e vontade de falhar¹⁷⁵. No entanto, acrescenta

¹⁶⁹ Conjunto de bases de dados que avaliam o comportamento dos cidadãos, empresas e entidades do Estado chinês. Cada inscrito tem uma pontuação que varia consoante o seu comportamento

¹⁷⁰ 2019; Artigo publicado na revista *Foreign Affairs*; *Getting the China Challenge Right* de Aaron Friedberg

¹⁷¹ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 134)

¹⁷² Autora do estudo “*Path-Breaking on the evolution of China’s wind power industry*”

¹⁷³ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 124, 125)

¹⁷⁴ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 125)

¹⁷⁵ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 125)

que não deixou de investir nos sistemas que incentivam a inovação. O PCC tem investido no seu próprio modelo que consiste em apostar na inovação e assumir uma posição de liderança global¹⁷⁶. No caso da mobilidade, o RAND e o *Institute for Mobility Research* preveem que a China produzirá 50 milhões de automóveis elétricos por ano¹⁷⁷. Contudo, a aposta no desenvolvimento e introdução dos carros elétricos acaba por demonstrar as vantagens e as limitações deste modelo. Isto é, a China conseguirá ter o maior mercado de carros elétricos mas, sendo uma estratégia centralizada no poder e decisão do Estado poderá trazer ineficiência, desperdício e fraude. A BYD (marca de automóveis chinesa) também se tornou uma das maiores manufaturas de baterias de telemóveis; e, de baterias de telemóveis passou para as de carros elétricos¹⁷⁸. Em 2015, a BYD tornou-se a maior manufatura de veículos “de nova energia” no mundo¹⁷⁹. Atualmente, a China tem cerca de 4000 modelos de veículos “de nova energia” a serem desenvolvidos. Contudo, a RPC tem apresentado debilidades que poderão ir de encontro com as suas ambições. Segundo Michael Dunne: “(...) *um exemplo de como as empresas chinesas abordam a gestão de produção é o facto de estas substituírem maquinaria cara por muita mão-de-obra barata de forma a obterem o mesmo produto por um custo muito menor. Ou eles bloqueiam salários e fazem as pessoas a fazerem trabalho árduo. Ou os executivos de uma empresa avaliada em 100 milhões de dólares comem vegetais e porco por 20 dólares todos os dias em vez de comerem fora por 200 dólares. Os chineses são bons inovadores quando toca a encontrar formas de reduzir custos, embora que isso leve, frequentemente, a uma “qualidade desvanecida” (...)*”¹⁸⁰. O especial foco na quantidade e não na qualidade reflete a pouca propriedade intelectual da China¹⁸¹. O argumento que justifica esta análise está relacionado com quanto a RPC pagou para ter acesso a propriedade intelectual: “(...) *Em 2013, a China pagou 21 biliões de dólares para o uso de propriedade intelectual, mas recebeu apenas 887 milhões de dólares de outros países para que usassem a sua propriedade intelectual. Em 2015, a situação um pouco pior. A China pagou 22.6 biliões de dólares para o uso de propriedade intelectual e recebeu apenas 676 milhões de dólares para usassem a sua propriedade intelectual. Outros países asiáticos receberam muito mais: o Japão por exemplo recebeu 37 biliões de*

¹⁷⁶ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p:125)

¹⁷⁷ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p:126)

¹⁷⁸ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy; (2018; p:129)

¹⁷⁹ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy; (2018; p: 131)

¹⁸⁰ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy; (2018; p: 130)

¹⁸¹ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy; (2018; p: 140)

dólares, enquanto, mesmo que muito pequeno, Singapura recebeu cerca de 4 bilhões de dólares (...)”¹⁸². O outro problema da China é o êxodo de jovens universitários chineses para países ocidentais com o intuito de continuarem os seus estudos. Em 1987, dos 4 milhões de estudantes chineses que foram para o estrangeiro apenas 2.2 milhões voltaram. Neste sentido, Xi Jinping pretende fazer com que os estudantes regressem. Para além de significarem um ativo importante para o avanço tecnológico do país, trarão consigo ainda mais «*know-how*» ocidental que poderá ser fundamental para a competição tecnológica¹⁸³. É importante compreender o quanto o PCC tem estado disposto a investir. A partir de 2008, o governo chinês criou incentivos financeiros para instituições de modo a que estas recrutem estudantes nacionais e outros cidadãos chineses, reconhecidos pelo seu talento na área de tecnologia e informação¹⁸⁴. Porém, os planos não têm decorrido como esperado. Muitos dos especialistas chineses residentes no Ocidente não têm demonstrado interesse em voltar para a “terra-mãe”, por motivos profissionais e até mesmo pela transição cultural que poderá dificultar a sua adaptação. Logo, sabendo da importância de aumentar a inovação da tecnologia, qual será o plano de Xi Jinping?

O cenário não é o mais favorável para Pequim. Relativamente às propinas de uma universidade chinesa, estas correspondem a 13.6 anos de salários de um agricultor chinês. Logo, tendo em atenção os contrastes existentes na sociedade chinesa, apenas 5% da população teve acesso ao ensino superior¹⁸⁵. Outra questão que não favorece os planos de Xi Jinping, diz respeito à liberdade e à criatividade. De acordo com Liu Daoyu, para alcançar o nível de inovação tecnológica pretendido, é necessário apoiar e incentivar ideias através de múltiplos recursos como a liberdade de expressão¹⁸⁶; tal como, Ai Weiwei repara: “(...) *Se uma pessoa nunca teve o direito de escolher a sua informação, de associar-se livremente a uma ideologia e de desenvolver a sua personalidade com paixão e imaginação - Como é que essas pessoas podem ser criativas? (...) Seria impossível desenhar um iPhone na China porque não é um produto; é a compreensão da natureza humana (...)*”¹⁸⁷. A política interna chinesa acaba por conter a criatividade dos estudantes e especialistas da área de inovação e tecnologia. O principal resultado desta limitação é a ciberespionagem; 96% de 120

¹⁸² *The Third Revolution* de Elizabeth Economy; (2018; p: 140)

¹⁸³ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy; (2018; p: 137)

¹⁸⁴ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy; (2018; p: 138)

¹⁸⁵ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy; (2018; p: 140, 141)

¹⁸⁶ Presidente da Universidade de Wuhan

¹⁸⁷ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy; (2018; p: 141)

incidentes de ciberespionagem diretamente relacionados com governos provêm da China¹⁸⁸. Para além dos países europeus e dos EUA, a Austrália tem sido dos países mais atingidos pela ciberespionagem chinesa. As câmaras de comércio têm observado uma preocupação geral dos países relativamente a este comportamento da China. No entanto, tem sido associada à forma como a China usa a influência económica e comercial para forçar a transferência de propriedade intelectual de multinacionais para o seu país. O que acaba por ser mais um forte contribuidor para a limitação da capacidade de Desenvolvimento & Pesquisa.

De modo a responder a estes problemas, a China tem investido em «S&T parks»¹⁸⁹ com o propósito de apostar no desenvolvimento da cultura de «start-ups» na área da tecnologia¹⁹⁰. Julian Gewirtz refere que o ano de 2020 foi fundamental para Xi Jinping ganhar espaço no contexto da competição tecnológica¹⁹¹. O governo chinês investiu 1.4 triliões de dólares num plano que visa o desenvolvimento de infraestruturas de tecnologia avançada como a rede wireless 5G e melhorias nos respetivos sensores, carros e automatização. Neste seguimento, Anita Huang revelou o especial interesse chinês¹⁹² na Inteligência Artificial¹⁹³. O facto de a China ser o país que mais dados produz no mundo, pode fazer com que seja o líder global no contexto da IA. Acrescenta ainda que, o governo chinês é mais pragmático e tem um poder decisório, enquanto que: “(...) nos EUA, o governo norte-americano demoraria anos para testar e desenvolver uma quantidade enorme de regulamentações. No caso chinês, o governo encorajaria as empresas a seguir em frente (...)”. Ming Lei¹⁹⁴ acredita que a China também será líder nesta área porque considera que os chineses souberam: “(...) distinguir-se em como usar e aplicar a tecnologia (...)”¹⁹⁵. Porém, Gary Rieschel considera que o governo chinês não poderá continuar a injetar capital em empresas tecnológicas e esperar que se desenvolvam empreendedores, de forma natural¹⁹⁶. Concluímos que as problemáticas da China estão relacionadas com as limitações impostas pelo seu próprio sistema político. Os entraves na educação e no acesso à informação global através da *Internet*, os roubos de propriedade intelectual e a gestão de incentivo à inovação não têm contribuído para a melhoria e desenvolvimento deste setor. Contudo, a competição tecnológica é crucial

¹⁸⁸ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 141,142)

¹⁸⁹ Parques de ciência e tecnologia

¹⁹⁰ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 144)

¹⁹¹ 2020; Artigo publicado na revista *Foreign Affairs*; *China thinks America is losing* de Julian Gewirtz

¹⁹² Chefe do departamento de marketing da *Sinovation*

¹⁹³ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 147)

¹⁹⁴ Co-fundador da *Baidu*

¹⁹⁵ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 148)

¹⁹⁶ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 149)

para a estratégia do PCC. Pequim está a identificar setores e tecnologias promissoras para o governo investir, de modo a articular os ministérios e os municípios para que estes promovam o desenvolvimento e a aplicação destes investimentos¹⁹⁷. Juntamente, com os investimentos na Pesquisa & Desenvolvimento, em «start-ups» e na área da inovação, a China poderá ter uma maior facilidade em restringir a competitividade das multinacionais no seu território, a não ser que pretenda cooperar, especificamente, com algumas destas empresas estrangeiras. No entanto, o fundador do Alibaba (Jack Ma) deixou uma mensagem clara aos EUA: “(...) *Não tenham medo. Não estou aqui para devorar a Ebay ou para encarar a Amazon. Eu quero trazer a oportunidade às pequenas empresas norte-americanas de venderem na China (...)*”¹⁹⁸. Tirando a sua postura irreverente face ao PCC, as suas características de empreendedor no setor tecnológico são muito admiradas pelo governo chinês. Nesse sentido, Xi Jinping diz que: “(...) *De uma forma geral, a base da nossa inovação científica e tecnológica não é suficientemente sólida; a nossa independência na habilidade de inovação, especialmente na área de criatividade original não é forte... nós não podemos dar-nos ao luxo de ficar para trás nesta corrida (competição tecnológica). Nós temos de alcançar e passar os outros (...)*”. Ou seja, para o líder chinês, a inovação tecnológica é uma das principais chaves para o futuro de sucesso da economia do país. Assim, a estratégia está focada em investir em talento, infraestruturas, em Pesquisa & Desenvolvimento e, em tecnologia. E esta estratégia da RPC tem obtido bons resultados. Ao ultrapassar o Japão, tornou-se o segundo maior investidor mundial em Pesquisa & Desenvolvimento¹⁹⁹. Em 2016, o Primeiro-Ministro Li Keqiang anunciou o programa nacional de Pesquisa & Desenvolvimento centrado em energia limpa, «Big Data», segurança do ciberespaço, exploração do espaço, comunicação e computação quântica, entre outros. Neste sentido, foi programado o governo chinês investir cerca de 2.5% do seu PIB no departamento de Pesquisa & Desenvolvimento em 2020. Em 2016, houve um investimento de 31 biliões em «start-ups» feito por entidades chinesas, o que significa que houve um aumento de 5 biliões em comparação com o ano de 2015²⁰⁰. Face a este forte investimento, a China ultrapassou os EUA e o Japão em número de patentes.

¹⁹⁷ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 150)

¹⁹⁸ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 122)

¹⁹⁹ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 123)

²⁰⁰ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 123)

Contudo, para além das vias marítimas e do combustível, as indústrias chinesas do setor tecnológico ainda dependem de muitas empresas estrangeiras para tecnologias básicas, incluindo os semicondutores necessários para computadores, «*smartphones*» e sistemas de Inteligência Artificial²⁰¹. Neste seguimento, o «*Made in China 2025*» terá como objetivo tornar-se cada vez mais autossuficiente no âmbito tecnológico e, por conseguinte, aumentar a dependência dos países tanto da sua região como do Ocidente.

5.2 Irá a Austrália adotar o protecionismo?

O orçamento da Defesa Nacional apresentado no decorrer das “Duas sessões” (2021) abordou o tema da inovação tecnológica como prioridade. De acordo com Fenella McGerty e Meia Nouwens: “(...) o 14º plano quinquenal (2021-25) destacou que a China concentrar-se-á em melhorar os seus pontos fortes tecnológicos em áreas chave, como inteligência artificial de próxima geração, informação quântica, semicondutores, espaço profundo, mar profundo e exploração polar. Para impulsionar a inovação, Pequim também pretende estabelecer mais laboratórios nacionais com o foco específico em inovação tecnológica e pesquisa de informação quântica. A China já está a conduzir pesquisas relacionadas com a defesa sobre as aplicações de tecnologias como informação quântica e inovação tecnológica e o 14º plano quinquenal indica que continuará a ser uma ambição central pelo menos no curto-prazo (...)”²⁰².

Neste momento, os EUA estão a adotar uma estratégia clara no que diz respeito à competição tecnológica com a China. Têm sido implementadas medidas de forma a limitar a influência chinesa: o corte nas cadeias de abastecimento que fornecem as empresas chave da tecnologia chinesa e a proibição de transações com estas; a regulamentação dos cabos submarinos dos quais as telecomunicações dependem para limitar o fluxo de produção tecnológica chinesa; a reestruturação das redes de fornecedores globais e o investimento em tecnologias emergentes para que tenham a capacidade de ganhar uma maior influência a nível económico e social são exemplos que demonstram a determinação do aliado australiano em sair vencedor desta competição²⁰³.

Na perspetiva de Camberra, será importante delinear uma estratégia que tenha como propósito a aposta na modernização, desenvolvimento, investimento e na

²⁰¹ 2020; Artigo publicado na revista *Foreign Affairs*; *China thinks America is losing* de Julian Gewirtz

²⁰² 2021; Artigo digital publicado em *The International Institute for Strategic Studies*; *China’s new five-year plan and 2021 budget: What do they mean for defense?*; de Fenella McGerty e Meia Nouwens

²⁰³ 2020; Artigo publicado na revista *Foreign Affairs*; *The coming tech cold war with China* de Adam Segal

produção do setor tecnológico. Para ajudar a decisão de Camberra, está a presente narrativa ocidental que tem demonstrado total apoio aos países da região que mais têm sofrido com as medidas assertivas, autoritárias e antidemocráticas do PCC.

Resultado desta situação tem sido o fortalecimento da relação entre a Austrália e o Japão. Atuando lado-a-lado de modo a conterem as iniciativas chinesas, ambos os países atualizaram a Declaração Conjunta sobre Cooperação em Segurança (2022). Focada na cooperação militar, de inteligência e na segurança cibernética, a relação nipo-australiana, ao assinar este novo acordo, deixou claro que Camberra e Tóquio estão alinhadas no contexto geoestratégico do Indo-Pacífico. Desta forma, reforçaram os tratados bilaterais de segurança que têm com Washington, deixando uma mensagem de compromisso com a manutenção da paz e estabilidade na região.

Este posicionamento suportado principalmente pelos EUA tem como propósito consolidar as relações económicas, políticas e militares com os países que se demonstrem relutantes com a emergência da China e que partilhem os mesmos valores e princípios das democracias ocidentais. Assim, poderão oferecer a garantia que o Ocidente não se esqueceu do Indo-Pacífico e que terão toda a disponibilidade para cooperar com os países da região.

Com a atual realidade vivida na Austrália, as democracias ocidentais perceberam que o mundo está a criar uma dependência cada vez maior com a China. No que diz respeito à competição tecnológica, a Austrália e outros países ocidentais têm reunido forças para mover os centros de produção de forma a diversificarem o mercado e mudarem as “regras do jogo”. Isto é, uma das prioridades será abrandar o crescimento e influência da RPC. Logo, como já referido, a reconstrução tecnológica australiana e as possíveis medidas protecionistas traduzidas em apostas no mercado interno serão temas fundamentais para Camberra como para o futuro do sistema internacional. Os novos acordos comerciais entre a Austrália, países vizinhos e o Ocidente poderão ser um exemplo da tentativa de conter a China naquela região.

No decorrer de uma palestra na Universidade de Melbourne, Martin Jacques refere que um dos grandes problemas do Ocidente foi ter acreditado que a China iria ter um comportamento “ocidentalizado” e que iria pensar e agir em conformidade com o Ocidente²⁰⁴. Tal como Jacques explica, as grandes diferenças entre a China e o Ocidente são: os chineses têm uma identidade própria, distinguindo-os totalmente de qualquer país; não consideram o seu país como um Estado-nação, mas sim um «Estado de

²⁰⁴ 2012; Conferência na Universidade de Melbourne com Martin Jacques, autor do livro *When China Rules the World*

Civilização Primária». Os países ocidentais estão fundamentados em valores com base na nação, enquanto os valores chineses se baseiam na sua civilização. Os chineses mantêm os seus costumes culturais e sociais, sem aceitarem receber hábitos de outras culturas; e, por último, é um país onde a relação entre o Estado e a sociedade é invulgar nos dias de hoje. A sociedade chinesa tem uma absoluta confiança no Estado.

Para combater o comportamento da China no contexto da competição tecnológica, poderá ser relevante para a Austrália cooperar com outros países que partilhem os mesmos objetivos na área da tecnologia de forma a fortalecer a posição ocidental. Assim, o Ocidente pode desenvolver uma legislação comum no contexto do desenvolvimento e modernização do setor tecnológico e em investimentos em centros universitários de investigação²⁰⁵.

Caso a China consiga alcançar as metas no âmbito da inovação tecnológica e digital, muito dificilmente o Ocidente conseguirá acompanhar o crescimento e controlo chinês nesta área. Isto é, segundo Elizabeth Economy: “(...) se os objetivos (chineses) forem realizados, as tecnologias chinesas poderão capturar toda a gama de oportunidades digitais, como cabos de fibra ótica, sistemas de satélite e o e-commerce em grande parte do mundo em desenvolvimento (...)”²⁰⁶. Porém, de acordo com Aaron Friedberg a forma como a China tem acesso à tecnologia é ilegal²⁰⁷. Posto isto, a Austrália poderá começar a ser mais prudente. Caso analise e avalie as necessidades que os países do Indo-Pacífico têm no campo tecnológico, poderá criar oportunidades para a sua afirmação na competição tecnológica na região. Uma solução poderá ser o financiamento de infraestruturas de tecnologia digital e a introdução de empresas australianas nos países vizinhos que se demonstrem interessados em cooperar com Camberra. Por exemplo, o governo e empresas norte-americanas juntamente com a Índia têm desenvolvido «*smart-cities*»²⁰⁸. Este modelo pode ser adaptado noutros países em desenvolvimento. Assim sendo a China, para não se tornar vulnerável às restrições norte-americanas, tem desenvolvido tecnologias essenciais de modo a diminuir a dependência com as redes de fornecedores que passam pelos EUA. Para isso, terão de atrair empresas tecnológicas, criar laços com os países participantes no projeto da Nova Rota da Seda e dar continuidade à espionagem ciber-industrial. Considerando a guerra

²⁰⁵ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 244)

²⁰⁶ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 244)

²⁰⁷ 2020; Artigo publicado na revista *Foreign Affairs; An Answer to Agression* de Aaron Friedberg

²⁰⁸ Cidade que utiliza diferentes tipos de sensores eletrónicos para acumular dados e usá-los para gerir recursos e ativos de uma forma eficiente

tecnológica vivida entre o aliado de Camberra e a China, o dilema australiano poderá ter tendência a ampliar-se. Logo, no contexto da competição tecnológica e tendo em conta os ciberataques que tem sofrido, a Austrália poderá punir a China com tarifas nos seus produtos e impor restrições nos seus investimentos em solo australiano. Posto isto, as ações vindas de Pequim poderão vir a estar sob escrutínio para evitar que países e comunidades transnacionais como a Austrália, Nova Zelândia, Japão, Coreia do Sul, Índia, EUA e União Europeia tenham de importar produtos tecnológicos chineses.

Entretanto, no penúltimo dia do ano de 2020, o mundo foi surpreendido pelo Acordo de Investimento Global (CAI) assinado entre a UE e a China. Tal Acordo, visava a cooperação económica focada em investimentos estratégicos, no âmbito das fusões & aquisições (M&A) de entidades. Para uns, trata-se de um enorme erro diplomático e para outros, uma oportunidade. Para os que consideram um erro e uma ingenuidade, os maiores receios são: o acordo poder prejudicar o reforço nas relações transatlânticas com os EUA e ser mais uma oportunidade para a China sair impune dos atos cometidos pelo PCC em Hong Kong, Xinjiang e Taiwan. Contudo, muitos especialistas acreditam nas vantagens do acesso ao mercado chinês e, por conseguinte, no fortalecimento da cooperação entre a UE e os EUA, no contexto geoestratégico face à ascensão da China. Neste sentido, os otimistas creem que será exatamente o CAI a ter um papel decisor, capaz de enfrentar a RPC de forma que esta cumpra com os seus compromissos enquanto grande potência.

Esta manobra europeia pode ser um sinal para Camberra. Mas, por mais bem-intencionada que seja, a postura pouco clara de Pequim face ao aparecimento do SARS-CoV-2 na cidade de Wuhan, gerou um sentimento de desconfiança sobretudo nos países europeus. Mas, mesmo assim, será que esta iniciativa poderá ser útil para a realidade regional da Austrália?

Independentemente das intenções da UE, Camberra terá como prioridade aliar-se aos países vizinhos que tenham objetivos em comum e que, preferencialmente, partilhem dos mesmos princípios e valores democráticos e liberais. Assim, poderão desenvolver em conjunto uma estratégia que contribua para uma maior diversificação das cadeias de abastecimento para resistir à capacidade de produção da RPC. Reduzindo a esfera de influência chinesa no âmbito tecnológico, as democracias, ao partilharem os mesmos princípios e valores, poderão dar um contributo reconstruindo um sistema de comércio liberal. Defendendo os seus interesses, irão impulsionar uma maior cooperação internacional que ajude a sustentar um mundo mais multipolar.

Para Adam Segal²⁰⁹, a definição de inovação consiste numa base científica de pesquisa que distribui um produto novo para o mundo e pode até mesmo, a partir disso, criar uma indústria²¹⁰. No entanto, segundo Daniel Breznitz²¹¹, a inovação não tem necessariamente de lidar com um avanço científico: “(...) *As empresas de tecnologia chinesas brilham ao desenvolverem-se suficientemente rápido na extremidade da frente do avanço tecnológico global, sem contribuírem para o desenvolvimento desta (...)*”²¹². Isto é, a RPC tem conseguido aproveitar da melhor forma a inovação, apostando na otimização da produção fazendo com que esta seja mais rápida, melhor e mais barata. Para além destas vantagens, para Michael Dunne, um dos aspetos mais interessantes da indústria chinesa é ter o programa de Pesquisa & Desenvolvimento empenhado em ajustar os produtos às necessidades locais²¹³. Outra estratégia adotada pela China foi, basicamente, licenciar tecnologia estrangeira, procurar fusões e aquisições para adquirir o «*know-how*» tecnológico necessário e participar na inovação em conjunto com os parceiros estrangeiros²¹⁴.

Do ponto de vista ocidental, o governo chinês poderia começar a abrir as portas ao Ocidente. Ou seja, permitir a introdução de instituições norte-americanas na China que pudessem facultar livros, debates e experiências culturais como os países ocidentais permitem às Instituições Confúcio²¹⁵. Ou seja, uma aposta no desenvolvimento e fortalecimento da proximidade cultural e académica, através de uma formação compatível e com apoio financeiro. Contudo, as prioridades, políticas e valores dos EUA não estão alinhados com a China. Elizabeth Economy acrescenta ainda que: “(...) *Além disso, a China não pode ser um líder num mundo globalizado e, ao mesmo tempo, fechar as suas fronteiras para evitar ideias, capital e influências do mundo exterior (...)*”²¹⁶. Logo, os EUA e os seus aliados podem continuar a tentar estabelecer planos de cooperação entre si e com a China. Porém, deverão estar preparados para enfrentar Pequim quando a terceira revolução de Xi Jinping estiver presente em todo o globo, o que poderá enfraquecer os princípios que têm sustentado a segurança e a prosperidade da comunidade internacional.

²⁰⁹ Autor do livro “*Advantage*”

²¹⁰ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 124)

²¹¹ Professor no Instituto de Tecnologia da Geórgia, EUA

²¹² *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 124)

²¹³ Especialista da indústria automóvel chinesa

²¹⁴ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 124)

²¹⁵ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 246)

²¹⁶ *The Third Revolution* de Elizabeth Economy (2018; p: 250)

Conclusão

O impacto e os resultados da relação bilateral sino-australiana têm demonstrado claramente que a RPC, através do seu «*soft power*», tem contribuído para um forte crescimento económico da Austrália. Porém, no âmbito da competição estratégica e económica, a China tem apresentado prioridades e comportamentos dúbios para um país que ambiciona tornar-se uma superpotência mundial. É natural que Xi Jinping queira moldar a região que o rodeia a favor da emergência da China, mas a conduta com os países vizinhos e os segundos interesses envolvidos em projetos megalómanos, como a Nova Rota da Seda ou o «*Made in China 2025*»,²¹⁷ têm gerado uma inquietação em Camberra. Tanto no contexto económico, tecnológico como no da segurança, o comportamento adotado pela China tem demonstrado um claro indício do seu posicionamento na nova arquitetura internacional. Sendo legítimo o investimento no aumento do poderio militar e na produção de equipamento tecnológico, a China estabeleceu as suas prioridades. Mas será que estas prioridades comprometerão a sua imagem como futura superpotência na comunidade internacional?

A Austrália tem sido sempre um país definido por ser, geograficamente, asiático e, politicamente, ocidental pelos fortes laços diplomáticos que tem com o Reino Unido, EUA e UE. Com o considerável fortalecimento das relações comerciais com a vizinha RPC desde 2008, acabou por contrariar o que a caracterizava desde o ano da sua fundação. O fator económico acabou por influenciar o posicionamento e estratégia política de Camberra na região, devido aos aliciantes investimentos chineses na sua economia: a Austrália esteve perto de se tornar um país, unicamente, asiático. A parceria comercial, que tanto beneficiou a economia australiana, depressa se transformou numa preocupação para Camberra: desde a influência nas universidades e na política australianas, interferindo no debate da sociedade civil a doações ligadas ao PCC em proveito de várias organizações do país.

Desta forma, a vulnerabilidade da Austrália, face à dependência económica em relação aos investimentos em exportações de recursos naturais e produtos agrícolas para o mercado chinês²¹⁸, fez com que Camberra começasse a investir na segurança da Ásia-Pacífico e na redução da sua complexa ligação com a China. Todavia, enquanto grande

²¹⁷ Plano que visa reformar a manufatura chinesa de forma a aumentar o seu poder e influência nas cadeias de abastecimento e de incitar a inovação tecnológica

²¹⁸ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 239)

potência, a RPC pretenderá aumentar o seu poder, controlar aliados e ganhar notoriedade em todo o globo o que não facilitará a agenda australiana.

Estando a economia mundial cada vez mais centrada na Ásia-Pacífico, a competição estratégica entre os principais países acentua-se ano após ano. Deste modo, os EUA têm fortalecido alianças militares na região com o intuito de agregar condições que permitam reforçar a sua capacidade de intervenção²¹⁹.

Segundo Jo Inge, Bekkevold e Robert S. Ross, a ascensão económica e militar da China fez com que houvesse uma nova distribuição global de poder. Nesse sentido, os autores colocam uma questão pertinente: “(...) *será que a liderança chinesa vê um lugar para a China na atual Ordem Mundial ou será que pretendem definir e mudar o sistema internacional à medida que se vá tornando mais forte? (...)*”²²⁰. É natural que Pequim anseie por moldar o sistema internacional em torno dos seus interesses e perspetivas. Contudo, o regime chinês tem vindo a demonstrar a importância que um mundo globalizado e multipolar tem para a prosperidade e bem-estar do seu país. No entanto, tem-se demonstrado relutante perante os países que desafiam as suas políticas e comportamentos. Ao provar que tem a capacidade de restringir os países que não atuem em conformidade ou que desrespeitem as suas políticas, o governo chinês deixou bem claro que não facilitará a evolução da comunidade internacional como estamos habituados. Desta forma, o Ocidente pretenderá pacificar a China de modo a impedir que esta continue a intensificar a sua posição no quadro internacional. Mas o risco encontra-se exatamente nessa iniciativa de querer pacificar por conta dos interesses das demais democracias²²¹. De acordo com Vasco Rato: “(...) *A ascensão da RPC é acompanhada por um modelo político autoritário alternativo num mundo em que a democracia tem sido a forma dominante de legitimação ideológica e política (...) Xi Jinping oferece agora uma visão alternativa de governança global à ordem liberal que esses aliados estabeleceram (...) dir-se-á que um regime político autoritário coeso, empregando a vigilância em massas, pode proporcionar prosperidade, então a especificidade política do regime torna-se irrelevante (...)*”²²². Para Andrew J. Nathan, a questão relativamente à ascensão da China não é: “(...) *se esta tentará influenciar a evolução dos regimes globais, mas se as mudanças que a China procura serão*

²¹⁹ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 229)

²²⁰ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Ross e Jo Inge Bekkevold (2016; p: 274)

²²¹ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 244)

²²² De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 253)

*caracterizadas como fundamentais (...)*²²³. A RPC tem sido considerada como uma potência capaz de mostrar ao mundo que existem novas formas de entender e de gerir a comunidade internacional. Como mencionado ao longo da minha dissertação, a criação do AIIB representa um sinal claro de que a China tem competência, influência e o poder económico necessário para representar um ponto de rutura na história mundial. Porém, nos últimos anos, apesar de a China se associar cada vez mais a sistemas internacionais, continua a ser um país com pouca experiência na participação ativa em questões da política internacional. Tem sido evidente que as prioridades de Pequim continuam a ser as do *seu* interesse nacional. Poderá estar a forte associação e ligação por parte da RPC aos sistemas e organizações internacionais relacionadas com o facto de ser mais fácil influenciá-los e mudá-los, estando por dentro destes²²⁴?

O “isolamento” da China nestes sistemas e organizações – gestão financeira global, direitos humanos e Direito Internacional marítimo – acaba por fazer com que esta resista à «Responsabilidade para proteger» e às intervenções humanitárias²²⁵. A China procurará alinhar as regras e normas dos sistemas internacionais com os seus interesses e pretenderá uma mudança no *status quo* no sistema internacional como por exemplo, no contexto monetário internacional, onde o dólar norte-americano continua como moeda de reserva. Apesar disto, Pequim poderá estar apenas a procurar aumentar a esfera de influência nos sistemas e organizações e não a querer derrubá-los. Tendo em atenção que a China é a potência que mais exporta no mundo, podemos considerar que a interdependência económica possa contribuir para a estratégia da “ascensão pacífica” da China. Todavia: “(...) *entre harmonia e guerra existe uma ampla variedade de opções políticas, incluindo muito mais medidas coercivas da diplomacia chinesa (...)*”²²⁶.

O Presidente Xi Jinping tem pela sua frente uma difícil tarefa que consiste em criar uma política interna sustentável e difundir o nacionalismo de forma a proteger a sua soberania²²⁷. O que pode justificar o comportamento assertivo que tem vindo a ser adotado no território chinês. Comportamento este, que se tem espelhado na sua política externa e na instabilidade vivida no Indo-Pacífico.

Também é verdade que a China está cada vez mais forte e os seus líderes e legisladores estão cada vez mais bem preparados para os desafios que os esperam. Caso Xi Jinping crie reformas necessárias para fortalecer um novo modelo económico e

²²³ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Ross e Jo Inge Bekkevold (2016; p: 166)

²²⁴ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Ross e Jo Inge Bekkevold (2016; p: 275)

²²⁵ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Ross e Jo Inge Bekkevold (2016; p: 275)

²²⁶ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Ross e Jo Inge Bekkevold. (2016; p: 276)

²²⁷ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Ross e Jo Inge Bekkevold. (2016; p: 276)

garantir a estabilidade política, militar e económica na região, o atual Presidente da China poderá vir a representar um importante papel na comunidade internacional. Mas, se optar por dar prioridade ao nacionalismo e ao total poder do PCC a nível interno e regional, criará uma maior incerteza no sistema internacional²²⁸.

É verdade que um Estado necessita de ter poder militar para sobreviver, o que faz com que a competição de segurança não possa ser gerida por intenções e profissões de boa-fé. Por meio de tratados, pelo Direito Internacional, por instituições internacionais e por outros instrumentos de cooperação intraestatal, a questão da segurança pode ser amenizada²²⁹. Para além da importância que Pequim tem no âmbito da economia e da manufatura a nível internacional, Camberra terá de lidar com o facto de a China ser já uma superpotência tecnológica; o que aumentará a escalada de tensão tanto no contexto da competição tecnológica como na militar. Logo, é fundamental que a Austrália perceba que resistir à RPC será o maior desafio do Ocidente nas próximas décadas. E, estando localizada entre a China e os EUA, Camberra poderá ter um papel diplomático relevante, com vista a criação de acordos e políticas que promovam uma interdependência justa. Será que assim, a Austrália conseguirá resolver o seu dilema ao mesmo tempo que contribuirá para um sistema internacional mais sustentável?

²²⁸ *China in the Era of Xi Jinping* de Robert S. Ross e Jo Inge Bekkevold. (2016; p: 278)

²²⁹ De Mao a Xi de Vasco Rato (2020; p: 200, 201, 202)

Referências Bibliográficas

- ALLISON, Graham, (2017) *China vs. America – Managing the Next Clash of Civilizations*. *Foreign Affairs*, vol.96, nº5, 80-90
- Banco de Portugal, *Big Data, o que é?* Acedido em 20 de fevereiro de 2021 em <https://cliente bancario.bportugal.pt/pt-pt/big-data-o-que-e>
- Belt and Road Initiative, Acedido em 26 de novembro de 2019 em <https://www.beltroad-initiative.com/belt-and-road/>
- BBC News (2020), *China 'coercing' thousands of Tibetans into mass labour camps – report*. Acedido em 23 de setembro de 2020 em <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-54260732?fbclid=IwAR28yjAbTF8zkVUX91XS>
- BEHM, Allan (2020) *Solving Australia's foreign affairs challenges* Acedido em 1 de novembro de 2020 em <https://www.australianforeignaffairs.com/articles/the-fix/2020/11/the-fix/allan-behm>
- BEKKEVOLD, Jo Ing and ROSS. Robert S., NATHAN, Andrew, J., HVEEM, Helge, PEMPEL, T.J., LI, Mingjiang, (2016) “*China in the Era of Xi Jinping*” – Georgetown University Press, D.C.
- BORRELL, Josep (2020), *The coronavirus pandemic and new world it is creating*. Acedido em 24 de março de 2020 em https://eeas.europa.eu/delegations/china/76401/eu-hrvp-josep-borrell-coronavirus-pandemic-and-new-world-it-creating_en
- BOURKE, Latika, (2020), *China is bullying Australia, says global coalition of MPs*. Acedido em 9 de setembro de 2020 em https://www.smh.com.au/world/europe/china-is-bullying-australia-says-global-coalition-of-mps-20200909-p55u06.html?fbclid=IwAR1_n7_nqKynzY-ZkzV-8ghRvHO0XJrSL7f1JCiOS0uU252Ms7deJtH6L24
- BURTHEL, Bhim, (2020), *Morrison digging a grave for Australia*. Acedido em 22 de setembro de 2020 em https://asiatimes.com/2020/09/morrison-digging-a-grave-for-australia/?fbclid=IwAR0DPpHM13XmoQtvoul9H8JdjIr4uDXTeGJp4z4c-W_ZCwmc2g2fHT5XtY
- CARNEY, John, (2018), *Report: Chinese are “awed” by Trump’s “skill as a strategist and tactician”*. Acedido em 26 de julho de 2018 em <https://www.breitbart.com/politics/2018/07/26/report-chinese-are-awed-by-trumps-skill-as-a-strategist-and-tactician/>

- Center for Strategic and International Studies - Asia Maritime Transparency Initiative (2020) *A Survey of Marine Research Vessels in the Indo-Pacific*. Acedido em 16 de abril de 2020 em <https://amti.csis.org/a-survey-of-marine-research-vessels-in-the-indo-pacific/>
- Center for Strategic and International Studies - Asia Maritime Transparency Initiative (2020), *Chinese investment in the Maldives appraising the string of pearls*. Acedido em 4 de setembro de 2020 em <https://amti.csis.org/chinese-investment-in-the-maldives-appraising-the-string-of-pearls/>
- CHAN, Minnie, (2020), *China's military is asking for an even bigger budget. Here's why*. Acedido em 20 de maio de 2020 em <https://www.inkstonenews.com/politics/chinas-military-asking-even-bigger-budget-heres-why/article/3085205>
- CHATZKY, Andrew, MCBRIDE, James, (2019), *Is "Made In China 2025" a Threat to Global Trade?* Acedido em 13 de maio de 2019 em <https://www.cfr.org/backgrounder/made-china-2025-threat-global-trade>
- CHEN, Weiss, Jessica, (2019), *A World Safe for Autocracy? China's Rise and the Future of Global Politics*
Foreign Affairs, vol.98, nº 4, 92-109
- China Daily, (2015), *Funding proves major problem for startups*. Acedido em 14 de janeiro de 2020 em http://www.chinadaily.com.cn/business/2015-09/07/content_21804194.htm
- CNBC (2019), *China's lending to other countries jumps causing hidden debt*. Acedido em 12 de julho de 2019 em <https://www.cnn.com/2019/07/12/chinas-lending-to-other-countries-jumps-causing-hidden-debt.html>
- CHURCH, George J., *China: Old Wounds Deng Xiaoping*. Acedido em 6 de janeiro de 1986 em <http://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,1074879-9,00.html>
- COLLINSON, Elena, LAURENSEN, James, (2019), *Australia-China monthly wrap-up*. Acedido em 19 de dezembro de 2019 em https://www.australiachinarelations.org/content/australia-china-monthly-wrap-december-2019/?fbclid=IwAR1VJvnMk9-esvLV0MYiodWcAb2euR5UYAORptGg_w1KalsEgXHAWOeaLXg
- COLLINSON, Elena, LAURENSEN, James, (2020), *Summary and Analysis of Major Developments – Australia-China monthly wrap-up: January 2020 / Perspectives_ Australia-China – The Year Ahead*. Acedido em 5 de fevereiro de 2020 em <https://www.australiachinarelations.org/content/australia-china-monthly-wrap-january-2020-perspectives-australia-china-year-ahead-0>

- Council on Foreign Relations (2020) *Territorial Disputes in the South China Sea*. Acedido em 1 de outubro de 2020 em <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/territorial-disputes-south-china-sea>
- COWAN, Christopher, (2016), *A2/ AD – Anti-Access/ Area Denial*. Acedido em 20 de outubro de 2019 em <https://www.realcleardefense.com/articles/2016/09/13/a2ad - anti-accessarea denial 110052.html>
- CRANSTON, Matthew (2019) *Australia's export share to China hits record high 38pc*. Acedido em 1 de outubro de 2019 em <https://www.afr.com/policy/economy/australia-s-export-share-to-china-hits-record-high-38pc-20190930-p52w9y>
- Defence White Paper (2016). Acedido em 2 de Janeiro de 2017 em <https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/defence-white-paper>
- DIBB, Paul, LEE, John, (2015), *Why China will not become the dominant power in Asia*. Acedido em novembro de 2019 em <https://www.youtube.com/watch?v= AvNT3vyzr0&t=131s>
- DOSHI, Rush, CAMPBELL. Kurt M., *The Coronavirus Could Reshape the Global Order*. Acedido em 18 de março de 2020 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-03-18/coronavirus-could-reshape-global-order>
- ECONOMY, Elizabeth C., HUANG, Anita, LEI, Ming, RIESCHEL, Gary, SEGAL, Adam, BREZNITZ, Daniel, DUNNE, Michael (2018), *The Third Revolution*
Oxford University Press
- EVERINGTON, Keoni, (2020), *Duterte strongly affirms Hague ruling on China at UN*. Acedido em 23 de setembro de 2020 em <https://www.taiwannews.com.tw/en/news/4014997?fbclid=IwAR1AMmGL508N80prQhm9eAjBfwiAWnuTGYb0KCeyWsg4OeghNV9-y6ZX0Cw>
- FERNANDO, Gavin, (2020), *Coronavirus: Trade war fears as Australia-China relations sour*. Acedido em 13 de maio de 2020 em <https://www.news.com.au/finance/economy/australian-economy/coronavirus-trade-war-fears-as-australiachina-relations-sour/news-story/fba10cbbf5d4e3ffbf8a87a418dcce55>
- FERNANDO, Gavin, (2018), *China has threatened Australia with a trade war if “growing lack of trust” continues*. Acedido em 10 de setembro de 2019 em <https://www.news.com.au/finance/economy/world-economy/china-has-threatened-australia-with-a-trade-war-if-growing-lack-of-trust-continues/news-story/d32f3dc0267906034af733876e6e2ef3>

- FITZGERALD, John, (2020), *Australia-China relations and the Trump factor*. Acedido em 19 de outubro de 2020 em <https://insidestory.org.au/australia-china-relations-and-the-trump-factor/>
- FLOURNOY, Michèle A.(2020), *How to Prevent a War in Asia?* Acedido em 18 de junho de 2020 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-06-18/how-prevent-war-asia>
- Free Trade Agreement between the government of Australia and the government of the People's Republic of China* (2015) Acedido em 4 de setembro de 2019 em <https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/chafta-agreement-text.pdf>
- FRIEDBERG, Aaron, (2019), *Getting the China Challenge Right*. Acedido em 14 de novembro de 2019 em <https://www.the-american-interest.com/2019/01/10/getting-the-china-challenge-right/>
- FRIEDBERG, Aaron L. (2011), *A contest for supremacy*
WW NORTON & CO
- FRIEDBERG, Aaron, (2020) Acedido em 11 de Agosto de 2020 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-08-11/ccp-answer-aggression>
- FROMER, Jacob, ZHENG, Sarah, ZHANG, Phoebe, (2020) *US-China acrimony at 75th UN General Assembly as Trump slams Beijing for coronavirus and Xi decries "stigma"*. Acedido em 22 de setembro de 2020 em https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3102539/china-vs-us-welcome-two-new-world-orders-un-turns-75?fbclid=IwAR0x_zK8_Xv8onmIzTM9dhw5gKOIUDXscxUEgNWWp7V5F9msuEabb-UEY
- GATES, ROBERT. M, (2020), *The Overmilitarization of American Foreign Policy – The United States Must Recover the Full Range of its Power*
Foreign Affairs, vol. 99, nº 4, 121-131
- GATOPOULOS, Alex, (2020) *Project Force: China Naval Ambitions*. Acedido em 12 de julho de 2020 em <https://www.aljazeera.com/indepth/features/project-force-china-naval-ambitions-200102133749725.html>
- GEWIRTZ, Julian, (2020) *China thinks America is losing*. Acedido em 13 de outubro de 2020 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-10-13/china-thinks-america-losing>
- GREENE, Andrew, (2019) *Australia now world's second biggest weapons importer behind only Saudi Arabia: analysts*. Acedido em 5 de dezembro de 2019 em

<https://www.abc.net.au/news/2019-09-30/australia-worlds-second-biggest-weapons-importer-behind-saudi/11558762>

GILSINAN, Kathy, SERHAN, Yasmeen, (2020) *Can the West actually ditch China?*

Acedido em 17 de maio de 2020 em

<https://www.theatlantic.com/politics/archive/2020/04/us-britain-dependence-china-trade/610615/>

GYNGELL, Allan, LIM, Darren (2021) *How to prepare for a China – led world*. Acedido

em 1 de março de 2021 em

<https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/ep-68-natasha-kassam-on-preparing-for-a-china-led-world/>

HAASS, Richard, (2019) *How a World Order Ends – And What Comes in Its Wake*

Foreign Affairs, vol.98, nº 1, 22-30

HAMILTON, Clive, (2018) *Silent Invasion*

Hardie Grant Books

HAMILTON, Clive, (2018) *Australia's Fight against Chinese Political Interference – What its laws will do*. Acedido em 15 de fevereiro de 2019 em

<https://www.foreignaffairs.com/articles/australia/2018-07-26/australias-fight-against-chinese-political-interference>

HALEY, Nikki, (2019) *How to Confront an Advancing Threat From China – Getting Tough on Trade Is Just the First Step*. Acedido em 18 de julho de 2019 em

<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2019-07-18/how-confront-advancing-threat-china>

HAYTON, Bill, (2015) *The South China Sea – The Struggle for Power in Asia*

Yale University Press

HICKS, Kathleen, MANUEL, Anja, (2019) *Can China's Military Win the Tech War?*

Acedido em 29 de julho de 2019 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-07-29/can-chinas-military-win-tech-war>

HILL, Christopher R. (2020), *What Does Washington Want From China? Pique is not a policy*. Acedido em 11 de maio de 2020 em

<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-05-11/what-does-washington-want-china>

JACQUES, Martin, (2012) *When China rules the World*. Acedido em 12 de setembro de

2020 em <https://www.youtube.com/watch?v=3G1EyvRZmOs>

- JINGYE, Cheng, (2020) *China punishes Australia for promoting an inquiry into covid-19*.
Acedido em 21 de maio de 2020 em <https://www.economist.com/asia/2020/05/21/china-punishes-australia-for-promoting-an-inquiry-into-covid-19>
- KANIA, Elsa B. (2019), *Made in China 2025, Explained*. Acedido em 1 de fevereiro de 2019 em <https://thediplomat.com/2019/02/made-in-china-2025-explained/>
- KARP, Paul (2021), *Chinese investment in Australia plunged by 61% last year, new data show*. Acedido em 2 de março de 2021 em <https://www.theguardian.com/australia-news/2021/mar/01/chinese-investment-in-australia-plunged-by-61-last-year-new-data-shows>
- KENNAN, George F. (1947), *The Sources of Soviet Conduct*. Acedido em 29 de março de 2020 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>
- KISSINGER, Henry, (2011) *Da China*
Quetzal Editores, Reimpresso em setembro de 2015 Tradução: Freitas e Silva, 2011
- KRANZ, Michal, (2018) *The director of the FBI says the whole of Chinese society is a threat to the U.S – and that Americans must step up to defend themselves*. Acedido em 20 de fevereiro de 2019 em <https://www.businessinsider.com/china-threat-to-america-fbi-director-warns-2018-2>
- LOPES PEREIRA, Pedro M. A. (2018), *O lado bom de Trump e o lado mau da China*
Universidade Lusófona
- MACHIAVELLI, Nicolò, (2016) *O Príncipe*
Babel, Décima sétima Edição, Tradução Carlos E. de Sobral, 2016
- MASTRO, Skylar, Oriana, (2019) *The Stealth Superpower – How China Hid Its Global Ambitions*
Foreign Affairs, vol. 98, nº 1, 31-39
- MEARSHEIMER, John, (2014) *The Tragedy of Great Power Politics*
WW NORTON & CO
- MEARSHEIMER, John, XUETONG, Yan, *Can China rise peacefully?* Acedido em 21 de outubro de 2019 em <https://www.youtube.com/watch?v=xokkGnBOgiU>
- MEARSHEIMER, John, (2018) *The future of NATO in the Age of Trump*. Acedido em 20 de outubro de 2019 em <https://www.youtube.com/watch?v=AlaHGYlXntQ&t=766s>
- MEDEIROS, Evan S., GREEN, Michael, *The Pandemic Won't Make China the World's Leader*. Acedido em 15 de abril de 2020 em

<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-04-15/pandemic-wont-make-china-worlds-leader>

MEDCALF, Rory, (2020) *Balacing Act*. Acedido em 1 de novembro de 2020 em <https://www.australianforeignaffairs.com/afa/balancing-act/2536>

Mission Support Center Analysis Report, (2016), *Cyber Threat and Vulnerability Analysis of the U.S. Electric Sector*. Acedido em 25 de setembro de 2019 em <Chromeextension://ohfgljdgelakfkefopgkcohadegdpjf/https://www.energy.gov/sites/prod/files/2017/01/f34/Cyber%20Threat%20and%20Vulnerability%20Analysis%20of%20the%20U.S.%20Electric%20Sector.pdf>

MCGERTY, Fenella, NOUWENS, Meia, (2021) *China's new Five-Year Plan and 2021 budget: what do they mean for defence?* Acedido em 8 de março de 2021 em <https://www.iiss.org/blogs/analysis/2021/03/chinas-new-five-year-plan-and-2021-budget>

New York Times (2008), *China to shift 20 billion as capital for Bank Policy*. Acedido em 18 de setembro de 2019 em https://www.nytimes.com/2008/01/01/business/01bank.html?_r=1

New York Times (2000), *Excerpts of George W. Bush's Speech in Washington State*. Acedido em 17 de fevereiro de 2020 em <https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/library/world/asia/051800bush-text.html>

O'HANLON, Michael, (2019) *Can America Still Protect its Allies?* Acedido em 10 de outubro de 2019 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2019-08-12/can-america-still-protect-its-allies>

O'NEIL, Shannon K. (2020), *How to Pandemic-Proof Globalization – Redundancy, Not Reshoring, Is the Key to Supply Chain Security*. Acedido em 1 de abril de 2020 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/2020-04-01/how-pandemic-proof-globalization>

ORWELL, George, (2017) *Orwell's Nightmare: China's Social Credit System*. Acedido em 15 de agosto de 2020 <http://en.asaninst.org/contents/orwells-nightmare-chinas-social-credit-system/>

PAULSON JR. Henry M., *The Future of the Dollar*. Acedido em 19 de maio de 2020 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/2020-05-19/future-dollar>

PEARLMAN, Jonathan, (2021) *The March of Autocracy (Australia faithful choices)*. Acedido em 1 de março de 2021 em <https://www.australianforeignaffairs.com/afa/editors-note/2618>

- PEARLMAN, Jonathan. (2020), *Friends, Allies and Enemies*. Acedido em 10 de fevereiro de 2021 em <https://www.australianforeignaffairs.com/afa/editors-note/2534>
- RABY, Geoff, LAURENCESON, James, *China's grand strategy and Australia's future in the new global order*. Acedido em 4 de novembro de 2020 em <https://www.youtube.com/watch?v=H-l-dxewodw&t=1s>
- RABY, Geoff, (2020) *The China's grand strategy and Australia's future in the New Global Order* - Ebook
- Rand Corporation - Project Air Force - "An Interactive Look at the U.S-China Military Scorecard". Acedido em 26 de junho de 2020 em <https://www.rand.org/paf/projects/us-china-scorecard.html>
- RAINSY, Sam, (2020) *China Has Designs on Democracy in Southeast Asia*. Acedido em 10 de junho de 2020 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-06-10/china-has-designs-democracy-southeast-asia>
- RATO, Vasco (2020) De Mao a Xi, O Ressurgimento da China
- REED, Eric, (2018) *What is a Zero Sum Game and why is it important in 2019?* Acedido em 19 de setembro de 2019 em <https://www.thestreet.com/politics/what-is-a-zero-sum-game-14818535>
- ROBLES, Raissa, (2020) *In UN speech, Rodrigo Duterte defends drug war and Philippines' claims in South China Sea*. Acedido em 23 de setembro de 2020 em https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/3102609/un-speech-rodrigo-duterte-defends-drug-war-and-philippines?fbclid=IwAR37afHfaSY6sPU1ldcOQ2HCpSRwchlSNUGWnkxhqIKM3fITycDrCRvLKuc_93lEnoG1lBOFIQCuWz00QQXRdZ91NCrOUO_39s
- RYALL, Julian, Xi, (2020) *Sugar will keep their first call sweet, analysts say – so no talk Hong Kong, Taiwan or the Diaoyu Islands*. Acedido em 24 de setembro de 2020 em <https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/3102756/xi-suga-will-keep-their-first-call-sweet-analysts-say-so-no-talk>
- SCHOFF, James L. (2019) *Competing With China On Technology and Innovation*. Acedido em 12 de janeiro de 2020 em <https://carnegieendowment.org/2019/10/10/competing-with-china-on-technology-and-innovation-pub-80010>
- SCHIFF, Adam, (2020) *The U.S. Intelligence Community is not prepared for the China threat – A fundamental realignment is needed to counter Beijing*. Acedido em 30 de

- setembro de 2020 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-09-30/us-intelligence-community-not-prepared-china-threat>
- SEGAL, Adam, (2020) *The coming Cold War with China – Beijing is already countering Washington’s Policy*. Acedido em 9 de setembro de 2020 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/north-america/2020-09-09/coming-tech-cold-war-china>
- SMITH, Michael, (2018) *China launches anti-dumping probe into Australian barley imports*. Acedido em 23 de novembro de 2019 em <https://www.afr.com/world/asia/china-launches-antidumping-probe-into-australian-barley-imports-20181119-h181zp>
- STOREY, Ian, (2020) *As US-China tensions rise, what outlook South China Sea dispute 2020-21?* Acedido em 8 de setembro de 2020 em https://www.scmp.com/week-asia/opinion/article/3100563/us-china-tensions-rise-what-outlook-south-china-sea-dispute-2020?fbclid=IwAR0x-XZKm8_Xv8onmIzTM9dhw5gKOIUDXscxUEgNWWp7V5F9msuEabb-UEY
- SULLIVAN. Jake, CAMPBELL M. Kurt, (2019) *Competition Without Catastrophe – How America Can Both Challenge and Coexist With China*. Acedido em 1 de dezembro de 2019 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/competition-with-china-without-catastrophe>
- TAN, Weizhen, (2019) *About half of China’s loans to developing countries are “hidden”, study finds*. Acedido em 8 de março de 2020 em <https://www.cnbc.com/2019/07/12/chinas-lending-to-other-countries-jumps-causing-hidden-debt.html>
- TAN, Su-Lin, (2020) *China-Australia trade ties remain strong for some businesses despite worsening political relations*. Acedido em 23 de setembro de 2020 em https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3102636/china-australia-trade-ties-remain-strong-some-businesses?fbclid=IwAR04wRG_nTFFT1qp7eNHTDV7gKY940tR9MdlQnGjZnGnAQ0YPWmg5iav8c0
- TAYLOR, Josh, (2020) *China’s belt and road initiative what is it and why is Victoria under fire for its involvement?* Acedido em 25 de maio de 2020 em <https://www.theguardian.com/world/2020/may/25/chinas-belt-and-road-initiative-what-is-it-and-why-is-victoria-under-fire-for-its-involvement>

The Economist, (2020) *China punishes Australia for promoting an inquiry into Covid-19*.
Acedido em 23 de maio de 2020 em
<https://www.economist.com/asia/2020/05/21/china-punishes-australia-for-promoting-an-inquiry-into-covid-19>

TOMACRUZ, Sofia, (2020) *Philippines challenges China, vows to keep Western powers in South China Sea*. Acedido em 22 de setembro de 2020 em
<https://www.rappler.com/nation/philippines-challenges-china-vows-western-powers-remain-south-china-sea?fbclid=IwAR1AMmGL508N80prQhm9eAjBfwiAWnuTGYb0KCeyWsg4OeghNV9-y6ZX0Cw>

TOMÉ, Luís, (2021) *The Grand Strategy of Xi Jinping's China: Goal, Comprehensive National Power and Policies*. Acedido em 20 de Dezembro de 2021
https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/risi2021/RI_si21_a07.pdf

TOMÉ, Luís (2023) *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics - Chapter 5 The BRI in Xi's China "Grand Strategy": An Instrument to Restore Chinese Centrality in a New Era*. Acedido em 1 de Outubro de 2023

TONG, Kurt, (2020) *Washington's Self-Defeating Hong-Kong Strategy –The United States Must defend the Status Quo, Not Assist in its demise*. Acedido em 2 de junho de 2020 em
<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-06-02/washingtons-self-defeating-hong-kong-strategy>

UHLMANN, Chris, GRENNE, Andrew (2017), *Chinese donors to Australian political parties: who gave how much?* Acedido em 29 de outubro de 2019 em
<https://www.abc.net.au/news/2016-08-21/china-australia-political-donations/7766654?nw=0>

US Mission to Asean (2017), *Remarks by President Trump at APEC CEO Summit*. Acedido em 19 de março de 2020 em
<https://asean.usmission.gov/remarks-president-trump-apec-ceo-summit-da-nang-vietnam/>

VARGHESE, Peter, (2020) *What should Australia do to manage the risk in its relationship with the PRC?* Acedido em 26 de dezembro de 2020 em
<http://chinamatters.org.au/policy-brief/policy-brief-june-2020/>

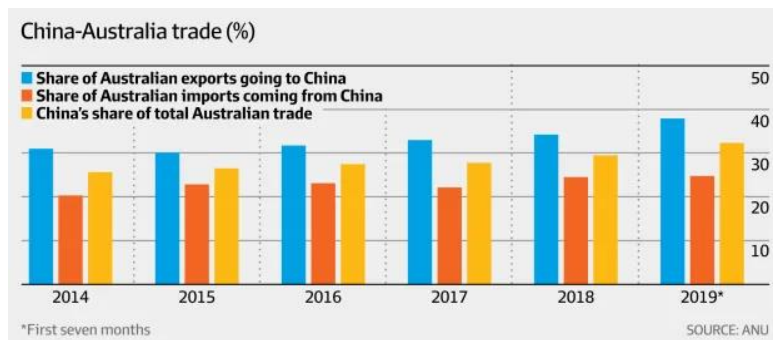
VU, Khang, (2020) *The South China Sea That Wasn't*. Acedido em 16 de novembro de 2020 em
https://www.realcleardefense.com/articles/2020/09/22/the_south_china_sea_map_th_at_wasnt_578246.html?fbclid=IwAR1_fb16h5YMTfLnitELSAdbuc39zJalduHiLbk56y3VOd9vRSUG6wBuvGc

- WANG, Lele, (2016) *Comparative Research on Germany “Industrie 4.0” and “Made in China 2025”*. Acedido em 29 de setembro de 2019 em <file:///C:/Users/pedro/Downloads/25861631.pdf>
- WANG, Zheng, (2014) *Never forget National humiliation*
Columbia University Press
- WHITE, Hugh, (2020) *Can Australia depend on its neighbors?* Acedido em 20 de outubro de 2020 em <https://www.australianforeignaffairs.com/afa/great-expectations/2535>
- WHITE, Hugh, BARTOSIAK, Jacek, (2020) *Australia on the Canberra’s strategic posture*. Acedido em 16 de dezembro de 2020 em <https://www.youtube.com/watch?v=EvN8x-g56uw&t=3s>
- WHITE, Hugh, Mearsheimer, John, SWITZER, (2019) Tom, *China debate*. Acedido em 14 de dezembro de 2019 em <https://www.youtube.com/watch?v=oRlt1vbnXhQ&t=112s>
- WYETH, Grant, (2019) *With AUSINDEX, Australia and India Team Up – With extensive maritime zones in the Indian Ocean, Australia and India’s strategic interests continue to converge*. Acedido a 21 de outubro de 2019 em <https://thediplomat.com/2019/03/with-ausindex-australia-and-india-team-up/>
- Xi’s embrace of false history and fearsome weapons is worrying* (2019)
The Economist – *This article appeared in the China section of the print edition under the headline “Reasons to be fearful”*. Acedido a 3 de outubro de 2019 em <https://www.economist.com/china/2019/10/03/xis-embrace-of-false-history-and-fearsome-weapons-is-worrying>
- XIAO, Bang; Zhou Christina, (2020) *China’s Social Credit System is pegged to be fully operational by 2020 – but what will it look like?* Acedido a 1 de janeiro de 2020 em <https://www.abc.net.au/news/2020-01-02/china-social-credit-system-operational-by-2020/11764740>
- XIE, Echo, *Climate change: Xi Jinping makes bold pledge for China to be carbon neutral by 2060*. Acedido a 23 de setembro de 2020 em <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3102761/climate-change-xi-jinping-makes-bold-pledge-china-be-carbon>
- ZAKARIA, Fareed, (2019) *The Self-Destruction of American Power – Washington Squandered the Unipolar Moment*. Acedido a 18 de setembro de 2019 em <https://www.foreignaffairs.com/articles/2019-06-11/self-destruction-american-power>

ZIEZULEWICZ, Geoff, (2018) *Audit finds cyber vulnerabilities in U.S missile defense system*. Acedido a 5 de setembro de 2019 em <https://www.navytimes.com/news/your-navy/2018/12/14/audit-finds-cyber-vulnerabilities-in-us-missile-defense-system/>

Anexos

Anexo 1



Fonte: Australian National University (2019)

No anexo 1, poderemos constatar que entre 2014 a 2019, houve um considerável aumento das exportações australianas para a China, enquanto que as suas importações de bens provenientes da China, apesar de terem sofrido um ligeiro crescimento, mantiveram valores semelhantes ao longo dos 5 anos demonstrados no gráfico. Concluimos que relação comercial entre os dois países desde 2014 a 2019 progredindo anos após ano. Contudo, a participação da China no comércio australiano foi sempre superior à australiana no comércio chinês.

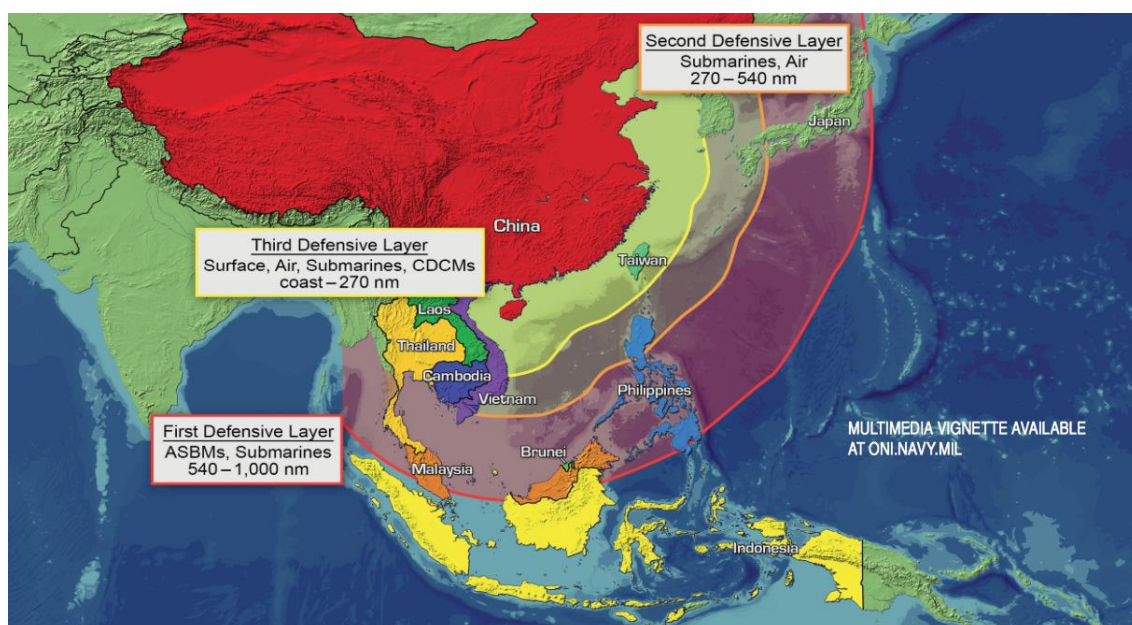
Anexo 2



Fonte: IR Map (2020)

No anexo 2, conseguimos perceber que apesar de não estarem sinalizadas como hostis, as relações da China com maior tensão são com: os EUA, a Austrália, a Índia, a Turquia e Suécia. No que diz respeito, às relações “especiais” e estratégicas, entendemos que a RPC tem um foco em todos os continentes, excluindo a América do Norte (EUA e Canadá). Para além dos países vizinhos do Sudeste Asiático, destaca-se a considerável presença na Rússia, na UE, no continente africano (nomeadamente, países costeiros) e em quase todo o território da América Latina.

Anexo 3



Fonte: Missile Defense Advocacy Alliance

No Anexo 3, temos a percepção da capacitação do poder militar da RPC no Sudeste Asiático, Mar do Sul da China e no Japão. O gráfico apresenta três “camadas” de defesa. A primeira camada está relacionada com a presença de Submarinos e capacidade de resposta do ELP com Mísseis Balísticos Anti-Navios numa área que abrange todo o Sudeste Asiático, Mar do Sul da China e Japão. A segunda, diz respeito à presença de submarinos e aviões de combate aéreo numa área menor, se considerarmos que a camada não inclui a Malásia e Brunei; alcançando apenas o norte das Filipinas e Sul do Japão. A terceira camada acaba por ser a mais completa por motivos geográficos. Sendo a camada mais próxima da costa da RPC, está constituída por Mísseis Cruzeiro de defesa costeira, por submarinos e força aérea e terrestre. Concluído, poderemos referir que o desenvolvimento e modernização das forças armadas chinesas estão a expandir-se, militarmente, em toda a região de forma imponente.

Anexo 4

“What do you want from us?”

*When we were the Sick Man of Asia,
We were called the Yellow Peril.
When we are billed to be the next superpower,
We are called The Threat.
When we closed our doors,
You smuggled drugs to open markets.
When we embrace free trade,
You blame us for taking away your jobs.
When we were falling apart,
You marched in your troops and wanted your fair share.
When we tried to put the broken pieces back together again,
Free Tibet, you screamed. It was an Invasion!
When we tried Communism,
You hated us for being Communist.
When we embrace Capitalism,
You hate us for being Capitalist.
When we had a billion people,
You said we were destroying the planet.
When we tried limiting our numbers,
You said we abused human rights.
When we were poor,
You thought we were dogs.
When we loan you cash,
You blame us for your national debts.
When we build our industries,
You call us polluters.
When we sell you goods,
You blame us for global warming.
When we buy oil,
You call it exploitation and genocide...*

What do you really want from us?

Think hard first, then answer.

Fonte: WANG, Zheng, “*Never forget the national humiliation*” (2012); Autor desconhecido.